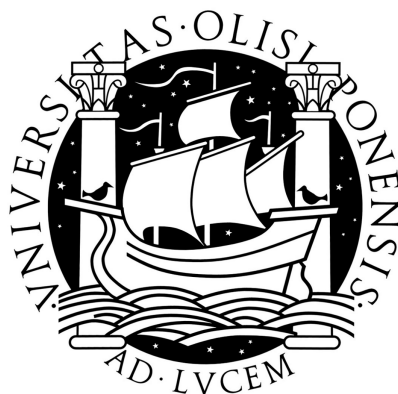


Universidade de Lisboa
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação



Dissertação

Identidade, Internet e Subjectivação

Os sites de redes sociais

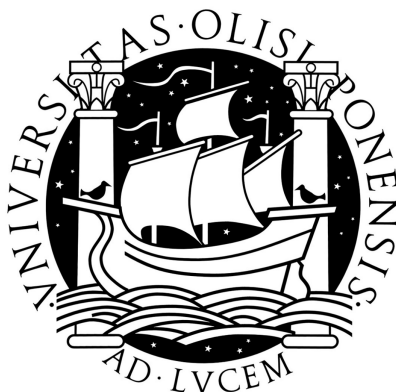
Mónica Sofia Costa Raleiras

Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Ciências da Educação

Área de especialização em Tecnologias Educativas

2009

Universidade de Lisboa
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação



Dissertação

Identidade, Internet e Subjectivação
Os sites de redes sociais

Mónica Sofia Costa Raleiras

Ciclo de Estudos Conducente ao Grau de Mestre em Ciências da Educação

Área de especialização em Tecnologias Educativas

Dissertação orientada pelo Professor Doutor Jorge Ramos do Ó

2009

Agradecimentos

Para a realização deste trabalho foi, para mim, fundamental o contributo de algumas pessoas, sem as quais, estou certa, não me teria sido possível concretizá-lo.

Começo por agradecer ao Professor Doutor Jorge Ramos do Ó que tem sido para mim uma referência na problematização das questões relativas à educação. A sua imensa disponibilidade, a sua sabedoria e compreensão dos processos de escrita académica foram, para mim, fundamentais. Tenho a agradecer-lhe também a possibilidade e incentivo em participar nos espaços privilegiados de pensamento sobre o trabalho académico que tem criado e mantido nesta instituição.

Agradeço também ao Professor Doutor Rui Canário, coordenador da Ui&dCE, pelo tempo em que me dispensou das minhas funções profissionais e pela confiança que em mim depositou.

Agradeço especialmente à Gabi a generosidade e paciência com que acatou esse avolumar de trabalho, o seu apoio e a sua amizade.

Foram igualmente importantes para esta tarefa a amizade, incentivos e contributos na leitura do texto da Ana Paz, da Vera Centeno, da Patrícia Figueiredo, da Elisabete Cruz, da Joana Marques, do Luís Caldeira e da Sofia Viseu.

Pela presença, suporte e cuidado que me deram e por terem vivido comigo este processo tenho a agradecer à Carla Baltazar e à Marta Ribeiro.

À minha avó

Resumo

Este trabalho consiste numa problematização teórica da relação entre identidade e Internet. Toma como exemplo particular os *sites de redes sociais* e a sua utilização pelos jovens. O quadro teórico aqui mobilizado baseia-se nas noções de *subjectivação* e *tecnologias do eu* trabalhadas nos escritos de Michel Foucault e actualizadas por Nikolas Rose. Procura mostrar como a utilização da Internet assenta em técnicas e práticas de si que se dirigem à interioridade do sujeito e através das quais este constrói a sua identidade. Mostra que essa construção da identidade é feito partir de uma escrita de si dirigida ao outro, fora da relação face-a-face. Esse processo insere-se num agenciamento de fluxos de informação para a regulação do sujeito através de linguagens capazes de o descrever. Neste movimento, o sujeito é colocado no lugar de consumidor activo.

O trabalho prossegue com a identificação das ideias e problemas que permitiram a invenção destas tecnologias da informação e comunicação e da ideia de sujeito racional e optimizado aí presente. Esta ideia é actualizada nos *sites de redes sociais* através de uma proposta de optimização das relações sociais e da apresentação de si. Este exemplo é trabalhado a partir de alguma investigação sobre a utilização dos *sites de redes sociais* pelas crianças e jovens. Vemos como essas práticas tornam visível a criança fora do controlo da instituição, o que gera um movimento de identificação e prevenção do risco dirigidos à criança e que veiculam um conjunto de normas relativos ao cuidado de si.

Palavras-chave

Internet, Sites de Redes Sociais, Subjectivação, Tecnologias do Eu

Abstract

This work consists on a theoretic problematization about the connections between the concept of identity and Internet. It takes as example of this relation the way that youth is using social networking sites. The theoretical foundations of this work are based on the notions of subjectivation and technologies of the self, as presented by Michel Foucault and, later, by Nikolas Rose. It shows how the use of the Internet is based on *techniques and practices of the self*, which are designed to reach the subjects' interiority and how these are the means by which he produces his identity. It also shows how this production of identity through a continuously putting of the self into writing happens on the realm of a virtual relationship. This process happens inside an assemblage of information fluxes towards the regulation of the subject by the production of languages that are able to describe him. This movement places the subject fundamentally as a consumer.

This work intends to identify the ideas and problems that have allowed the invention of these information and communication technologies and the idea of a rational and optimized subject that would use them in the future. This idea is now also present on social networking sites that appeal to an optimized social life and personal relationships. The work shows how these practices give visibility to the child out of the control of scholar institutions and also how this creates a general social fear. The answer to this fear happens by a range of risk identification and risk management practices presented to the child. This resembles the idea of the care of the self.

Keywords

Internet, Social Networking Sites, Subjectivation, Technologies of the Self

Índice

Introdução	1
I Parte.....	9
1. Subjectivação e Tecnologias Humanas	9
Subjectivação	10
Tecnologias humanas e práticas de si.....	13
A escrita de si	16
A fotografia	18
Subjectivação e Identidade	19
Subjectivação, Práticas de Si e Internet	21
2. Informação e vigilância.....	25
O Panóptico	25
O agenciamento dos fluxos de informação	27
A securização da identidade.....	31
II Parte	35
1. A Internet.....	35
A ARPANET	38
J.C.R. Licklider: a rede intergaláctica e a optimização do sujeito	40
The WELL: a primeira comunidade	43
2. Os sites de redes sociais.....	47
A utilização dos sites de redes sociais	50
Os jovens e os sites de redes sociais. Produção estatística.....	52
Os jovens e os sites de redes sociais como notícia	59
A investigação sobre os jovens e os sites de redes sociais.....	61
Privacidade e protecção da criança.....	67
Síntese	72

Considerações finais.....	75
Referências bibliográficas.....	79
Anexo	85

Índice de quadros

Quadro I - Utilização mundial da Internet e estatísticas populacionais.....	37
Gráfico I - Utilização mundial da Internet e estatísticas populacionais.....	37
Quadro II - Utilização de <i>sites de redes sociais</i> na Europa, por país, por utilizadores de Internet maiores de 15 anos.....	50
Quadro III - Distribuição de utilizadores do hi5 por faixa etária.....	51
Quadro IV - Distribuição de utilizadores do Orkut por faixa etária.....	51
Quadro V - Indivíduos com idades entre os 10 e os 15 anos que utilizam computador, Internet e telemóvel, 2005-2008 (%)......	53
Quadro VI - Indivíduos com idades entre os 10 e os 15 anos que utilizam a Internet por frequência de utilização, 2005 - 2008 (%)......	53
Quadro VII - Indivíduos com idade entre os 10 e os 15 anos que utilizam Internet, por local de utilização, 2005 - 2008 (%)......	53
Quadro VIII - Indivíduos com idade entre os 10 e os 15 anos que utilizam a Internet, por finalidade de utilização, 2005 - 2008 (%)......	54
Quadro IX - Indivíduos com idade compreendida entre os 10 e os 15 anos que utilizam computador e Internet, por modo de obtenção de competências em informática, 2005 e 2008 (%)......	55
Quadro X - Aprendizagem do uso da Internet.....	55
Quadro XI - Aprendizagem do uso da Internet, por escalão etário.....	55
Quadro XII - Aprendizagem do uso da Internet, por posse de Internet em casa (%)......	56
Quadro XIII - Tipo de sites consultados.....	56
Quadro XIV - Frequência de acesso a <i>sites de redes sociais</i>	57
Quadro XV - Destinatários da comunicação através da Internet.....	57
Quadro XVI - Destinatários da comunicação em <i>chats</i> , por escalão etário.....	58
Quadro XVII - Tipologia de amigos nos <i>sites de redes sociais</i> , por escalão etário.....	58
Quadro XVIII - Relações estabelecidas através da Internet.....	59

Introdução

Este trabalho pretende ser um contributo problematizador, a partir de algumas leituras teóricas, acerca das práticas de utilização da Internet enquanto poderosas forças de produção da identidade. Toma como exemplo particular a relação entre os jovens e os *sites de redes sociais*. A minha ideia é partir dos conceitos de *subjectivação*, *tecnologias do eu* e *práticas de si*, linhas de interpretação trabalhadas por Michel Foucault nos seus últimos trabalhos e ampliadas nas investigações de Nikolas Rose¹.

O desenvolvimento recente da World Wide Web - chamado Web 2.0 ou segunda geração da Web - baseia-se na promoção de sites mais interactivos e cujo conteúdo é criado pelo utilizador. Neste contexto, têm vindo a surgir inúmeros *sites de redes sociais*, tais como o Facebook, o MySpace, o Hi5 e o Orkut entre muitos outros, e que têm a mesma finalidade: manter ou criar “conexões” entre os utilizadores, seja por já se conhecerem, seja por partilharem comunidades, ou pela identificação de perfis. Ao utilizador é permitido criar um perfil, onde se descreve, identifica os seus gostos pessoais, cria álbuns de fotografias, insere vídeos, constrói blogs com entradas diárias, partilha músicas, mostra a sua rede de amizades, etc². Lançado em 2004, o Facebook (<http://www.facebook.com>) começou por ser uma comunidade restrita de estudantes do Harvard College, mas rapidamente se foi expandindo por outras instituições até que, em 2006, passou a estar disponível para qualquer pessoa com mais de 13 anos. O site possui actualmente cerca de 250 milhões de utilizadores. Quanto ao MySpace (<http://www.myspace.com>) é considerado o site com a maior rede social do mundo com mais de 110 milhões de utilizadores. O Orkut (<http://www.orkut.com>) surgiu em 2004 associado a uma comunidade de universitários e é a rede social que pertence ao Google, contando com 60 milhões de utilizadores. Estes sites são um “cartão de visita”, um meio de se apresentar, de se mostrar - o que se vive, o que se sente, os sítios onde se esteve, a rede de amigos, as comunidades de pertença e, simultaneamente, um meio privilegiado de acesso a informações sobre outros utilizadores.

As características destes sites não são exclusivas. Outros tipos de software social permitem a criação de comunidades e a comunicação on-line tais como os serviços de

¹ Estas linhas são utilizadas nomeadamente no seu trabalho sobre a constituição do sujeito através das disciplinas *psi* (Rose, 1998 e 1999) e da biotecnologia (Rose, 2007).

² Em anexo, o leitor dispõe de uma breve descrição das funcionalidades de tipo de sites.

Mensagens Instantâneas, os fóruns, os wikis, os blogs, os sites de gestão de projectos, as aplicações de partilha e/ou edição colaborativa de ficheiros, e os sites de bookmarking (Al-Ghorairi, 2005: 1). O que permite distinguir, e assim destacar para este trabalho os *sites de redes sociais*, é o facto de, recorrendo a estas funções, eles serem constituídos por três eixos principais, como referem boyd & Ellison (2007): a criação de um perfil público ou semi-público³, uma lista de utilizadores com os quais se mantém uma conexão⁴ e a possibilidade de ver as listas de conexões dos outros utilizadores.

Embora estes sites permitam o contacto com utilizadores desconhecidos, a sua utilização tem sido orientada para manter contactos prévios com os quais existe já alguma ligação, ampliando as possibilidades de contacto com essas pessoas. Podem ter objectivos mais específicos, como estabelecer redes de contactos profissionais (caso do LinkedIn) ou facilitar o contacto entre possíveis parceiros românticos (como o Meetic, por exemplo). Por outro lado, esta dimensão de rede social pode ser utilizada em diversos sites, nomeadamente os institucionais como uma parte do site e uma forma de criar uma ideia de ligação entre diversos indivíduos através de uma certa instituição ou marca. Incidirei particularmente nos sites Facebook, Myspace, Hi5 e Orkut⁵. Os dois primeiros por liderarem os rankings quanto ao número de utilizadores, quer em termos mundiais, quer em Portugal. O Hi5 por ser também muito utilizado em Portugal e o Orkut no Brasil, país de onde provém muitas das análises que mobilizo para este trabalho. De facto, o Facebook é actualmente, em termos mundiais, o 3.º site mais consultado no ranking geral de tráfego na Internet, e o Myspace o 11.º. No caso Português, o Hi5 é o 2.º site mais consultado no ranking geral e o Facebook o 9.º.

Apesar de este trabalho incidir sobre esses *sites de redes sociais* o meu interesse é o de analisar não a dimensão colectiva de grupo, comunidade, rede, ou comunicação, nem tampouco as questões próprias da arquitectura e funcionamento desse software, mas antes aquilo que se refere ao sujeito e ao modo como as diversas práticas de utilização desses sites se relacionam com as *práticas de si*, isto é, pela relação de si para si face a esse cenário e a essa audiência on-line, cujo traço principal é, parece-me, o facto de ser constante, de estar sempre presente, de a qualquer momento se ter acesso a ela,

³ O perfil pode ser sujeito a um certo nível de privacidade caso o utilizador opte por não mostrar o perfil nos resultados das pesquisas na Internet ou por não permitir que pessoas não ligadas à sua rede de conexões tenham acesso ao perfil. Mas com mais ou menos restrições este é sempre feito para mostrar a uma audiência.

⁴ Esta lista aparece sob diversas designações como amigos, seguidores, contactos, fãs. Esta lista pode ser criada aquando do registo no site pois estas aplicações podem aceder ao email do utilizador e, a partir desses contactos, mostrar quais os utilizadores que já estão registados no site, sugerindo ainda que o utilizador convide os restantes a se registarem também.

⁵ Uma lista mais completa e actualizada dos diversos sites de redes sociais está disponível em <http://www.fredcavazza.net/2009/04/10/social-media-landscape-redux/> ou na página da Wikipédia dedicada aos *sites de redes sociais*: http://en.wikipedia.org/wiki/List_of_social_networking_websites.

independentemente de os seus utilizadores estarem ou não realmente conectados num determinado momento. No entanto, a minha análise irá extrapolar, por vezes, para outros aspectos da apresentação de si no espaço da Internet já que nem sempre será pertinente essa distinção entre o que são os *sites de redes sociais* e outros sites ou tecnologias da Internet.

A utilização destas ferramentas gera diferentes opiniões entre aqueles que vêem esta configuração como um quebrar de barreiras físicas e culturais e aqueles que consideram que estamos perante uma superficialização das relações humanas e da relação com o mundo e uma alienação face ao mundo físico que nos rodeia. Mas a tecnologia de comunicação tem vindo a ganhar rapidamente presença em diversas dimensões do quotidiano pelo que a separação entre on-line e off-line não faz muito sentido, é ilusória. Por outro lado, há que ter presente que a ideia de uma realidade virtual é anterior à difusão das redes de comunicação e à ideia de ciberespaço. Neste sentido, não me deterei na análise de diferenças ou especificidades de um mundo virtual mas antes nas práticas que servem de interface a essa virtualidade. Usarei, quando necessário, a distinção on-line e off-line para me referir a práticas que decorrem no contexto da Internet ou fora desse contexto. Pretendo então compreender no espaço deste texto o modo como a Internet pode ser entendida enquanto espaço de relação de si para si e para os outros, cuja força advém exactamente do facto de dispensar a relação face a face e a presença constante do outro. Esta relação será tão mais importante quando tivermos presente que esta se passa fora do espaço escolar, instituição historicamente responsabilizada pela inscrição identitária dos alunos e totalmente fora do seu domínio, mas que recorre a técnicas que também aí estão presentes.

A minha necessidade de fazer este trabalho surge de uma apreciação inicial sobre a semelhança - e não a diferença - ou antes o modo como a diferença era ela própria apresentada em termos de semelhança. Parece-me, assim, haver um certo “modo de ser” ou um repertório de modos de ser on-line, e uma certa sedução face a essas práticas de apresentação de si e de exploração da privacidade. No caso das redes sociais, trata-se não de criar personagens virtuais, mas antes de construir a sua própria identidade on-line, seleccionando o que se mostra e o que se silencia, através de processos que simultaneamente são muito pessoais mas também colectivos. As tecnologias de comunicação fazem parte do nosso quotidiano apesar de no discurso as remetermos sempre para o futuro ou para a novidade devido à sua mudança contínua.

Para fazer esta análise mobilizo, fundamentalmente, o trabalho de Nikolas Rose, autor cujos escritos se baseiam na ideia de que esta individualidade é uma matéria “pouco pessoal”. A sua investigação tem mostrado como as “nossas vidas íntimas, nossos sentimentos, desejos e aspirações “e até mesmo as “nossas personalidades,

subjectividades e relacionamentos” não são questões privadas”, isto é, elas não se situam num lugar “hermético ou isento da sujeição a relações de poder”. Essas dimensões da nossa intimidade são “intensamente governadas”, através de linhas de força diversas como “convenções sociais, vigilância comunitária, normas legais, obrigações familiares e religiosas”, que constituem um “intenso poder sobre a alma humana”. Assim, como esclarece o autor, naquilo que para mim constitui um ponto de partida para este trabalho “pode parecer que pensamentos, sentimentos e acções constituem o próprio tecido e constituição do mais íntimo eu, mas eles são socialmente organizados e administrados nos mínimos detalhes” (Rose, 1999: 30). Com este trabalho quero mostrar que a identidade é algo que produzimos através da criação de narrativas autobiográficas e que, quem somos, ou como nos percebemos, longe de ser uma escolha individual, é o produto de poderosas e subtis formas de governo características das democracias liberais modernas. Os modos como a identidade pode ser definida são estabelecidos por diversas formas de *expertise* que elaboram e disponibilizam determinadas linguagens que remetem para uma certa interioridade e que nos permitem pensarmo-nos e construir a nossa narrativa biográfica e identitária. Ora essa produção de linguagens insere-se, ela própria, numa vasta trama de forças de poder e na tentativa de dar resposta a problemas de governo concretos. Não pretendo com esta posição enunciar poderes instituídos, cuja acção, mais ou menos perversa se exerça num plano de exterioridade. Coloco-me antes nesse lugar de sujeito para mostrar que essas forças de poder não “dizem respeito apenas às autoridades”, mas constituem exactamente ao que temos de mais pessoal como “crenças”, “desejos e aspirações” e, assim, constituem a materialidade da nossa ética (Rose, 1999: 33).

Embora as estatísticas mais recentes mostrem que os utilizadores destes sites não são exclusivamente jovens ou adolescentes, a preocupação com este público e a ideia de que estes sites se destinam predominantemente a um público mais novo e ainda a facilidade com que estes utilizadores se movem nesses sites (escapando à ideia de que é necessário que a escola ou os pais promovam estas competências nos seus alunos), está presente na forma como o assunto tem sido retratado na comunicação social e na proliferação de relatórios, guias de aconselhamento e acções de formação sobre segurança da responsabilidade de diversas instituições, destinadas aos adultos - pais, professores e educadores - ou às crianças e jovens. Esta atenção dada aos jovens e à Internet e em particular às questões sobre a identidade tem sido constante nos *media* e começa a evidenciar-se na produção académica⁶. Apesar do estranhamento com que o olhar social vê estas práticas dos jovens, dando-lhes um estatuto de desconhecimento, estes jovens crescem com a ideia naturalizada de ser necessário gerir o seu perfil on-line. Refiro-me,

⁶ A título de exemplo veja-se a publicação colectiva coordenada por David Buckingham (2008) e o projecto EU Kids On-Line coordenado por Sonia Livingstone.

neste trabalho, à *criança* e ao *jovem* sem uma grande preocupação em delimitar idades ou estabelecer uma relação com outras categorias como grau de escolaridade porque considero que este fenómeno não é exclusivo dos jovens, e que a ideia de juventude é ela própria uma construção sócio-histórica.

Ao longo deste trabalho deterei a minha atenção privilegiadamente sobre este público, embora não em exclusivo, O meu interesse por esta categoria - jovem, criança, parte dessa preocupação geral que sobre ela recai e que origina, como veremos, todo um conjunto de práticas de subjectivação. De resto, como refere Nikolas Rose (1999: 31), “as manifestações mais óbvias [dessas práticas de subjectivação] têm sido o complexo dirigido à criança”, concretizando-se em aspectos do quotidiano, como o “bem-estar infantil, a escola, o sistema jurídico juvenil e a educação e vigilância dos pais”, pelo que olhar para estas práticas poderá significar usar uma lente de ampliação de um certo projecto de sujeito, pois a *criança* é o sector da nossa existência mais governado (Rose, 1999: 123) e está intrinsecamente ligada às aspirações das autoridades. Por outro lado, e retomando a ideia que esbocei anteriormente, este objecto traz-nos a possibilidade de pensar neste público fora do espaço escolar, pensar nos jovens como “não-escolares” para compreender entre que forças de subjectivação se movem, vivem e constroem a sua identidade.

Parto então para este trabalho com estas noções e não apenas de uma simples equação entre juventude e tecnologias, que por um lado me parece insuficiente e por outro pode gerar uma dicotomia entre atribuir ou não muito poder à tecnologia e assim fundamentar a produção de medos e simultaneamente de esperanças. É claro que aceito a ideia de que estamos perante uma geração vive em condições bastante diferentes, mas não me parece útil criar um programa de investigação com base nas ideias de *netgeneration* (Tapscott, 1998) ou *nativos digitais* (Prensky, 2001) ou *homo zappiens* (Veen, 2007). Esta ideia de uma geração intrinsecamente muito diferente pode por um lado limitar as nossas questões e por outro criar um imperativo: é assim que os jovens devem ser ou se tornar, como nota Herring (2008).

Abordar esta problemática nestes termos - identidade e juventude - levantava-me questões conceptuais importantes: o que significa a categoria juventude face a este contexto? O que ela implica na sua dissociação da categoria adulto? Como esta separação me pode elucidar sobre o assunto, não só as redes sociais são também usadas pelos adultos com objectivos por vezes muito concretos como criar um presença profissional on-line e, por outro, que os jovens e crianças estão a usar tecnologia criada pelos adultos? Pareceu-me que fazer esta separação poderia resultar de ideias de senso comum. Estes sites podem não reflectir a visão dos jovens e crianças (Herring, 2008). O que me interessa é exactamente o discurso dirigido ao jovem ou à criança, que se

surpreende perante a sua existência fora do espaço escolar e como essa tensão é negociada.

Este não é, portanto, um trabalho sobre os *utilizadores dos sites de redes sociais*, pois esta categoria poderá induzir-nos numa ilusão na medida em que qualquer pessoa poderá ser um desses utilizadores e essa referência poderá levar o leitor a criar uma separação entre si e esses utilizadores outros. Recorro assim a essa designação apenas quando seja útil na apresentação do argumento. Finalmente, importa esclarecer o leitor que me refiro ao *sujeito* já que, como veremos, ao longo deste trabalho não mobilizo a concepção de uma individualidade transcendente ou autónoma *a priori*.

É claro que apesar da força produtiva desta tecnologia e do esforço pela sua democratização, estamos ainda a falar de 24,7% da população mundial, que se concentra sobretudo no chamado mundo ocidental.

Este trabalho retoma algumas das ideias apresentadas no trabalho de Sherry Turkle sobre a identidade e a Internet e surge para mim na sequência de algumas interrogações permitidas pelo seu trabalho. Esta autora parte da constatação de que “é nos écrãs dos computadores que projectamos as nossas próprias ficções, ficções essas de que somos simultaneamente produtores, realizadores e vedetas” (1997:37) e criou assim um campo de possíveis interrogações sobre a relação entre o conceito de identidade, a Internet e as técnicas em que a sua utilização fica ancorada. No entanto, não se pode ignorar que o seu trabalho incide sobre os primeiros utilizadores da Internet, nomeadamente crianças e jovens que tiveram contacto com a programação, mas não creio que seja correcto afirmar que, actualmente, os jovens estão a tentar fragmentar as suas identidades on-line mas antes a criar diferentes relações consigo próprios. Da contextualização desse trabalho num determinado momento, resulta, como referi noutro lugar (Raleiras, 2007), a necessidade de alargar essa reflexão a alguns aspectos que têm vindo a afirmar-se a propósito da democratização da Internet. Esses aspectos dizem respeito à noção de vigilância que é utilizada para considerar formas de regulamentação do sujeito na intersecção dos diversos fluxos de informação que organizam a sua vida e como constantemente parecem redefinir as noções de público e de privado e de responsabilidade pela conduta. Dizem também respeito a uma certa ética de atenção ao eu através de práticas de reflexividade e de produção de uma autobiografia racional e coerente que nos garante uma presença na Internet, presença essa que só será real se constantemente actualizada, isto é, não bastará a criação de uma conta de utilizador num site de rede social para garantir que esse utilizador esteja, de facto, presente e não seja esquecido. É necessário garantir a “apresentação de si”, através da selecção de imagens, criação de redes de amigos, descrições sobre si próprio.

Este trabalho com abre um capítulo essencialmente teórico que designei como *Subjectivação e Tecnologias Humanas*, no qual o leitor encontrará uma clarificação das noções que utilizo para pensar as relações entre identidade e tecnologias da informação e comunicação, particularmente a Internet, e que vou convocando ao longo do texto para apresentar os meus argumentos. Este capítulo baseia-se sobretudo nos últimos escritos de M. Foucault, no trabalho de Nikolas Rose e de Jorge Ramos do Ó. Procuro aí identificar as tecnologias humanas e de condução da conduta que, no meu argumento, podemos ver em acção nas práticas de utilização da Internet, em particular nos *sites de redes sociais*. Creio que é justamente a identificação destas técnicas que nos ajuda a compreender o sucesso que estes sites têm conhecido e o modo como os jovens os sabem utilizar sem que para tal necessitem de recorrer à escola.

No segundo ponto deste texto, *Informação e vigilância*, apresento algumas linhas teóricas que nos ajudam a pensar sobre como estas técnicas de relação de si para si podem estar conectadas com múltiplos fluxos de informação que regulam as diversas áreas do quotidiano e como, nessa intersecção, se forjam forças e práticas de subjectivação, geralmente traduzidas como uma vigilância a partir do exterior e uma auto-vigilância.

O texto prossegue com um capítulo sobre *A Internet*, no qual procuro mostrar como o desenvolvimento destas ferramentas que fazem parte do nosso quotidiano é consequência de todo um investimento na procura de soluções para situações relativas à eficácia militar e, igualmente, um propósito mais geral de expandir no sujeito os domínios da racionalização tornando-o assim objecto de uma permanente auto-problematização perspectivando-o como uma *máquina produtiva*.

No último capítulo - *Sites de Redes Sociais* - abordo então a produção discursiva sobre a utilização das redes sociais pelos jovens e crianças, incluindo aí a construção de estatísticas, os resultados da actividade científica sobre este assunto, sem esquecer o modo como esta relação é tratada na imprensa, e ainda nos documentos relativos às iniciativas de protecção e defesa da criança face aos *perigos* veiculados pela utilização deste tipo de sites.

Termino este trabalho com uma sistematização dos argumentos presentes ao longo do texto e uma breve reflexão acerca das possibilidades de definição de uma problemática mais consistente sobre este tema. Parece-me que esta apontará para uma genealogia das técnicas de produção identitária entre pares, conectadas quase sempre a um desejo que coloca, por um lado, a ideia de sujeito conectada com a criatividade e, por outro, uma ética da autenticidade. Estas ideias de devir sujeito têm, do meu ponto de vista, de ser analisadas em paralelo com uma reacção equivalente: o medo social do desaparecimento da criança no interior de um dispositivo tecnológico que, por isso, se

pretende controlar através de dinâmicas de vigilância que não excluem a própria interdição.

I Parte

1. Subjectivação e Tecnologias Humanas

Neste capítulo procuro apresentar as ferramentas teóricas que mobilizo para compreender a relação entre a produção da identidade e as práticas de uso dos *sites de redes sociais*. Tenho como ponto de partida a ideia esboçada na introdução deste texto de que a individualidade é um trabalho dos sujeitos determinado por saberes, instituições e práticas. Esta perspectiva baseia-se no trabalho de Michel Foucault, em particular nos seus últimos escritos, naquilo a que se convencionou chamar de “o último Foucault”, escritos esses em que o autor se dedicou a uma abordagem histórica da constituição do sujeito através das práticas de subjectivação, referindo-se, com este termo, às dinâmicas que moldam o sujeito. Nesta abordagem, o que se procura analisar é o sujeito enquanto forma e não enquanto substância (Foucault, 2006). Um dos grandes desafios que a sua pesquisa nos deixa é exactamente esse de partir de um ceticismo sistemático a respeito de todos os universais antropológicos, nomeadamente da natureza humana e de todos os conceitos que é possível aplicar ao sujeito e que deviam, na sua perspectiva, ser submetidos a uma verificação (Foucault, 2006).

Este projecto de genealogia da subjectividade, empreendido por Michel Foucault, foi sendo desenvolvido por diversos autores que pensaram as ligações entre política, autoridade e um plano mais individual de comportamento dos cidadãos. Destaco o trabalho de Nikolas Rose (1999, 2006 e 2007) sobre a constituição do sujeito através da consolidação das disciplinas e saberes *psi* e, mais recentemente, através das biotecnologias, de par com o de Jorge Ramos do Ó (2009a e 2009b), sobre o governo do aluno liceal, e que mobilizo neste capítulo para me ajudar a pensar e a questionar o meu objecto.

Apesar de tomar estes conceitos como ponto de partida para o meu trabalho, não pretendo apresentar aqui um ensaio sobre a obra de Michel Foucault ou uma aplicação directa daquilo que poderia ser uma teoria foucaultiana do sujeito. Procuro, antes, empreender um trabalho feito “a partir de premissas de” Foucault, isto é, tomo como minhas algumas ferramentas teóricas e prossigo também determinadas interrogações suas, aplicando-as às práticas identitárias-relacionais do presente.

O conceito de subjectivação situa-se numa constelação de que fazem parte outras noções como *técnicas do eu*, *tecnologias do eu*, *técnicas de si*, *inscrição*, *artes de si mesmo*, ou *estética da existência*. É sobre eles que se ergue a arquitectura da minha análise e por isso procurarei, neste capítulo, sistematizar o que me parece ser a sua força operativa.

Subjectivação

Foucault estudou longamente o modo como, no Ocidente, a par do Capitalismo, se desenvolveu uma série de “técnicas para vigiar, controlar”, monitorar “o comportamento dos indivíduos”, “os seus actos”, a sua “maneira de fazer” e as suas “aptidões”, a sua “localização e residência” (Foucault, 2006). Estas técnicas governativas, atravessadas por mecanismos de poder, tinham por o aumento da “aptidão” dos indivíduos para o “aparelho produtivo da sociedade” através da produção de determinados efeitos positivos no sujeito, e agindo pelo constante incitamento à acção, ao invés das arcaicas técnicas de governo que funcionavam pela repressão e criação de proibições.

Tais práticas, presentes numa época marcada por modos de organização e dinâmicas de poder que passaram a ser designadas no seu conjunto como *poder disciplinar*, foram dando lugar à progressiva criação de mecanismos de interiorização do poder, mais apropriados a uma sociedade que se sustenta na comunicação, ou na informação, e vai difundido de maneira mais plástica, móvel, fugidia, a dominação (Foucault, 2006). Só partindo desta linha poderemos identificar o tipo de estruturas que vão tornando as opções sociais cada vez “mais equivalentes e semelhantes”, de modo independente da “posição geográfica ou hierárquica que o sujeito ocupe na cadeia relacional”, ou seja, é partindo desta abordagem que, julgo, podemos equacionar a presença on-line como uma ampliação da nossa superfície de subjectivação e, ainda, pensar os limites e possibilidades de criação ou de colagem identitária que aí se jogam.

A passagem de uma sociedade disciplinar para uma sociedade que se organiza a partir da interiorização das regras de poder levou Foucault a incluir, no seu trabalho de genealogia do sujeito, a sua hermenêutica, isto é, a ideia recorrente e presente em

cenários e práticas diversas - a escola, o trabalho, a nossa intimidade - de que existe em nós, num certo lugar interior, algo de profundamente oculto, que constantemente aguarda ser decifrado, obrigando a uma constante atenção a si mesmo e ao desejo, através de procedimentos de observação, análise e decifração de si próprio. Ora, é este perpétuo trabalho que origina igualmente uma incessante procura de verdade sobre o sujeito e a criação de novas linguagens subjectivantes. É nesse sentido que o trabalho de Nikolas Rose nos tem permitido compreender os modos através dos quais os nossos “mundos mentais têm sido reconstruídos”, bem como as “nossas formas de pensar e falar sobre nossos sentimentos pessoais”. Ao longo do tempo, temos vindo a aprender a usar novas “técnicas para gerir as nossas emoções” e, com isso, “a própria ideia que temos de nós mesmos tem sido revolucionada”. Como refere o autor, “tornámo-nos seres intensamente subjectivos” (Rose, 1999: 32). Ou seja, o sujeito contemporâneo tem vindo a cercar-se de uma panóplia de modos de subjectivação que podemos ver como o efeito do “resultado das interacções que se operam tanto nas situações face a face como no trabalho interno que os indivíduos exercem sobre si mesmos” (Ó, 2009b).

Retomando a minha pergunta de partida, o conceito de subjectivação permite-me pensar na possibilidade de que aquilo que fazemos on-line, num espaço que, como veremos, tem sido desejado e sonhado como um *locus* de liberdade, seja igualmente sujeito a convenções. Poderemos então admitir a hipótese segundo a qual o sujeito contemporâneo se apresenta on-line, como se pensa, esteja, também ela, sujeita a qualquer coisa e seja assim objectivarmos o nosso ser sujeito, a nossa identidade? Quando dizemos que nos tornamos seres intensamente subjectivos significa que a nossa superfície de interioridade está pronta a distender-se. E temos hoje, de facto, diversos modos de nos pensarmos, diversos termos para nos classificarmos, diversos pares de opostos para nos situarmos, diversas áreas da nossa vida que devemos cuidar. Podemos então dizer que ampliámos a nossa superfície de subjectivação, pois nem o corpo - a presença física - é mais uma estrutura obrigatória no processo de expansão da superfície identitária.

Mas a subjectivação também é, em certa medida, resultado dos cálculos das forças políticas. Podemos vê-la em acção no conjunto de práticas que se dirigem à criança, seja na escola, seja na família, ou em todas as zonas de decisão em que a ela é pensada e assim subjectivada. Colocar a criança no centro deste trabalho permite-me assim focar de modo ampliado esta questão.

Outro exemplo de processos de subjectivação é o trabalho feito pelas disciplinas e saberes *psi*, estudado detalhadamente por Nikolas Rose, e em que se percebe como “as inovações no conhecimento têm sido fundamentais para os processos pelos quais o sujeito humano tem sido introduzido em redes de governo”. Novas linguagens científicas

são “inventadas para falar sobre a subjectividade humana e a sua pertinência política, novos sistemas conceptuais têm sido formulados para calcular as capacidades e a conduta humanas e novos dispositivos têm sido construídos para inscrever e calibrar a *psique* humana e identificar as suas patologias” (Rose, 1999: 39). A hipótese que gostaria de começar a explorar aqui é a de que a Internet e a presença on-line constituem, na sua imensa força produtiva e na grande adesão social, afinal não mais do que uma variação ou desdobramento de um dispositivo há muito conhecido e em actividade.

Conhecer o sujeito, inseri-lo numa linguagem e, assim, disponibilizar formas identitárias, tornará possível a composição de *tecnologias humanas*, isto é, “conjuntos de forças, mecanismos e relações que possibilitam a acção a partir de um centro de cálculo - um departamento governamental, um escritório gerencial, um centro de operação do exército, - sobre as vidas subjectivas de homens, mulheres e crianças” (Rose, 1999: 40).

Estas tecnologias humanas operam assim em redes de saber e organizam forças e capacidades humanas bem como artefactos em redes operacionais que, na verdade, geram novas dinâmicas de poder. Encontramos aí documentos tão diversos como os “planos arquitectónicos, equipamentos e dispositivos técnicos e profissionais, burocracias, métodos de cálculo, inscrições, procedimentos de recuperação, etc.” Deste modo, essa rede de saber, constituída num conhecimento teórico, num regime de inteligibilidade, torna a “alma pensável em termos de uma Psicologia, uma inteligência, uma personalidade...” (Rose, 1999: 40).

Importa referir que não me situo, no entanto, numa perspectiva de exterioridade face a essas práticas de subjectivação, procurando aqui identificar modos de coacção, ou de obrigação sobre o indivíduo, que possam ser objecto de uma denúncia, de um processo qualquer de libertação. Não penso sequer em algo que se oponha à ideia de liberdade mas sim em algo que constitui a própria vivência da liberdade. De resto, são as próprias sociedades liberais que colocam limites às “intervenções coercivas directas sobre as vidas individuais através do poder do Estado”. As autoridades agem sobre “os desejos e a conduta dos indivíduos de uma forma indirecta”, nomeadamente através de agentes de uma *expertise*, agindo não através da força, da violência ou constrangimento, mas antes “através da persuasão inerente às suas verdades, das ansiedades estimuladas por suas normas e das atracções exercidas pelas imagens da vida e do eu que ela nos oferece”. O cidadão de uma democracia liberal age, assim, “numa espécie de aliança” que faz coincidir os objectivos e ambições pessoais e as actividades institucionalmente ou socialmente valorizadas, naquilo que se chama de governo a distância (Rose, 1999: 43). É exactamente por se dirigir a indivíduos livres e autónomos que o poder se amplia: “a liberdade é, portanto, uma condição para a existência do poder” (Ó, 2009b). De resto, o interesse do trabalho de Foucault é exactamente pelas práticas de subjectivação

enquanto práticas de liberdade: “penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de subjectivação ou, de maneira mais autónoma, de práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade - a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções, que podemos encontrar no meio cultural (Foucault, 2006: 291)”.

Em síntese, utilizo aqui o termo subjectivação para me referir aos efeitos gerados pelos processos que permitem que nos pensemos a nós próprios como sujeitos sobre os quais agimos e nos procuramos modificar internamente.

Foucault identificou três modos de subjectivação, ou de produção da objectividade do sujeito: os modos de investigação que pretendem aceder ao estatuto de ciência; as práticas que dividem e a maneira pela qual o ser humano se transforma em sujeito, por exemplo o modo como se reconhece sujeito numa sexualidade (Castro, 2004).

A subjectivação comporta quatro elementos: a substância ética, os modos de sujeição, as formas de elaboração do trabalho ético e a teleologia do sujeito moral. Estes elementos definem a relação do sujeito consigo mesmo ou a maneira como o sujeito se constitui como sujeito moral, que age sobre si mesmo (Castro, 2004).

Apesar de a moral comportar sempre um código de comportamentos e de, em algumas formas morais, o modo de subjectivação adquirir uma forma jurídica, noutras o sistemas de regras pode ser muito rudimentar. Nestas últimas formas morais, acentua-se o elemento dinâmico do modo de subjectivação: as formas de relação consigo mesmo, os procedimentos e as técnicas mediante as quais se elabora esta relação, os exercícios por meio dos quais o sujeito se constitui como objecto de conhecimento, ou as práticas que permitem ao sujeito transformar o seu próprio ser.

Tecnologias humanas e práticas de si

O conceito de *tecnologias humanas*, ou *tecnologias de governo*, refere-se aos meios destinados a “moldar, instrumentalizar e normalizar a conduta de alguém”, postos em acção pelas autoridades em determinada época. Essas tecnologias espelham-se numa “imensidão de documentos e procedimentos” que ligam “o pensamento, as decisões e as aspirações de cada um dos actores” com as “racionalidades de governo”, destinadas à condução da conduta dos indivíduos (Ó, 2009b).

Estas tecnologias são então um agenciamento⁷ - no sentido em que partes diferentes são reunidas para formar um novo objecto - de relações humanas e sociais nas quais os

⁷ Agenciamento significa aqui *assemblage*, e refere-se ato ou efeito de reunir diferentes partes para formar um novo objecto (Rose, 2001)

equipamentos e as técnicas são apenas uma parte. Traduzem uma prática de governo, com objectivos socializadores mais ou menos conscientes, e são constituídos por “conhecimentos”, “instrumentos”, “pessoas”, “espaços”, e determinados pressupostos sobre os seres humanos (Rose, 2007: 17). De facto, as tecnologias operam com base em redes de saber constituídas, conhecimentos teóricos e um certo regime de inteligibilidade, que permitem organizar as forças e capacidades humanas, tornando “a alma pensável” (Rose, 1999: 40).

Para formar estas técnicas de governo dos indivíduos, algumas instituições tiveram um papel central. O exército, a prisão, o asilo, a fábrica, a escola, a família e a comunidade funcionaram como “máquinas de registo e observação” das diferenças humanas. Foram mais poderosas nessa finalidade as organizações destinadas à “utilização ou desenvolvimento racional” dos indivíduos. A individualidade passou a ser, ela própria, um campo de saber através de “operações de documentação burocrática” (Rose, 1994: 125). Todo um esforço se desenvolveu nestas instituições para tornar estáveis “fenómenos efémeros” por forma a que pudessem, segundo Latour (1986), “ser repetidamente examinados e acumulados ao longo do tempo”. Estes registos originam documentação que pode ser facilmente utilizada, ainda de acordo com o autor, em laboratórios, clínicas e outros centros de cálculo e administração. Será a Internet enquanto espaço, ciberespaço, um espaço fora da instituição? Julgo que não. Nas próximas páginas procuro mostrar que apesar de a Internet ser muitas vezes apresentada como um não lugar, no sentido que lhe dá Marc Augé (2005), isto é, um lugar que não é nem identitário, nem relacional, nem histórico, e daí a sua força de atracção, a Internet pode ser definida enquanto lugar a partir das práticas da sua utilização, nas quais o sujeito estabelece diversas relações consigo próprio face a relações e contingências várias.

Estas tecnologias da subjectivação podem ser desdobradas naquilo se chama de *técnicas do eu* ou *técnicas de si*. Essas técnicas são as formas pelas quais os sujeitos se reconhecem como resultado das suas práticas sobre si próprios, isto é, as “linguagens, critérios e técnicas que nos são oferecidos, para agir sobre nossos corpos, almas, pensamentos e conduta a fim de obter felicidade, sabedoria, riqueza e realização” (Rose, 1998: 43). É, portanto, através de todo um trabalho que nos é tão familiar de “auto-inspecção, da autoproblematização, do automonitoramento e da confissão,” que, prossegue Rose, “nos avaliamos a nós mesmos” porém sempre de acordo com “critérios que nos são fornecidos por outros” das mais diversas formas e não apenas por processos de submissão a uma autoridade (Rose, 1998: 43). Estas técnicas implicam uma relação de obrigação para com a verdade: é preciso descobrir a verdade, ser esclarecido pela verdade e dizer a verdade (Foucault, 2006: 95).

Como referiu Foucault a propósito deste processo:

“Fui me dando conta, pouco a pouco, de que existe, em todas as sociedades, um outro tipo de técnicas: aquelas que permitem aos indivíduos realizar, por eles mesmos, um certo número de operações no seu corpo, na sua alma, nos seus pensamentos, nas suas condutas, de modo a produzir neles uma transformação, uma modificação, e a atingir um certo estado de perfeição, de felicidade, de poder sobrenatural. Chamemos a essas técnicas, técnicas de si” (2006: 95).

As *práticas de si* são os exercícios de si sobre si, através dos quais se procura elaborar, transformar e atingir um certo modo de ser idealizado. Neste sentido, não parto da ideia de uma multiplicidade do eu contemporâneo, ou de mudanças na personalidade humana, mas antes da existência de diversos tipos de relação consigo próprio. Como atenta Foucault:

“Você não tem para consigo o mesmo tipo de relações quando você se constitui como sujeito político que vai votar ou a palavra numa assembleia ou quando você busca realizar o seu desejo numa relação sexual (...) Não estamos na presença do mesmo tipo de sujeito. Em cada caso, exercem-se, estabelecem-se consigo mesmo relações diferentes” (2006: 30).

Estas *práticas de si* interessam-me porque a sua análise permite perceber como nos tornamos enquanto sujeitos. Para mim trata-se de identificar, na actualidade, o repertório das relações consigo próprio geradas pela interacção on-line e verificar como elas configuram *dobras* de um tecido identitário existente.

O trabalho de Nikolas Rose tem mostrado que “ser visto, observado, descrito em detalhe, seguido dia a dia por uma escrita ininterrupta” era um privilégio destinado apenas a alguns. Os métodos disciplinares mudaram esta situação tornando estas práticas descritivas um meio de controlo e um método de dominação:

“Esta transformação das vidas reais na escrita não é mais um procedimento de heroização; ele funciona como um procedimento de objectivação e subjectivação (Foucault, 2006: 191).

O constante exercício da soberania de si através destas práticas que visam o acesso à verdade e a transformação da singularidade do sujeito, estrutura uma contínua procura de transformar a vida numa obra de arte, isto é, a dificuldade de o sujeito moderno poder aceitar, para regular a sua intimidade, uma moral de regras mais ou menos externas, deu lugar a uma busca pela *estética da existência*. Esta procura constitui um modo de subjectivação através do qual o sujeito procura ter uma vida bela, orientando a reflexão moral para uma estilização da sua actividade. Trata-se assim de “uma certa maneira de viver em que o valor moral não provém da conformidade com um código de comportamentos mas com certos princípios gerais no uso dos prazeres” (Foucault, 2006).

Na Antiguidade, esta procura chegou a um ponto de contradição entre a “busca obstinada por um certo estilo de existência e o esforço por torná-lo comum a todos” (Castro, 2004).

Para a estruturação deste trabalho, interessa-me seguir dois exemplos destas práticas de si que se referem ao preceito enunciado por Foucault segundo o qual “há que se ter o eu, de certo modo, sob os olhos, sob o olhar, há que se tê-lo sempre à vista” (2004: 262). Podemos considerar este preceito através das práticas de escrita de si e da fotografia, ou seja, através de mecanismos de introspecção e verbalização que visam a objectivação do sujeito e de exercícios de visualização do sujeito ou da sua interioridade. Estes mecanismos estão vincadamente presentes na utilização dos sites de redes sociais, como veremos mais à frente, através do convite recorrente à escrita de si e à colecção e apresentação fotográfica.

A escrita de si

As práticas de uma escrita reconhecida pelos indivíduos como uma *escrita de si*, supondo uma acção sobre a acção, isto é, uma “constante leitura e releitura” de elementos de “estilo confessional”, incitando à introspecção, têm, na verdade, constituído na Civilização Ocidental um importantíssimo mecanismo de vigilância, potenciando, no interior de um exercício que se imagina solitário, uma “dinâmica propriamente política” (Ó, 2009a).

A reflexão sobre estas práticas foi longamente tratada por Michel Foucault, designadamente em *A Hermenêutica do Sujeito* (Curso do Collège de France, 1981-1982), em torno da noção de *cuidado de si*. E aqui a Antiguidade representa um momento decisivo “no qual se acha comprometido (...) o nosso modo de ser sujeito moderno” (2004: 13). Este princípio do “cuidar de si” e do “ocupar-se consigo mesmo” tornou-se um eixo estruturante de toda a conduta racionalizada e veio a ser investido pelas instituições religiosas, pedagógicas e médicas ou psiquiátricas nas épocas subsequentes.

Dois exemplos arcaicos mas fundamentais para se compreender a problematização da escrita de si são os *hypomnêmata* e a correspondência, que constituíam uma via de dupla mão - dirigir-se a si e ao outro -, na qual o sujeito se mostrava e se constituía a si mesmo através da “elaboração dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros”, os quais, portanto, seriam transformados “em princípios racionais de acção” (2006: 147). Os primeiros consistiam em anotações de “citações, fragmentos de

obras”, “reflexões ou pensamentos”, seus ou recebidos através de outrém, ou mesmo “exemplos e acções que foram testemunhadas” (2006: 148).

A sua materialidade traduzia assim uma memória das “coisas lidas, ouvidas ou pensadas” que poderiam permitir posteriormente a sua releitura, meditação, o diálogo consigo mesmo e com os outros. Esta prática difere da prática de escrita do diário ou de uma narrativa de si mesmo. Para a economia da minha tese importa começar por sublinhar que se tratava ali sobretudo de “reunir o que se podia ouvir ou ler”, com vista à constituição de si, à criação da sua identidade através dessa “colecta de coisas ditas”. A cópia produz na escrita a “própria alma”. Esta técnica permitia que se combinasse de modo racional a autoridade da tradição da “coisa já dita” com a “singularidade da verdade nela afirmada” (2006: 149), constituindo-se, assim, um modo de inscrição da sua singularidade.

Mas não era tudo. A correspondência, por seu turno, e embora tendo por fim um exercício de mestria sobre si mesmo, permitia a ligação do sujeito com o seu correspondente. A presença do destinatário deveria produzir efeitos sobre quem escrevia a missiva. Eis aqui outra linha que nos devolve o presente: o *outro*, cuja presença se postula virtualmente, torna-se essencial para a noção de que a identidade é uma construção interminável, o que supõe uma narrativa em permanente elaboração. Daqui a manutenção histórica do jogo “de se manifestar para si mesmo e para os outros” (2006: 156). Esta acção produz então uma exposição de si, uma objectivação da alma, na qual se faz “aparecer o seu próprio rosto perto do outro”. Ora esta troca de escrita-resposta-escrita, que se estabelece na correspondência, e se fixa na elaboração de conselhos e sugestões de ajuda, revela uma reciprocidade de “olhar” e de “exame”. A escrita epistolar implica, quer no destinatário, quer em quem escreve, um agudo exercício de introspecção sempre em torno do tema do “deciframento de si por si”, ao mesmo tempo que viabiliza “uma abertura que se dá ao outro sobre si mesmo” (2006: 157). Tratando de assuntos quotidianos, estas cartas transportam não a importância de certa actividade mas a sua posição dentro de um certo regime de si, dentro da “qualidade” de um “modo de ser”, fazendo coincidir “o olhar do outro com o olhar que se lança sobre si mesmo”.

É a partir desta evidência que liga o sujeito ao interior de si mesmo e às lógicas disciplinares de adequação social, à procura incessante de uma verdade que lhe estabeleça um sentido para a vida e o torne atraente à vista de terceiros, que me parecem operativas as noções de *escrita de si* que Foucault trabalhou na Antiguidade Clássica.

Vemos também estas noções no funcionamento da instituição escolar, nomeadamente no uso do caderno escolar e da correspondência inter-escolar (Ó, 2009a). O caderno surge como a resposta para a necessidade de “manter o aluno activamente preso ao discurso

do professor” através do registo de passagens obrigatórios mas também de escolhas livres. No seu caderno, esperava-se que o aluno espelha-se a sua continuada aplicação e estabelece-se relações consigo próprio. A correspondência inter-escolar vinha dar lugar a práticas de escrita que decorriam “do interesse dos alunos”. Contudo, a produção dessa narrativa na escola, porque sujeita à intermediação do professor, era uma narrativa esperada, na qual o aluno procurava “fazer as coisas bem feitas” e ao mesmo tempo “apresentar uma verdade pessoal que tivesse igualmente o maior acerto possível”.

A fotografia

Uma das características do uso de software social é a apresentação do utilizador através das suas fotografias. Navegando por alguns perfis do Hi5, por exemplo, facilmente verificamos que estas fotografias em pouco diferem: mostram um sujeito jovem, feliz, rodeado de amigos, conectado a outros, lugares de viagem, etc... Neste sentido, creio que a reflexão em torno da função da fotografia será uma dimensão importante na construção do objecto de estudo deste projecto. De facto, se já na década de 70 Susan Sontag podia afirmar que “a industrialização da tecnologia da câmara fotográfica transportou uma promessa inerente à fotografia desde os seus primórdios: democratizar todas as experiências ao traduzi-las em imagens”, o uso e acesso à fotografia digital veio reforçar esta promessa de “coleccionar” o mundo como se de um álbum de fotografias se tratasse. Inerente a este desejo de poder, a prática da fotografia no quotidiano surge como algo que se sobrepõe à experiência fotografada. Para o turista, mais do que ver um lugar, importa fotografar o lugar e assim capturá-lo, trazê-lo consigo, “apropriar-se”, assim da coisa fotografada (Sontag, 2002: 4). Ela faz limitar a experiência a uma procura de “fotogenia” e faz converter a experiência em recordação ou num acumular de pedaços do mundo, uma colecção de evidências.

Para Krauss, a utilização da fotografia para eternizar “momentos sagrados” do “culto da família” - “reuniões de família, férias, viagens” - produz um efeito maior do que o de registar um facto objectivo, ela “projecta” um teatro elaborado pela família, passando esses momentos concretos a serem motivados pela possibilidade fotográfica que projecta uma fantasia de “coesão familiar”, de uma família “una e indivisível” (2002: 221).

A fotografia no contexto do software social interessa-me igualmente pela sua relação com a vida pública *versus* vida privada. Quais são as fotografias que tiramos para expor? Quais as fotografias que mostramos para nos mostrarmos?

Se considerarmos entretanto a fotografia como retrato, ele constituía, inicialmente, uma homenagem, à qual a máquina fotográfica trouxe uma promessa de democratização. De

resto, o próprio retrato conheceu inicialmente um período de “individualização da pessoa patológica”, no qual se procurou conhecer as proporções e características externas do corpo para, com esse elenco, estabelecer conexões a características mentais invisíveis. O retrato fazia assim aparecer no corpo essa diferença. Esta gramática do corpo e avaliação da normalidade insere-se num conjunto de práticas comuns em campos como a Medicina e a Psicologia nos quais o sujeito se iria tornar crescentemente visível na sua interioridade.

Podemos assim referir, a partir do trabalho de J. Crary, que a fotografia funciona também como controle social e científico, já que ela permite a materialização de uma visão subjectiva sobre o sujeito, pois ela própria envolve um determinado “arranjo do corpo no espaço”, uma “disposição dos corpos individuais”, que governa a atenção e impõe uma certa homogeneidade (Crary, 1999).

Subjectivação e Identidade

Como podemos falar de uma subjectivação que produz identidade? O trabalho de Nikolas Rose permite-nos verificar como o sujeito contemporâneo cria a sua identidade no interior de práticas que produzem uma crescente “eticização da existência” dado que são cada vez mais as áreas a que, em nome da responsabilidade e auto-realização, temos de dar resposta.

Uma forma particular de auto-reflexão que tem vindo a ganhar força é a exteriorização pela verbalização em que, aspectos íntimos, pessoais ou privados da existência e conduta são postos em discurso. Trata-se de um exercício sobre a vontade posto em prática para modelar a construção de desejos e vontades. Ora esta satisfação do desejo e da vontade constitui um domínio de exploração económica, tanto mais quanto esse desejo for verbalizado e assim, conhecido. Estamos então perante uma *ética da autenticidade* em que o julgamento é feito a partir do interior e pela comparação da conduta e afirmações públicas com os segredos e desejos privados. Esta dinâmica veio ganhando consistência ao longo do século XX e levou a um questionamento da legitimidade da distinção entre público e privado. Foi a partir desta conexão de autenticidade que a conduta pública passou a ser crescentemente monitorada como sinal ou expressão de algo mais profundo presente na “natureza individual” privada.

Tornou-se, assim, fundamental trabalhar sobre si próprio, de modo a ser reconhecível pelas audiências, através de uma constante inscrição do *self* em discurso. Como já vimos anteriormente, a propósito da correspondência, esta escrita de si tem consequências não apenas para aqueles que falam ou escrevem ou expõem a si próprios, mas também para

aqueles que lêem, vêem, assistem - a sua audiência. Daí que a estilização da existência nos *media* tenha um importante papel na modelação e regulação da identidade através do poder da imagem:

“O nosso habitat esta inscrito com imagens, normas, avaliações. Estas disseminam repertórios de *self* em termos de identidades: formas relativamente estandardizadas de individualidade e personalidade, cada uma equipada com um conjunto de hábitos, disposições, gostos e aspirações” (Rose, 1999: 270).

A vida é imitar as imagens da vida, “o simulacro do gozo, do aconchego, e sucesso” presentes nos anúncios, nos programas de televisão e noutras imagens públicas que veiculam repertórios de modos de personalidade, convivialidade e sucesso. Esses repertórios disponibilizam também formas de reacção face a insatisfações, hesitações e incertezas. Procuramos assim agir na expectativa desse mundo idealizado em imagens modelando o *self* para que possa mostrar os sinais de uma performance competente nessa procura de auto-realização (Rose, 1999: 243). Estas representações comportam uma grelha de visibilidade sobre a existência e sublinham certo tipo de eventos como significativos e problemáticos ao mesmo tempo que tornam certos modos de conduta para consigo pensáveis e possíveis. Daqui chegamos a uma segmentação de mercado cada vez mais sofisticada e desenvolvida justamente com base nessas relações. Estamos então perante um agenciamento complexo e híbrido, em que os processos e desejos que imaginamos que estejam no interior psicológico de indivíduos, estão conectados com as promessas e prazeres que podem ser investidos nas representações de estilos de existência e os seus artefactos associados, e localizados no interior de conjuntos de rotinas diárias para a conduta da vida. Assim, as escolhas que fazemos no dia-a-dia e a obrigação de tornar a existência significativa como o produto resultante das escolhas feitas, possibilitam que a relação consigo próprio fique presa à ética da autonomia individual e autenticidade pessoal. No que toca às práticas de produção da identidade ela Internet, esta perspectiva permite-nos tornar visível o modo como recorrendo a técnicas de relação de si para si, em que o sujeito narra a sua individualidade, ela cria uma fortíssima ligação com a produção de imagens de sucesso. No caso dos sites de redes sociais, essas imagens remetem para uma vida social activa e passível e novos recomeços.

Para Bauman, e quando nos propomos pensar esta relação entre o sujeito e a sua criação identitária dirigida ao outro, podemos estar perante “comunidades de ocasião” que supostamente são originadas em torno de eventos, ídolos, pânicos ou modas. Estas não duram mais do que as emoções que as mantêm no foco das atenções e estimulam uma conjunção de interesses - fugaz, mas não por isso menos intensa (2003: 53). No

contexto de um relacionamento virtual, não são, para este autor, as mensagens em si, mas “o seu ir e vir, a sua circulação”, que constituem a mensagem:

“Nós pertencemos ao fluxo constante de palavras e sentenças inconclusas (abreviadas, truncadas para acelerar a comunicação). Pertencemos à conversa, não àquilo sobre o que se conversa (...) Os provedores de acesso à Internet não são sacerdotes que santificam a inviolabilidade das uniões. Estas não têm nada em que se apoiar além das nossas conversas e textos; a união só se mantém na medida em que sintonizamos, conversamos, enviamos mensagens. Se interromper a conversa, está fora. O silêncio equivale à exclusão” (Bauman, 2003: 55).

Nesta dinâmica, anula-se a diferença entre um lugar e outro, entre um e outro grupo de pessoas ao alcance da visão e do toque. O sujeito é único ponto estável num universo de objectos em movimento. Também as “extensões” do sujeito permanecem incólumes apesar de os que estão conectados através delas se moverem. Encontramos assim uma “uma multidão de pessoas destacadas”, ou seja, “um grupo em movimento no qual cada unidade móvel faz a mesma coisa, mas nada é feito em conjunto” (2003: 84).

Subjectivação, Práticas de Si e Internet

Neste ponto procuro fazer uma sistematização dos prolongamentos, na literatura científica actual, das noções de subjectivação e das práticas de si, quando dirigidos para a Internet e para os *sites de redes sociais*. Trata-se, para mim, de aprofundar e simultaneamente de focalizar o tipo de problematização que venho empreendendo.

Uma reflexão em torno das linhas de implantação estratégica das tecnologias de informação e comunicação no campo da educação é desenvolvida por David Shutkin. Este autor mostra como a problematização em torno deste cruzamento, e bem assim da sua relação com as discussões curriculares, incidiu continuamente numa ênfase na “optimização” das competências cognitivas da criança através de uma ampliação das suas “capacidades racionais” (1998: 231). De acordo com este autor, as ferramentas tecnológicas têm sido introduzidas e apropriadas pela arena educativa não como simples oportunidades educativas, mas sobretudo como um conjunto de discursos e práticas que se dirigem à criança enquanto efeito desse crescimento das tecnologias de informação. Semelhante agenciamento constitui uma narrativa acerca dos objectivos da instituição escolar, mas também das posições de sujeito tornadas possíveis para a criança, posição essa que se define no cruzamento das diversas narrativas que a ela se dirigem, naquilo que constitui uma “luta de discursos” sobre a sua identidade. Ora esta entrada das tecnologias de informação no domínio do educativo sustenta-se no desejo de assegurar o

desenvolvimento da criança, que desta forma se vê “otimizada” como um sujeito “racional e unificado” (1998: 220).

Ainda sobre o encontro entre as tecnologias de informação e a educação institucional, Karla Saraiva (2008) apresenta um contributo significativo. Analisa o modo como os discursos, técnicos e académicos, relativos à educação a distância, constituem uma forma de *noopoder*, conceito que a autora encontra em Lazzarato, e que tem por fim a modulação da mente, nomeadamente da memória e da atenção. A noção de *noopoder* seria uma actualização da ideia de *biopoder*⁸, no âmbito da necessidade de ampliação do governo à distância e direccionado para a mente. A expansão das tecnologias de informação teria aí um importante papel funcionando como suporte para essa dinâmica subjectivadora. Estes discursos são construídos para promover um modelo de professor e de aluno num plano de interacção que dispensa a relação face-a-face. A autora sugere que, apesar de a Internet permitir que vários indivíduos estejam em contacto e possam ser co-criadores de bens comuns, a sua captura por mecanismos de controle e a falta de encontros espontâneos, bloqueará qualquer intenção de invenção conjunta. A partir da perspectiva do *noopoder*, Saraiva mostra que, à distancia, o professor precisa de exercer um controle mais sofisticado sobre o aluno, devendo reflectir acerca do que este deve “analisar e avaliar em si mesmo”. O controle não é contínuo, como o seria na sala de aula, mas é “continuado, possível de ser retomado a qualquer momento, não sendo limitado no tempo nem no espaço”. Eis portanto uma relação virtual que expande e aprofunda os mecanismos de poder disciplinar.

O confronto com esta possibilidade de expansão do campo educativo, nomeadamente “abertura das salas de aula” e a maior possibilidade de comunicação entre os indivíduos, leva, por seu turno, Alysso Artuso a colocar a questão de saber “qual o papel da Internet na constituição de um sujeito?” (2005: 116). No seu entender, “os indivíduos não podem transformar-se com a mesma velocidade das máquinas de informação contemporâneas, mas sofrem um novo tipo de subjectivação podendo ser controlados por elas” (2005: 120). Este autor acredita que a possibilidade de criar e publicar conteúdos pessoais e colectivos “gera uma grande motivação, visibilidade e responsabilidade”, tanto para instituições como para professores e alunos: “todos se esforçam por escrever bem, por comunicar melhor as suas ideias, para serem aceites”. Estaríamos, assim, perante uma “tecnologia da exposição da intimidade dos sujeitos”, nomeadamente da sua “intimidade, corpo, sexualidade, desejo”, mas também do seu “desejo de visibilidade pública a qualquer preço” (2005: 122). A estes somar-se-ia ainda o desejo de uma existência que aparentemente não precisa de se submeter a regulamentações claras. De

8 Por *biopoder* Foucault designava a maneira pela qual se tentou, desde o séc. XVIII, racionalizar os problemas que se apresentavam ao governo das populações, pelos fenómenos próprios dos seres vivos que constituíam essa população, tais como a saúde, a higiene, a natalidade, etc. (Foucault, 1994).

resto, segundo Artuso, “o crescimento exponencial do ciberespaço está ligado justamente à particularidade de constituir um espaço público que não está sujeito a regulamentações externas” (2005: 125). Mas também Artuso procura alertar para o facto de que a entrada nesse espaço aparentemente livre, nomeadamente no campo educativo, é também a entrada numa rede que estabelece um “novo dispositivo de poder”, no qual “o aluno pode ser monitorizado” desde o exacto momento em que entra no sistema “até à sua saída” e tudo o que este faz será e permanecerá registado. Trata-se, pois, de uma “capacidade operacional de vigilância e controle com uma força impressionante” (2005: 127). De todo o modo, prossegue a sua análise afirmando que este novo dispositivo não tem uma força inquestionável, posto que “não controla todos os espaços” nem mesmo “sujeita todos os corpos como é a ideia do panoptismo”.

Fora do domínio das instituições e práticas educativas, Fabiana Fernandes e Maria Regina Oliveira (2007) partem da mesma questão - como se vai construindo a identidade do sujeito das novas tecnologias - e procedem a um trabalho sobre o site Orkut. Sustentam que os utilizadores desta rede social se sentem “sujeitos pós-modernos, detentores do poder tecnológico, seres virtuais, onnipresentes e onnipotentes ligados a milhares de outros sujeitos”, mas que se mantêm simultaneamente, e de acordo com a grelha analítica da Psicanálise, sujeitos “desejantes, clivados, multifacetados”, inseridos numa permanente “busca de reconhecimento e de *status* social”, como os demais.

Outro tipo de abordagem a esta questão é feita por Nussbaumer (2004 e 2005), autora cujo trabalho aborda os tópicos da sexualidade, do uso da Internet e das práticas de si. Nas suas análises sobre sites destinados à população homossexual, a autora dá conta das práticas pelas quais os sujeitos procuram esses “espaços” devido à necessidade de se poderem “tornar” homossexuais, não tanto no sentido de procurar encontros ou experiências homoeróticas, mas sobretudo para se passar a reconhecer e ser reconhecido enquanto tal. Esta tarefa do sujeito na produção-exibição da sua identidade sexual sustenta-se, segundo a autora, na mecânica das práticas de si, nomeadamente naquelas veiculadas pela escrita de si nos diversos fóruns e sites, plataformas nas quais os sujeitos escrevem com uma “quase presença imediata” dos outros, sendo esse espaço vivido como uma verdadeira possibilidade de experimentar-constituir a sua identidade sexual já que “os participantes vivem uma fase de descobertas, muitos não têm amigos gays e nem mesmo a certeza de serem gays” (2004: 3).

Vemos assim como a mobilização deste tipo de tecnologias não é, nem pode ser, isenta de uma tentativa, consciente ou inconsciente, de produzir um sujeito racional, unificado e otimizado. O sujeito, quando governado à distancia pode ser objecto de um tipo de

controle mais sofisticado, já que este se baseia numa constante previsão e regulação virtual, ou seja, que acontece para além de uma presença física do sujeito. Parece-me assim claro que esta constante monitoração combinada com o recurso às técnicas de si através das quais o sujeito incessantemente produz a sua identidade constitui uma arena fundamental onde, na contemporaneidade, se decide a constituição identitária do sujeito. Não podemos então efectivamente problematizar a relação entre Internet a partir de uma concepção inicial de neutralidade desse campo ou como um particular espaço de liberdade isento de forças de poder. Torna-se, então necessário prosseguir esta leitura dirigindo-a, exactamente, para as dinâmicas de controlo e poder aí existentes que, frequentemente se concretizam em questões da vigilância a partir do exterior e auto-vigilância.

2. Informação e vigilância

Quando se tratam questões relativas às tecnologias de informação na perspectiva das dinâmicas de controlo e poder aí existentes, é frequente a recorrência às questões da vigilância a partir do exterior e da auto-vigilância. Esta reflexão é muitas vezes organizada em torno das noções presentes no trabalho de Foucault acerca do Panóptico de Bentham e daquilo que se veio a designar como panoptismo, um tipo de diagrama de poder presente nas sociedades disciplinares. É essa articulação e os sentidos que tem tomado para diversos autores que procuro apresentar neste ponto. O meu interesse nesta exposição é não tanto o de perceber como somos vigiados mas antes o de enquadrar a constante procura em ver e ser visto, em particular no domínio das práticas de utilização dos *sites de redes sociais*, e ponderar as possíveis consequências da consolidação dessas práticas.

O Panóptico

Nos seus trabalhos sobre a medicina do século XVIII e a arquitectura hospitalar, Foucault percebeu que o problema da “visibilidade total dos corpos, dos indivíduos e das coisas por um olhar centralizado” era uma constante. Esta visibilidade não apresentava uma solução simples, já que era preciso manter simultaneamente a ventilação e a circulação do ar. Mas esta discussão não decorria apenas nesse campo. Ela passou a estar presente na discussões em torno da prisão e no século XIX baseando-se quase sempre nos princípios propostos por Bentham (Foucault, 2002: 210). Nos hospitais havia a preocupação mas também a necessidade de evitar os contágios e de garantir a passagem do ar.

A proposta de Bentham consistia num tipo de arquitectura para a prisão que permitia que um vigilante pudesse observar todos os prisioneiros sem que estes saibam, a cada momento, se estão de facto a ser observados. Tratou-se de uma reformulação da arquitectura da Escola Militar de Paris que, em 1751, dispunha de celas envidraçadas que permitiam a visibilidade do aluno e, ao mesmo tempo, o seu encarceramento. Esta perspectiva representava uma inversão das práticas usadas até então de recurso à masmorra, ou seja, ao lugar escuro. A possibilidade de conjugar encarceramento e visibilidade através da luz e do olhar do vigia permitia uma vigilância total do

prisioneiro, agora retirado à escuridão que protegia os seus actos e que remetia a sua existência para uma não-visibilidade (Foucault, 2002: 210). O problema a que Bentham procurou dar resposta foi o da “acumulação de homens” e a consequente necessidade de tornar essa população num alvo de dominação. Posteriormente, o controlo da população exigido pelas mudanças económicas do século XIX produziria circuitos de poder cada vez mais subtis, que se dirigiam ao indivíduo, ao seu corpo e ao seu quotidiano. Tratava-se de gerir “uma multiplicidade de homens”, com a mesma eficácia quanto esse poder “se exercesse sobre um só” (2002: 214). As vantagens que a solução de Bentham apresenta dizem respeito a uma eficiência económica: contrariamente a um dispositivo de poder sustentado em armas ou violência física, pois “o olhar vai exigir pouca despesa”. Por outro lado, esse mesmo olhar constante - já que o prisioneiro não sabe quando está ou não a ser de facto observado e calibrado - funciona como uma mecanismo de acesso do poder ao “interior” do sujeito. Cada um sentindo o peso desse olhar, acaba por se observar a si próprio, regulando constantemente as suas acções. O prisioneiro torna-se assim no guarda de si próprio, “exercendo essa vigilância sobre e contra si mesmo” (2002: 218). A proposta de Bentham enquadra-se assim no domínio do pragmatismo. A força deste diagrama de poder reside também no facto de que não é dado a ninguém o poder total e absoluto dos outros. O poder exerce-se sobre todos.

Mas esta máquina de poder proposta por Bentham, e longamente discutida a propósito das reformas dos sistemas prisionais, não é apenas uma forma perversa de criar um mecanismo de controlo inescapável. Ela é também o contrário. O Panóptico funda-se em princípios positivos, os da transparência, o da eliminação da desigualdade arbitrária de poder e dos privilégios de alguns, o da libertação de obstáculos entre os indivíduos. Esta possibilidade revolucionária de uma sociedade transparente “ao mesmo tempo visível e legível em cada uma das suas partes”, permite “que os corações se comuniquem uns com os outros, que os olhares não encontrem mais obstáculos” e, portanto, “que a opinião reine, a de cada um sobre cada um”. Cada um se vigiando a si próprio, cada um imerso num campo de visibilidade total e sujeito ao olhar e discurso dos outros, se sentiria impedido de fazer o mal. Tratar-se-ia então de simultaneamente fazer com que o poder se instale em cada um, num clima de desconfiança total, e de montar uma máquina da prevenção.

Apesar de ter usado esta referência ao Panóptico para mostrar como os princípios da visibilidade constante, controle e correcção se tinham tornado traços característicos nos diversos domínios das sociedades modernas, é o próprio autor que nos alerta para a existência de procedimentos de poder mais numerosos, diversos e ricos, o que obriga a uma leitura mais complexa dos fenómenos de controlo e poder, afirmando que “seria

falso dizer que o princípio da visibilidade comanda toda a tecnologia do poder desde o século XIX” (2002: 211).

O pensamento em torno desta proposta de organização da instituição baseia-se, no entanto, numa certa ingenuidade que não permite considerar as resistências que irá encontrar por parte daqueles a quem a máquina se destina.

O Panóptico apresenta respostas face à já problematizada necessidade de “repartir analiticamente o poder, de individualizar os excluídos” que constituíam a organização da prática disciplinar presente desde o início do século XIX no asilo psiquiátrico, na prisão, na casa de correcção, no estabelecimento de educação, e em parte nos hospitais e de modo geral em todas as instâncias de controlo individual que se organizavam em torno da divisão binária e da classificação por “etiquetagem” (“louco-não louco, perigoso - inofensivo”) e da repartição diferencial (“quem ele é, onde deverá estar, por que “etiquetas” o classificar, como o reconhecer, como exercer sobre ele de maneira individual uma vigilância constante”) (Foucault, 2008: 232).

Vejamos como Foucault expõe essa força da organização panóptica de poder:

“O maior efeito do Panóptico: induzir no indivíduo um estado de consciência e de permanente visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder (...) Para tal Bentham criou o princípio segundo o qual o poder deverá ser visível e inverificável (...) O Panóptico é uma que máquina que dissocia o par ver-ser visto: nos anéis periféricos, é-se totalmente visto, sem jamais ver. Dispositivo importante, porque automatiza e desindividualiza o poder” (2008: 234-5).

O agenciamento dos fluxos de informação

Importa reconhecer igualmente que outros autores acompanharam, no seu trabalho, as transformações deste diagrama de poder na sociedade contemporânea. Para Deleuze, por exemplo, as práticas de encarceramento descritas por Foucault passaram já por uma crise que abrange as próprias instituições, pelo que os esforços de reforma destas instituições têm apenas um efeito paliativo. Estaríamos assim a viver um momento da transição entre as sociedades disciplinares, cujo fim se situa no final da II Guerra Mundial, e as sociedades de controlo, processo cujas características seriam a progressiva substituição das práticas de subjectivação através de sucessivos recomeços (“da escola ao quartel, do quartel à fábrica”) por uma lógica de continuação (educação ao longo da vida) (2003: 241-2). As tecnologias de informação têm aí um papel exemplar. Como refere Deleuze “as sociedades de controlo operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas informáticas e computadores cujo perigo passivo é o ruído por

sobreposição, e o activo, o piratear, a introdução do vírus” (2003: 243). O sujeito das sociedades disciplinares é identificado através de um número ou matrícula “que indica a sua posição numa massa”, mas, nas sociedades de controlo, identifica-se através de palavras-passe. Os indivíduos tornam-se assim *dividuais*, e as massas, amostras, dados, mercados, “bancos de dados” (2003: 242). Está então preparado o caminho para a concepção de mecanismos de controlo que, a cada instante, possam dar a posição de um “elemento em meio aberto”, de um “animal numa reserva”, ou de um “homem numa empresa”. Este novo regime cognitivo, que progressivamente se instala e se dispersa, recupera alguns aspectos das antigas práticas disciplinares mas não se reduz já a estas. O controlo da conduta estava agora imanente a todos os lugares em que o desvio podia ocorrer, inscrito nas dinâmicas de práticas em que os sujeitos estão conectados, no interior das práticas de socialização e de produção económica.

Num trabalho que retoma estas considerações, Haggerty & Ericson (2000) referem-se ao “agenciamento vigilante”. Este opera pela abstração dos corpos humanos dos seus contextos territoriais e separação numa série de fluxos. Estes fluxos são depois re-agenciados em diferentes localizações como dados virtuais. Os fluxos existem antes de qualquer agenciamento e podem ser fixados temporalmente e espacialmente pelo agenciamento. Ele é assim uma potencialidade, que reside nas intersecções dos diversos *media* que podem ser conectados para diferentes propósitos. Face a essa multiplicidade de possíveis, as lutas ou tensões face a manifestações particulares de vigilância, por mais importantes que sejam, são improdutivas. Este agenciamento opera quer através do Estado, quer fora do Estado e organiza-se por parte das instituições fundamentalmente na identificação de indivíduos de risco. A vigilância começa com a criação de um espaço de comparação e a introdução de quebras no fluxos que emanam dele ou o circundam, criando, de um modo muito pragmático, diferenciações de acordo com a utilidade que podem ter para permitir que as instituições façam discriminações entre as populações. Este agenciamento não se dirige assim a um tipo de indivíduo mas produz um novo tipo de indivíduo, “composto de pura informação” (2000: 614). Esta lista de diferenciação pode incluir populações como os jovens, os empregados, os cuidadores, viajantes, e a sua expansão é motivada pelo imperativo financeiro de encontrar novos mercados para as tecnologias de vigilância que foram inicialmente desenhadas com fins militares. Todas as instituições contemporâneas sujeitam os seus cidadãos a algum tipo de vigilância burocrática. Quanto maior for o número de instituições com as quais estão em contacto, maior será o escrutínio a que estarão sujeitos. Isto pode significar a monitorização regular de hábitos de saúde, performance ocupacional, transacções financeiras, padrões de consumo, etc. O crescimento das credenciais e sistemas de vigilância foi uma maneira de criar reputações institucionais e providenciar formas de diferenciação por entre estranhos. Como os autores referem, os esforços para conhecer a população constituem

actualmente uma força importante por si só e marcam o progressivo “desaparecimento do desaparecimento” referido por Deleuze, processo pelo qual se torna cada vez mais difícil para um indivíduo manter o seu anonimato ou escapar da monitorização das instituições sociais. O esforço pela evasão do “olhar dos diferentes sistemas” envolve uma tentativa de abdicar de direitos e benefícios. Os defensores da privacidade referem este ponto nos seus conselhos para que os indivíduos que pretendem permanecer anónimos não utilizem o cartão de crédito, não trabalhem, não votem, não usem a Internet.

Num outro modo de recuperar a noção de panóptico, Bauman refere-se ao presente estágio da modernidade como sendo *pós-panótico*. Ou mesmo *sinoptico*. Isto é, uma realidade caracterizada pela possibilidade de observar um conjunto de uma só vez e de ter sempre uma visão do conjunto, o que permite condensar todas as relações no interior de um mesmo acontecimento. A diferença essencial residiria no facto de que para o Panóptico de Bentham funcionar era necessário que “os encarregados estivessem lá, próximos, na torre de controlo”. Ora na actualidade os encarregados - as pessoas que operam as alavancas do poder de que depende o destino dos parceiros - podem fugir do alcance a qualquer momento para a pura inacessibilidade e, com isto, terminaria o engajamento entre supervisores e supervisionados, “capital e trabalho” ou mesmo de “líderes e seguidores”. O poder passa a exercer-se pela fuga, pela astúcia, pelo desvio e pela rejeição de qualquer “confinamento territorial” (2001: 18). E com o desenvolvimento deste tipo de relações de poder, Bauman imagina o fácil surgimento do sujeito como “toupeira electrónica: “um plugue em castores atarantados na desesperada busca de tomadas a que se ligar; mas no futuro anunciado pelos telefones celulares, as tomadas serão provavelmente declaradas obsoletas e de mau gosto, e passarão a ser fornecidas em quantidades cada vez menores e com qualidade cada vez mais duvidosa” (2001: 22)

Considero, como Nikolas Rose, que estas noções, tanto a de Deleuze como a de Bauman, devem ser tidas como hipóteses sobre a emergência de novas possibilidades e da complexificação das estruturas antigas na tentativa de proceder a um controlo do accidental e uma contínua gestão do risco, e não tanto como conclusões (Rose, 1999: 235).

Diversos autores, nomeadamente Howard Rheingold (2000), se referem ao Panóptico de Bentham como um diagrama de poder presente na regulação dos imensos fluxos de informação sobre o nosso comportamento e privacidade que circulam pelo ciberespaço. Essa constante objectivação dos comportamentos em entradas de bases de dados que abrangem os mais pequenos gestos do quotidiano como compras, preferências, ou localizações contém para este e outros autores um potencial para um uso totalitário. A

título de exemplo, Mann, Fung, Federman, Baccanico referem-se ao projecto *Total Information Awareness* proposto pela *Agência de Projectos de Investigação Avançada em Defesa (ARPA)* que, combinado com *USA Patriotic Act*, permitirá a construção de um perfil composto de qualquer pessoa com base nos seus comportamentos inferidos por registos electrónicos de actividade, permitindo ainda localizar e seguir indivíduos suspeitos. Para estes autores estamos a comprometer a nossa liberdade pessoal em troca de promessas de segurança (2003: 393).

Na mesma linha, o trabalho de Adriano Moreira recupera esta organização do poder presente no panóptico para elaborar uma reflexão sobre a criação de dispositivos tecnológicos de vigilância e simultaneamente de monitorização da vida quotidiana. A título de exemplo, refere a intercepção de conversas privadas posteriormente publicadas nos jornais, a colocação de câmaras de vigilância em locais públicos e os monitores instalados nas propriedades privadas”. Tomando-se como exemplo a própria Internet, verifica-se um aumento vertiginoso das instituições que se posicionam no mundo virtual, confirmando o grande interesse em participar naquilo que para o autor se configura como uma nova esfera de exercício do poder. Uma das características dessa esfera de poder é a inevitabilidade de criação de um rasto electrónico: “ao navegar pelo mundo virtual, o indivíduo abre portas identificando-se através de logins e senhas”, deixa “vestígios de sua passagem”. Como frisa este autor, “hoje já temos tecnologia suficiente para seguir os passos das pessoas sem que elas saibam, como nos filmes de ficção científica” (Moreira, 2006: 2-6). Na perspectiva de Mann, Fung, Federman & Baccanico o que está em jogo aqui é o facto de estes suportes tenham criado novos pontos de acesso ao controlo do sujeito (2003: 394).

Um contributo importante é dado por Bart Simon (2005), que mostra como o Panóptico era uma resposta que criava a contenção da população bem como a sua organização e divisão. Nas sociedades contemporâneas as populações são móveis. Ora os limites que definem o confinamento, a divisão, a separação não são apenas paredes mas também e sobretudo o resultado de discursos sobre a casa, o trabalho, a escola, etc. Sugere que os *media* estão comprometidos em produzir certo tipo de confinamentos culturais que produzem efeitos panópticos não tão distantes daqueles pensados por Bentham. Do recenseamento até aos dados das companhias de seguros, informações sobre créditos, dados de marketing, etc - em todos estes casos os dados recolhidos de pessoas são geridos de modo independente e usado para estruturar a vida dessas pessoas, numa lógica de “participação activa dos sujeitos”.

Em síntese, a referência aos princípios do panoptismo para analisar as dinâmicas de poder que atravessam as tecnologias de informação, em particular a Internet, remete quer para produção constante e involuntária de informação identificativa por parte do sujeito,

quer para a permanência dessa informação ao longo do tempo e do espaço. Não me parece, no entanto, que possamos fazer uma aplicação linear dos princípios do panoptismo para as práticas de uso da Internet. Concordo neste ponto com Nikolas Rose quando alerta para o facto de que a monitorização permanente da vida quotidiana assume contornos mais complexos e mais dispersos do que a leitura através do panoptismo permite identificar, isto porque a dispersão das funções de controlo social preventivo do Estado por outras instituições - sejam a família, a escola, os bairros, as organizações de jovens - não conduziu, de facto, a uma diminuição da vigilância mas produziu uma intensificação dos níveis de detalhe na conduta (2006: 238).

Por outro lado, a questão que pretendo aprofundar neste trabalho refere-se não naquilo que se mostra ou produz de modo involuntário mas antes naquilo que voluntariamente se procura mostrar, seja através da partilha de fotografias e reflexões, mais ou menos pessoais, ou da incessante confissão de “What's on your mind?” como acontece no Facebook. Neste ponto, estou de acordo com Majid Yar, que refere que o sujeito, invés de objecto passivo de um olhar normalizador, é um sujeito activo e criador na gestão da sua própria visibilidade através do recurso e domínio de diversas competências de auto-apresentação e da organização reflexiva de projectos práticos (2003: 264). Só que esta é produzida sempre no interior de uma economia de representação do sujeito que lhe é preexistente e que está impregnada de princípios morais acerca da optimização do controle da conduta. É neste sentido que Albrechtshund (2008) constata que a necessidade de identificar possíveis criminosos obriga a combinações entre tipos de informação diversa acerca do sujeito: grupos de amigos, dados pessoais, visões políticas, etc., informações essas que estamos livremente a publicar. Por outro lado, esta publicações de informações pessoais é atribuída aos indivíduos e não aos próprios sites de redes sociais, tendo em conta a sua arquitectura e definições de privacidade. Estamos então perante um sistema de vigilância participativa em que o utilizador destes sites procura informações sobre os outros. Tal não significa que devamos partir do pressuposto de que não é desejável estar participar nessa vigilância pois as próprias pessoas estão a partilhar aí informações que não estão a ser solicitadas.

A securização da identidade

Sintetizando a perspectiva disciplinar e a perspectiva do controlo, Rose refere que não se trata de um poder disciplinar que se exerce sobre o sujeito *ab initio* - instituindo um regime no qual cada pessoa está permanentemente sob o olhar do poder que exerce uma vigilância individualizada, nem mesmo de uma tentativa de normalizar o sujeito *ex post facto*. A conduta é continuamente monitorizada e modulada nas práticas do dia-a-dia, de

acordo com princípios de otimização de impulsos benignos e a minimização de impulsos malignos está dispersa pelo tempo e espaço da vida comum (2006: 234). Neste regime, uma importante função das tecnologias de informação é a da gestão do risco (1998: 245). As estratégias de gestão, cálculo e redução do risco são concebidas em termos probabilísticos e estão presentes em todas as decisões tomadas por diversos actores, seja o Estado, o indivíduo ou as comunidades. O que é novo nestas estratégias ou que resulta de uma reconfiguração de outras antigas, é que elas operam através da instrumentalização de um novo tipo de liberdade, e não pela moralização ou disciplina, ou mesmo pela socialização ou pela solidariedade.

Regressando à questão da circulação de dados pessoais em fluxos de informação e do rastro digital, Rose destaca que se destinam à “securização da identidade” - modos de identificação múltiplos como o uso de cartões de crédito, números de segurança social, passaportes electrónicos ou de cartões de crédito de lojas. Trata-se para o autor de uma dimensão de vigilância involuntária, permanente, e de baixa visibilidade, não se encontrando aí um propósito oculto ou função de totalitarização do controle. Pelo contrário, a securização da identidade, apesar de abranger uma variedade de lugares e práticas - de consumo, de finanças, de política, de saúde, de segurança - é dispersa e desorganizada. Não estamos perante uma vigilância totalitária, mas antes em face das condições de acesso aos circuitos do consumo e da civilidade, pontos pelos quais temos de passar para continuamente mostrar-nos a nossa civilidade e assim acedermos aos benefícios da liberdade. Por um lado, esta securização instila uma relação prudente para com o *self* como uma condição para a liberdade e, por outro, por outro, ela refina os critérios para a inclusão e especifica-os, a um nível mais fino, multiplicando os possíveis lugares de exclusão (2006: 243).

Estas estratégias de controlo e de acesso à liberdade foram-se desenvolvendo ao longo do século XX para agenciar um sujeito consumidor. A circulação das suas preferências no mercado pode gerar novas formas de visibilidade de atitudes, aspirações, e desejos dos cidadãos mas tratam-se de dinâmicas para tornar o consumidor conhecido e calculável numa economia do desejo, construir relações entre as preferências e paixões do indivíduo e as atitudes e imagens do produto (2006: 245).

Não estamos então perante um novo tipo de sociedade mas sim perante a emergência de novos “modos de pensar e agir”, novas “problematizações”, novas “autoridades”, novas “tecnologias” e novas “concepções do sujeito”. O aspecto mais importante destas estratégias e que gostaria de realçar aqui é exactamente o modo fundamental como elas se ligam às “novas concepções de liberdade”. São, na aceção de Rose, “o preço que é pago pela liberdade”, ou melhor, pelos novos regimes de governo pela liberdade através da remissão constante do sujeito à escolha e à realização pessoal (Rose, 1998: 273).

O que aqui me importa perceber é como estas novas práticas de controlo se traduzem em novas formas de *cuidado de si* e de *práticas de si*. No limite, como sugerem Vaz e Bruno, o *cuidado de si* através da gestão do risco no presente pode significar o desaparecimento do futuro enquanto alteridade - “a procura por uma vida diferente e até mesmo a crença na sua possibilidade pode perder-se no círculo vicioso produzido pelo hedonismo e pela segurança” (2003: 288).

Um aspecto que importa realçar é que, quando se referia aos modos de controlo através da vigilância, Foucault salienta que, no século XVIII, se desconheciam as condições reais pelas quais a opinião se orienta e o modo como, na sua materialidade, ela obedece aos interesses económicos seja na imprensa, ou no cinema e televisão. Seria o jornalismo - “invenção fundamental do século XIX” que viria a por em evidência o “carácter utópico” de uma política do olhar (Foucault, 2002: 224).

O que me parece então importante realçar é justamente o modo como no domínio das tecnologias de informação e comunicação vemos em acção os mecanismos de produção da opinião, da visibilidade, do consumo e das práticas de si. O exercício das práticas de si neste contexto, é feito, com vimos inserido numa ética de auto-realização e de autenticidade, na qual o sujeito produz imagens de sucesso, para si e para o outro. Esta dinâmica, porque embutida em sistemas de gestão, acumulação e organização fluida e passível de ser a qualquer momento reorganizada torna possível a sua intersecção com lógicas económicas baseadas na publicidade. Ela própria irá, a um tempo, alimentar essa produção de imagens, de modos de ser on-line e simultaneamente reorganizar os fluxos de informação por forma a identificar novos domínios de conhecimento do sujeito, domínios esses que serão também subjectivadores, tanto quanto se dirijam a uma certa interioridade. Estamos então perante um duplo processo de torna visível no sujeito um certo domínio ao qual o consumo vem dar resposta e ao mesmo tempo uma tentativa por parte do sujeito de mostrar imagens da sua vida bem sucedida. Aí se joga a definição da opinião e, com ela, um diagrama de poder.

II Parte

1. A Internet

A Internet é apresentada e tem sido sonhada como um espaço de liberdade não regulado. Como perceber estas práticas inseridas num quadro de governo? Neste capítulo procuro mostrar por que caminhos chegámos à situação actual em que a ideia de Internet se confunde com os *sites de redes sociais*, dados os números sobre a utilização destes e como estas práticas se desenvolveram até fazerem parte do nosso quotidiano. Pretendo ainda mostrar algumas linhas que progressivamente se foram desenvolvendo e nos permitem pensar na constituição do sujeito contemporâneo. tecnologias da conduta que colocam no mesmo alinhamento problemas militares e civis, formas de relação pessoais e sociais.

Na sua obra de 2001, *A Galáxia Internet*, M. Castells refere que, à data, existiriam mais de 400 milhões de utilizadores das redes de comunicação informática em todos o mundo, sendo a previsão para 2010 de 2.000 milhões de utilizadores (2004: 17). Estes valores apontados por Castells podem ser actualizados para 1,6 biliões de utilizadores⁹, o que corresponde a 24,7% da população mundial. Este valor significa que entre os anos 2000 e 2009 o número de utilizadores a nível mundial conheceu um aumento de 362,3%. Considerando a distribuição mundial, na América do Norte a incidência é 73,9%, na Oceânia de 60,1% e na Europa é de 50,1%. É certo que no resto do globo os valores serão bastante mais reduzidos (como em África - 6,7% e na Ásia - 18,5%) mas temos de ter em conta o crescimento no número de utilizadores que estas regiões têm conhecido na última década (1,359.9% em África e 1,360.2 % no Médio Oriente).

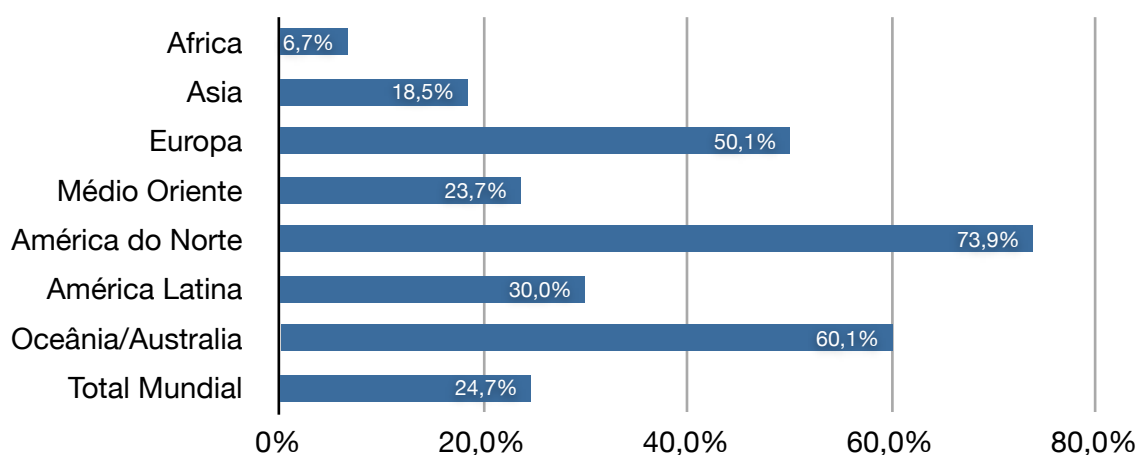
⁹ Valores da Internet World Stats, referentes a Junho de 2009 (<http://www.Internetworldstats.com/stats.htm>, consultado em Setembro de 2009)

Quadro I - Utilização mundial da Internet e estatísticas populacionais

Regiões do mundo	População (Est. 2009)	Utilizadores de Internet (31 Dez. 2000)	Utilizadores de Internet (Últimos dados)	Penetração (% população)	Crescimento 2000-2009	% de utilizadores
Africa	991,002,342	4,514,400	65,903,900	6,7%	1,359,9 %	3,9%
Asia	3,808,070,503	114,304,000	704,213,930	18,5%	516, 1 %	42,2%
Europa	803,850,858	105,096,093	402,380,474	50,1%	282, 9 %	24,2%
Médio Oriente	202,687,005	3,284,800	47,964,146	23,7%	1,360,2 %	2,9%
America do Norte	340,831,831	108,096,800	251,735,500	73,9%	132, 9%	15,1%
América Latina	586,662,468	18,068,919	175,834,439	30,0%	873,1%	10,5%
Oceânia/Australia	34,700,201	7,620,480	20,838,019	60,1%	173,4%	1,2%
Total Mundial	6,767,805,208	360,985,492	1,668,870,408	24,7%	362,3%	100,0%

(Internet World Stats, dados relativos a 30 de Junho de 2009)

Gráfico I - Utilização mundial da Internet e estatísticas populacionais



(Internet World Stats, dados relativos a 30 de Junho de 2009)

De facto, como refere o autor, estes números podem ser relevantes pela sua extensão, mas pouco nos dizem sobre o papel que a Internet tem no nosso quotidiano, ou no horizonte deste trabalho, nas nossas vidas, na relação de cada um consigo próprio. Por outro lado, importa reter que realço aqui a institucionalização crescente da Internet pois as principais actividades económicas, sociais, políticas e culturais de todo o planeta, sugere Castells, estão a estruturar-se através da Internet e de outras redes informáticas. É nesse espaço que marcam a sua presença na web estruturam a sua relação com o cliente, o consumidor. Já o cidadão, o consumidor - o sujeito - marca a sua presença na Internet,

cria o seu espaço, constrói a sua presença, institucionaliza-se. Esta abrangência cada vez maior da Internet nas práticas quotidianas é também produtora de formas de exclusão, quer cultural, quer económica, já que, como vimos anteriormente, somos constantemente solicitados a apresentar as nossas credenciais de cidadão através deste serviços. Por outro lado, as instituições produzem informação sobre os seus destinatários, pelo que, quanto mais inseridos estivermos nesse espaço de exercício da cidadania, mas próximos estaremos de diversas instituições e, assim, obrigados à relação com essa informação.

Quando nos referimos à “história da Internet”, falamos naturalmente de várias narrativas, pois foram vários os processos que contribuíram para aquilo que conhecemos hoje como “a Internet” ou rede mundial de computadores, até porque ela é constituída por recursos tão diversos como a World Wide Web, a infraestrutura que permite suportar o correio electrónico e outros serviços de comunicação instantânea e de partilha de arquivos. Alguns momentos importantes, e que mostram esta complexa relação são a criação da ARPANET na década de 60, e que terá sido a primeira rede de computadores operacional; a adopção, em 1983, do protocolo TCP/IP criado nos anos 70 e a criação da World Wide Web, em 1990, por Tim Berners-Lee, investigador do CERN. Assim, para a maioria das pessoas, empresas e sociedade em geral a Internet nasceu em 1995 (Castells, 2004: 33), pois foi este o momento em que começou a sua difusão fora dos circuitos estritamente académicos.

Nas suas “Lições de História da Internet” M. Castells inicia a sua exposição com a seguinte premissa:

“A criação e desenvolvimento da Internet é uma extraordinária aventura humana. Mostra a capacidade das pessoas para transcender as regras institucionais, superar as barreiras burocráticas e subverter os valores estabelecidos no processo de criação de um novo mundo” (2004: 25).

De facto, e apesar de algumas polémicas em torno da atribuição da autoria da Internet, é certa a multiplicidade e diversidade de contributos para o conjunto de tecnologias que hoje formam a Internet que conhecemos e a diversidade de actores e instituições que participaram desse processo. Duas linhas parecem inquestionáveis: a forte presença de instituições universitárias e do investimento militar e as utopias que moviam estas descobertas. Nos trabalhos sobre a história da Internet, está sempre presente um certo tom de utopia a acompanhar as intenções destes investigadores.

Leituras interessantes e abrangentes sobre o tema podem ser feitas através de Castells (2000 e 2004) e Rheingold (1993). O que me importa aqui reter é que durante as décadas de 1960 a 1990 a Internet foi sendo construída por naquilo que Castells designa de “encruzilhada insólita entre Ciência, investigação militar e cultura libertária” (2004: 34).

O sonho inicial já presente na ficção científica de um mundo sem barreiras físicas produziu inúmeras fantasias sobre uma vida livre de restrições físicas ou sociais. A sociedade on-line era uma utopia que levou os investigadores e ciberanarquistas a trabalharem nesse ideal (boyd, 2002: 11).

Vejamos alguns momentos que marcam a criação de ferramentas de comunicação:

1973: Primeiro programa de *chat* em grupo - Talkomatic.

1975: Primeira *mailing list*.

1979: USENET - *newsgroups* que permitia o envio de múltiplos e-mails através de uma rede.

1984: BBS - Bulletin Board System. Permitia conversas de chat entre grupos.

1988: IRC - O primeiro programa de *chat* em grupo.

1995: O primeiro *wiki* - permitia a criação de conteúdo através da colaboração dos vários utilizadores.

1997: Pela primeira vez um weblog permite que os leitores façam comentários.

1999: Lançamento da plataforma Blogger para a criação de weblogs.

2000: Criação dos *RSS feeds* e do site HotOrNot no qual as pessoas podiam submeter fotografias para que os outros utilizadores as classificassem.

2001: Lançamento da *wikipedia*, a primeira enciclopédia baseada em wiki.

2002: Divulgação do Skype e do site Friendster.

2004: Lançamento dos sites Flickr e del.icio.us.

A ARPANET

O projecto para a criação da primeira rede de computadores foi desenvolvido pela ARPA - Defense Advanced Research Projects Agency, agência criada em 1957 por Eisenhower em reacção à vitória tecnológica da então União Soviética por ter lançado o primeiro satélite artificial da história, o Sputnik. Esta agência tinha por fim manter a superioridade tecnológica dos EUA e alertar contra possíveis avanços tecnológicos de adversários mas, em 1958, os projectos relativos às pesquisas espaciais foram transferidos para a NASA - National Aeronautics and Space Administration. À ARPA caberia dedicar-se à pesquisa básica de longo alcance, embora ainda realizasse investigações com objectivos militares, o que traria a mudança da sua designação de DARPA para ARPA, já sem o D de Defense. Foi no seio das suas actividades que surgiu a necessidade de criar uma rede de

computadores que permitisse, em caso de ataque, que a informação estivesse sempre a salvo. Para diversos autores, os cientistas que trabalharam no projecto da criação de redes fizeram-no sem objectivos militares. Como Castells refere, “não é muito claro o que pretendiam realmente, para além de uma vaga intenção de desenvolver a ligação informática em rede”. Este grupo de cientistas estava na vanguarda de um novo campo de estudos e terá usado o Departamento de Defesa para financiar as suas investigações no sistema universitário de investigação, a tal ponto que, “nos anos 60 e 70, a maior parte do financiamento para investigação em informática nos EUA provinha da ARPA (situação que se manteve até 2000)” (Castells, 2004: 35). A mesma tecnologia que servia para solucionar problemas de defesa tornou-se, então, numa forma de produção identitária.

A relação entre desenvolvimento tecnológico e governo não era de todo estranha. De resto, já no final do século XIX Herman Hollerith terá fundado a Computing Tabulating Recording Corporation - empresa precursora da IBM - através da invenção do sistema de leitura de cartões perfurados, ferramenta que dava resposta às necessidades de recolha e processamento de informação para o recenseamento nacional (Barbrook, 2007: 70).

Também a IBM, em 1953, firmaria com o comando da Defesa Aérea Norte-Americana um contrato para construir os computadores para o centro de controle com o objectivo de combater numa possível guerra nuclear com a União Soviética. Nos anos seguintes a empresa trabalharia na criação do sistema SAGE - Semi-Automatic Ground Environment. Este complexo sistema, que envolveu a criação de 23 bunkers nos Estados Unidos, permitia detectar e interceptar uma aeronave inimiga e ordenar bombardeios estadunidenses para destruir cidades do inimigo. Este investimento financeiro terá permitido à IBM obter recursos para desenvolver com pioneirismo o controle de computadores por meio de terminais em rede e interfaces gráficas para os usuários” (Barbrook, 2007: 69).

Não só a necessidade de defesa terá incentivado este investimento no desenvolvimento de tecnologias mas também, segundo Barbrook, uma competição “ideológica”. Em 1964 Ford enfatizou que a competição para inventar a Internet era muito mais do que um teste de visibilidade científica. Os russos estavam não somente à frente na corrida para o desenvolvimento de novas tecnologias, mas também, mais importante ainda, na competição para decidir qual lado era o mais avançado sistema social. Ford informou à audiência que os rivais estavam convencidos de que a cibernética é uma ciência que regula a construção do comunismo (2007: 209). A construção da Internet deveria estar dissociada da emergência de uma forma cibernética de comunismo. Os EUA deveriam possuir o futuro.

A equipa que trabalhou, no âmbito da ARPA, para a criação da primeira rede de computadores era constituída por cientistas do MIT, do Lincoln National Laboratory, um grande centro de investigação de orientação militar criado na sombra do MIT, mas também de outras universidades como a Universidade de Califórnia - Los Angeles, a

Universidade de Stanford, a Universidade de Harvard, a Universidade de Utah, a Universidade de Califórnia de Santa Bárbara e Universidade da Califórnia de Berkeley (Castells, 2004: 36).

O que estes investigadores criaram, a ARPANET, consistia na ligação entre militares e pesquisadores sem ter um centro definido ou mesmo uma rota única para as informações, tornando-se quase indestrutível. Em 1969 a ARPANET ligava o Stanford Institute, a Universidade de Califórnia de Los Angeles, a Universidade da Califórnia de Santa Bárbara e a Universidade de Utah. A ARPANET, fonte principal do que acabaria por ser a Internet, não é uma consequência involuntária de um programa de investigação desorientado. Foi idealizada, deliberadamente desenhada e posteriormente gerida por um grupo de informáticos que partilhavam uma missão que pouco tinha a ver com estratégias militares (Castells, 2007: 36). Em 1983, a ARPANET dividiu-se, e separou a rede militar da não-militar.

Vemos então que, em si, as tecnologias não são morais, são antes exportáveis, passíveis de ser usadas com fins bastante diferentes e aplicadas a realidades e situações muito variáveis.

Em 1994, Berners-Lee criou o World Wide Web Consortium (W3C) no MIT com o apoio da DARPA e da Comissão Europeia. É constituído por várias empresas que procuram criar standards e recomendações para melhorar a qualidade da Internet. Tim Berners-Lee (2000) referiu-se à web semântica ou web 2.0 como “um sonho para a web em que os computadores serão capazes de analisar todos os dados da web - conteúdo, ligações, e transações entre pessoas e computadores. Uma web semântica que poderia tornar isto possível, está ainda por emergir, mas quando isso acontecer os mecanismos diários de troca, burocracia e as nossas vidas serão geridos por máquinas que se dirigem a máquinas. Estes agentes inteligentes que aguardamos há anos, serão finalmente materializados”.

Nas profecias sobre inteligência artificial e sociedade da informação a ideologia é usada para distorcer o tempo. A importância de uma nova tecnologia não está no que ela pode fazer aqui e agora mas no que os modelos mais avançados poderiam ser capazes de fazer algum dia. O presente é compreendido como o futuro embrionário e o futuro ilumina o potencial do presente (Barbrook, 2007: 36). A chegada iminente da Internet significava que as pessoas em breve viveriam, pensariam e trabalhariam numa civilização pacífica, igualitária e participativa (Barbrook: 116).

J.C.R. Licklider: a rede intergaláctica e a optimização do sujeito

J.C.R. Licklider foi contratado para dirigir a ARPA em 1965, onde se tornou responsável pelo IPTO - Information Processing Techniques Office. Era professor do MIT de psicologia

experimental. Sai em 1965 e voltou para a IBM e foi substituído por Robert Taylor, também psicólogo, que segue a sua orientação. Na ARPA, Licklider pretendia desenvolver uma “informática interactiva”. Em 1968, voltou ao MIT para trabalhar no projecto MAC - Project on Mathematics and Computation, mais tarde designado Multiple Access Computer, Machine Aided Cognitions, or Man and Computer. Em 1973 regressa ao IPTO.

A sua pesquisa era justificada como uma medida de eficiência que permitiria que os laboratórios da ARPA compartilhassem recursos dos seus computadores. A médio prazo havia a promessa de que o protocolo de troca de pacotes optimizaria a confiabilidade da comunicação no campo de batalha. Contudo, para Licklider essa justificativa militar era tão somente uma forma de alcançar um outro objectivo final. Já nos anos 50, a Força Aérea havia financiado o estudo psicológico dos funcionários que operavam o sistema SAGE de controle de mísseis. Para este psicólogo tratava-se de utilizar o orçamento da defesa realizar o seu sonho de construir um sistema de comunicação mediada por computador e acessível a todos: “a rede intergaláctica” (1968: 229). Esta rede permitiria que pessoas trabalhassem juntas num patamar mais elevado de colaboração e inteligência: “a criatividade cooperativa” (1968: 230).

Em 1968, Licklider e Robert Taylor publicaram *The Computer as a Communication Device in Science and Technology*, artigo no qual prevêem a criação de uma rede universal que seria, mais do que um transmissor de dados, uma valiosa ferramenta para a interacção entre os seus utilizadores futuros. As ideias aí presentes podem ser sintetizadas do seguinte modo, como sugere Shutkin:

“In other words, the old golden rule applied to an as yet unbuilt network world, where each netizen contributes more to the virtual community than they receive, producing something more powerful and useful than anyone could create by themself” (1998: 205).

O que os autores aí previam, e que deveria ser o objectivo orientador de todas as pesquisas subsequentes, era um futuro, próximo, em que “os homens serão capazes de comunicar de modo mais eficiente através de uma máquina do que face-a-face”.

Aquilo a que se propunham era não apenas tornar possível a conexão entre as comunidades de utilizadores já existentes, mas antes criar uma “supercomunidade”, uma comunidade em que a expressão da eficiência e da comunicação fosse ainda mais vinculada. Uma comunidade cuja existência vincasse, em cada uma das pequenas partes, um sentido mais forte de interactividade e comunicação.

Essa “comunidade interactiva on-line” seria, para estes cientistas, constituída por membros separados geograficamente, por vezes agrupados em pequenos grupos, por vezes trabalhando individualmente. Seriam então comunidades que partilhariam não uma mesma localização mas antes “interesses comuns”, o que permitiria que, em cada domínio, a totalidade da comunidade de interesse fosse suficientemente extensa para

suportar um sistema completo de programas e dados orientados. O “indivíduo on-line”, sujeito do futuro a quem os autores se referiam com entusiasmo, viveria num mundo em que as suas interações seriam dirigidas àqueles com quem partilhassem interesses e objectivos e não tanto àqueles com quem se cruzassem por acidente ou que estivessem próximos geograficamente. Por outro lado, a comunicação seria “mais eficiente e produtiva” e, portanto, prosseguem, “mais agradável”. Outras vantagens do sujeito do futuro seriam a possibilidade de muita comunicação se dirigir a programas e modelos programados, pelo que se tornaria “mais responsável”, “suplementar às capacidades individuais e não competitiva”, “capaz de representar progressivamente ideias mais complexas sem apresentar todos os níveis da sua estrutura ao mesmo tempo” o que seria “desafiante e recompensador”. Finalmente, a criação dessa super-comunidade criaria “oportunidades para todos” para encontrarem o seu lugar no mundo da informação: “com todos os seus campos e disciplinas, estarão abertos para ele, com programas prontos a guiá-lo e ou para o ajudar a explorar”.

O trabalho destes autores baseia-se assim em duas ideias. Primeiro, e a título individual, a criação de um sujeito para quem estará acessível a “amplificação intelectual”. A nível social, o desaparecimento do desemprego:

“unemployment would disappear from the face of the earth forever, for consider the magnitude of the task of adapting the network’s software to all the new generations of computer, coming closer and closer upon the heels of their predecessors until the entire population of the world is caught up in an infinite crescendo of on-line interactive debugging.”

Antes disso, já Engelbart - inventor do rato e pioneiro na interação entre humanos e computadores - escrevia num relatório - que é também um manifesto - intitulado *Augmenting the Human Intellect* (1962): que ao “aumentar o intelecto humano” aumentamos também as capacidades de um homem abordar um problema complexo, compreendê-lo, e encontrar soluções para esse problema. Considerava a existência de um domínio psicológico que integrava a tecnologia para aumentar as capacidades humanas.

Ambos se referem a um outro autor, Vannevar Bush, engenheiro, inventor e político estado-unidense, conhecido pelo seu papel político no desenvolvimento da bomba atómica e pela ideia do *memex* — visto como um conceito pioneiro, precursor da Internet. Em 1945, Bush descrevia a necessidade de criar um dispositivo de uso individual que funcionaria como um “arquivo e livreria privado” - a que chamaria *memex* - e onde cada indivíduo poderia guardar “todos os seus livros, registos, comunicações” e cuja manipulação mecanizada permitiria que fosse consultado com “rapidez e flexibilidade”. Seria um “suplemento íntimo ampliador da sua memória”. Descreve o *memex* do seguinte modo:

“It consists of a desk, and while it can presumably be operated from a distance, it is primarily the piece of furniture at which he works. On the top are slanting translucent screens, on which material can be projected for convenient reading. There is a keyboard, and sets of buttons and levers.”

Este dispositivo permitiria então a criação de um rasto do seu interesse através dos materiais disponíveis:

“presumably man’s spirit should be elevated if he can better review his shady past and analyze more completely and objectively his present problems”

Para Barbrook (2007) a história da Internet mostra a passagem de um momento em que se previa um futuro no qual, graças a essa invenção, todos poderiam ser “artistas, escritores, programadores” ou mesmo “revolucionários, artistas, dissidentes e visionários” para uma época em que são os grandes negócios que “lideram a corrida para construir o sistema global de *media* participativa” e em que o conteúdo gerado pelo utilizador vendia muita publicidade. Por outro lado, a maioria dos utilizadores dos *sites de redes sociais* mais populares não se ocupam tanto a debater assuntos políticos urgentes do dia, mas sobretudo a tratar de “experiências pessoais, amigos, celebridades, desportos, músicas populares, programas de TV e viagens de férias”. No entanto, o facto de essas promessas de inteligência artificial colectiva serem sucessivamente logradas, implica que os divulgadores dessa “nova civilização humanista” mantiveram sempre o adiamento da chegada desse futuro. Mas, mesmo assim, os autores afirmam que há uma importante mudança e que “o que uma vez fora um sonho revolucionário é já uma parte agradável da vida quotidiana” (376-381).

The WELL: a primeira comunidade

Antes da existência dos *sites de redes sociais* já era possível comunicar com outros utilizadores e constituir aquilo que Howard Rheingold (1993) cunhou de *comunidade virtual*. Possibilidades como o Chat e o IRC permitiam que os utilizadores se conectassem entre si e comunicar com desconhecidos de uma forma tão envolvente que se criou esse sentido de “comunidade perdida”. Nos anos 90, existiam já centenas de canais e milhares de pessoas a comunicar através da Internet diariamente e ao longo de várias horas.

O The WELL, primeira comunidade virtual, consistia então naquilo que J.C.R. Licklider e Robert Taylor haviam previsto: uma comunidade de pessoas que separadas geograficamente, que se agrupavam por interesses. Participar no The WELL era, como refere Rheingold participar num sonho de futuro sonhado por esses cientistas:

“My friends and I sometimes believe we are part of the future that Licklider dreamed about, and we often can attest to the truth of this prediction that ‘life will be happier for

the on-line individual because the people with whom one interacts most strongly will be selected more by commonality of interests and goals than accidents of proximity”.

A comunidade fazia parte do quotidiano dos seus utilizadores, que várias vezes por dia dedicavam algum tempo a participar nessa rede, o que se assemelhava à experiência de “entrar no café, no bar, na sala comum” e similarmente ver “quem está por lá, com quem se quer ficar a conversar”. O The WELL permitia ainda que essas relações se estabelecessem acima de percepções de género, idade, nacionalidade, aparência física.

Tratava-se, ainda assim, de uma realidade bastante diferente daquela proporcionada pelos *sites de redes sociais* actualmente activos. Em 1985, o The WELL tinha 700 utilizadores e, anos depois, após um grande crescimento, 3000 utilizadores, sobretudo pessoas associadas às universidades. Mas poderemos comparar o IRC e The WELL com as redes sociais tendo em conta o número de utilizadores?

Estamos, então, perante um processo que Haggerty & Ericson (1999) consideram como a profusão de tecnologias militares contemporâneas num campos social mais vasto. Essas tecnologias, são, na sua versão contemporânea, mais do que artefactos letais, constituídas por infra-estruturas de visualização e de comunicação. Um exemplo dado por Schultz & Schultz (2008) a propósito da história da psicologia cognitiva, é o da necessidade por parte das forças militares de, no decorrer da II Guerra Mundial, criarem meios de computação da informação cada vez mais rápidos e expeditos que permitissem o cálculo eficaz e eficiente das definições necessárias ao funcionamento das peças de artilharia. Estas definições estavam geralmente contidas em longas tabelas que acompanhavam o produto e que as mulheres processavam usando máquina de calcular. Ora este processo acabaria por se tornar bastante falível. Outros exemplos da necessidade destas tecnologias são a definição precisa de trajetórias balísticas, o desenho de lentes para o reconhecimento feita pela fotografia aérea e os cálculos de explosões (Haggerty & Ericson, 1999). Mas esta ideia do computador como uma máquina de produção aritmética deu lugar, a partir das visões de J.C. Licklider, à ideia de computador como máquina de comunicação (Hauben & Hauben).

Depois da II Guerra Mundial, e já sem a urgência que daí advinha, a superioridade militar passou a ser definida em função de um compromisso em usar a mais avançada tecnologia e técnicas baseadas em resultados científicos. Actualmente, a perfeição militar em termos tecnológicos consiste o acesso imediato, perfeito e total ao conhecimento, o comando absoluto à distância e a transcendência das limitações da percepção humana. Esta lógica está presente em muitas outras áreas da vida social o século XXI (Haggerty & Ericson, 1999).

Não é então de estranhar que a expansão, na sociedade e no quotidiano, destas tecnologias cridas com finalidades de eficácia militar produzam efeitos de uma constante monitoração muito eficazes. Ao fazê-lo, estamos a adoptar soluções que foram pensadas para expandir no sujeito os domínios da racionalidade e da produtividade.

2. Os sites de redes sociais

Os *sites de redes sociais* são um tipo de site que, embora recorrendo a serviços que não lhes são exclusivos, como a partilha de conteúdos ou a comunicação com outros utilizadores, distinguem-se, segundo boyd (2008), por permitirem criar um perfil individual, publicar uma lista de amigos ou conexões que pode estar ou não organizada, e ver e pesquisar a lista de conexões dos outros utilizadores. As suas funcionalidades organizam-se em três domínios: a criação de conteúdo pelo utilizadores e caracterização do seu perfil, a lista de amigos e uma secção para comentários. Outros elementos são os álbuns de fotografias e outras aplicações que permitem jogar on-line, ouvir música, etc. Uma descrição das suas características pode ser encontrada no anexo a este trabalho. De um modo geral, eles permitem o seu acesso e utilização quer através do computador, quer através do telemóvel, o que permite que as experiências vividas pelos utilizadores e o momento da sua partilha on-line seja mais imediata e menos elaborada.

A crescente disseminação e a polémica em torno dos *sites de redes sociais* não resultam de um aparecimento súbito ou da adopção em massa de algo completamente inusitado. A verdade é que diversas práticas de comunicação e interacção pela Internet eram já comuns.

O primeiro site de redes sociais apareceu em 1997 e chamava-se SixDegrees.com. Esta plataforma permitia que os utilizadores criassem o seu perfil e listassem os seus amigos com os quais poderiam interagir. Cada uma destas funcionalidades já existia antes, nomeadamente em sites de encontros ou nas ferramentas de comunicação on-line, que permitiam igualmente criar listas de amigos, como o AIM e ICQ, mas estes amigos não eram visíveis para os outros. O site SixDegrees terá sido, segundo boyd & Elisson (2007), o primeiro a combinar estas possibilidades, mas acabaria em 2000, pois os seus utilizadores queixavam-se que “não havia muito a fazer após aceitar os amigos” e ainda que não “estavam assim tão interessados em conhecer estranhos”.

Até ao ano de 2001 foram aparecendo, com origem em várias partes do globo, diversos sites deste género, que permitiam criar perfis mais orientados para a dimensão profissional ou mais orientados para a criação de ligações românticas. Uma nova vaga de *sites de redes sociais* começou em 2001 com a criação de sites que se destinavam ao contacto entre amigos dos amigos baseando-se no pressuposto de que os amigos dos

amigos teriam melhores possibilidades românticas. Exemplo disso foi o Friendster que ganhou popularidade entre os homens gays e bloggers, mas encontrou dificuldades técnicas e sociais e não conseguiu acompanhar o rápido crescimento do número de utilizadores (boyd & Elisson, 2007).

Desde 2003 que proliferam os *sites de redes sociais*. Alguns orientados para a criação de redes profissionais de contactos, outros para o encontro entre utilizadores que partilhavam interesses comuns, outros ainda dedicados à partilha de *media*: vídeos (YouTube), música (Last.fm) e fotografias (Flickr). Os motores de webblog foram incorporando características de redes sociais (boyd & Elisson, 2007).

Estes sites aparecem assim ligados a contextos em que se procura dar resposta a necessidades de convívio e criação de ligações românticas.

O MySpace surge em 2003 e recebeu os utilizadores que estavam a desistir do Friendster. Ganhou popularidade entre as bandas de rock independente e os seus ouvintes. Em 2005 o MySpace foi comprado pela News Corporation e pouco depois surgiram questões de segurança: o site foi envolvido numa série de casos de abuso sexual entre adultos e menores, criando-se um pânico de predadores sexuais que rapidamente se espalhou. A investigação mostra que esse pânico terá sido exagerado, pois embora um em cada sete jovens tenha recebido solicitações de cariz sexual on-line, apenas 9% aconteceu por parte de indivíduos com mais de 25 anos. Por outro lado, os casos de jovens perseguidos parecem ser raros. Apenas 0.08% dos estudantes inquiridos pela National School Boards Association (boyd & Ellison, 2007) afirma ter conhecido pessoalmente alguém que contactou através da Internet e sem a autorização dos pais.

O Facebook foi criado inicialmente para ajudar os estudantes de Harvard a se conhecerem uns aos outros. Aí podiam inserir fotografias dos colegas e votar em quem era mais interessante. O acesso era feito através dos endereços de e-mail de Harvard. Foi um sucesso imediato. Aí as pessoas deixavam mensagens obscenas, falavam de álcool de festas e drogas e das suas actividades favoritas como alguém faria numa festa. Em 2006 o site ficou acessível para qualquer pessoa. As pessoas viram-se forçadas a apagar os perfis quando começaram a procurar emprego já que qualquer pessoa teria acesso a esta tipo de informação (Peterson, 2009).

Os *sites de redes sociais* são descritos nas suas páginas de apresentação como aplicações cujo objectivo é “ajudar os utilizadores a conhecer novos amigos e manter relações existentes” (Orkut), criar uma “rede de amigos mais íntimos” (Orkut) ou como comunidades “criadas para tornar a sua vida social e a dos seus amigos mais activa e estimulante” (Orkut), “comunidade on-line que permite que você encontre amigos dos amigos” (MySpace). As vantagens destes sites são “conhecer pessoas que tenham os

mesmos hobbies e interesses que você” (Orkut, MySpace), conhecer pessoas “que estejam procurando um relacionamento afetivo” (Orkut) ou de “contatos profissionais” (Orkut). Por outro lado, estes sites permitem decidir “com quem quer interagir” já que “antes de conhecer uma pessoa no orkut, você pode ler seu perfil e ver como ela está conectada a você através da rede de amigos” e ainda ver “quem conhece quem ou como você está ligado” (MySpace). Já o lema do Facebook é “dar às pessoas o poder para partilhar e tornar o mundo mais aberto e conectado”.

Esta força atractiva e produtiva dos *sites de redes sociais* transparece nas descrições feitas pelas empresas de marketing conectada a uma ideia de *ser humano*:

“Se acha que há algo estranhamente familiar nas descrições sobre os *media* sociais, pode ser o caso de se recordar das discussões feitas nos anos 1990 sobre o futuro da web. E muito do que então se disse está agora a emergir de modo próximo às imaginações idealísticas da altura. Uma boa maneira de pensar sobre os *media* sociais, é que tudo isto afinal consiste apenas em sermos seres humanos. Partilhar ideias, cooperar e colaborar para criar arte, pensamento e comércio, debates e discursos vigorosos, encontrar pessoas que podem vir a ser bons amigos, aliados e amantes - é sobre isto que a nossa espécie tem construído as civilizações. É por isso que a sua difusão é tão rápida, não porque se trata de uma maravilha tecnológica, mas porque nos permite sermos nós próprios - mais ainda. E é nesse “mais” que reside o poder desta revolução. As pessoas podem encontrar informação, inspiração, pessoas com modos de pensar semelhantes, comunidades e colaboradores mais depressa do que alguma vez foi possível. Novas ideias, serviços, modelos de negócio e tecnologias emergem e desenvolvem-se rapidamente na *media social*” (Mayfield, 2009: 7).

A utilização dos sites de redes sociais

Apresento neste ponto alguns dados quantitativos que mostram o rápido crescimento da utilização do *sites de redes sociais*. Como podemos verificar pelo quadro II, o uso deste sites tem conhecido um rápido crescimento um pouco por toda a Europa por parte de jovens com mais de 15 anos e adultos. Não se trata, portanto, de um fenómeno local ou exclusivo de uma certa faixa etária da população.

Quadro II - Utilização de *sites de redes sociais* na Europa, por país, por utilizadores de Internet maiores de 15 anos

País	Porcentagem de incidência		
	Dez. 2007	Dez. 2008	Mudança percentual
<i>Europa</i>	<i>61.0</i>	<i>74.6</i>	<i>13.7</i>
Reino Unido	78.4	79.8	1.4
Espanha	62.8	73.7	10.8
Portugal	65.7	72.9	7.2
Dinamarca	54.4	69.7	15.3
Itália	56.5	69.3	12.9
Bélgica	59.0	68.2	9.2
Alemanha	48.4	67.3	19.0
Irlanda	59.9	66.9	7.0
Finlândia	61.2	66.2	5.0
Suécia	61.3	65.4	4.1
Suíça	53.7	64.7	11.0
França	52.2	63.9	11.8
Rússia	46.1	63.5	17.4
Países Baixos	57.2	63.0	5.8
Noruega	54.2	58.9	4.8
Áustria	38.8	49.7	11.0

(comScore¹⁰, Inc. (<http://www.comscore.com>)).

¹⁰ comScore, Inc. (NASDAQ: SCOR). Os dados referem-se a Dezembro de 2008, a consultas efectuadas a partir de casa ou local de trabalho, no universo total de utilizadores da Internet.

As estatísticas apresentadas pelos próprios *sites de redes sociais* atestam o mesmo: apesar de uma grande incidência de utilizadores com menos de 24-25 anos, estes não são exclusivos. De resto, os sites não mostram dados sobre jovens com menos de 15-18 anos porque em princípio não aceitam utilizadores com estas idades.

Quadro III - Distribuição de utilizadores do hi5 por faixa etária (%)

Idade	Utilizadores (%)
15-24	43%
25-34	22%
35-44	16%
45-54	16%
55 +	6%

(Hi5 - Publicidade¹¹)

Quadro IV - Distribuição de utilizadores do Orkut por faixa etária (%)

Idade	%
18-25	57,11%
26-30	14,09%
31-35	6,26%
36-40	3,98%
41-50	3,95%
50+	3,15%

(Orkut)

Dados do Pew Internet Project¹² mostram que, nos EUA, 75% dos adultos on-line, isto é, utilizadores da Internet, com idades entre os 18 e os 24 anos, têm um perfil numa rede social. Considerando a faixa etária seguinte, indivíduos on-line com 25 a 34 anos, são 57% os que têm um perfil num *site de rede social*. Este valor passa a ser de 30% para indivíduos com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos; 19% para indivíduos com mais de 45 anos e menos de 54 e 7% no caso dos maiores de 65 anos.

¹¹ <http://www.hi5networks.com/advertising.html>

¹² <http://www.pewinternet.org/>

Dados apresentados pelo próprio Facebook indicam mais de 250 milhões de utilizadores activos, mais de 120 milhões de utilizadores que utilizam o Facebook pelo menos uma vez por dia e um crescimento demográfico maior na faixa dos utilizadores com mais de 35 anos. Em média, cada utilizador do Facebook tem 120 amigos no perfil; mais de 5 bilhões de segundos são gastos no site a cada dia; mais de 30 milhões de utilizadores actualizam o seu perfil pelo menos uma vez ao dia e mais de um bilhão de fotografias são colocadas on-line a cada mês. O site está disponível em 50 idiomas o que permite que 70% dos seus utilizadores esteja fora dos Estados Unidos. Estes dados disponibilizados pelos próprios sites ou colectados por empresas cuja actividade incide exactamente na construção de estatísticas sobre o uso da Internet têm por fim a angarização de campanhas de publicidade. De facto, uma das maiores forças deste tipo de sites é a possibilidade de produzir conhecimento sobre os seus utilizadores, a partir dos dados de perfil ou da própria actividade que estes registam constantemente e, a partir daí, gerar grupos de público-alvo para os quais as campanhas publicitárias poderão ser mais eficazes. Não será então de estranhar que, por exemplo, a Microsoft tenha comprado 1,6 por cento do Facebook e um bilionário de Hong-Kong tenha aí investido 60 milhões de dólares ou que o MySpace tenha sido adquirido pela News Corporation. Como é referido no site do hi5:

“hi5’s broad reach and ad-serving platform allows us to provide marketing solutions for global brands as well as national and regional advertisers”; “by using IP and profile based demographic targeting, hi5 delivers advertising messages with precision. We offer a broad range of advertising products: targeted display banners, rich media placements, and custom sponsorships” (<http://www.hi5networks.com>)

Os jovens e os sites de redes sociais. Produção estatística

São escassos os dados sobre a utilização que jovens e crianças, em Portugal, fazem da Internet ou mais concretamente dos *sites de redes sociais*. Três estudos no entanto podem ser mobilizados para conhecer melhor esta realidade: as estatísticas sobre *A Sociedade da Informação. Inquérito à utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação pelas famílias: indivíduos dos 10 aos 15 anos*, produzidas pelo Instituto Nacional de Estatística e relativas ao ano de 2008; o relatório do projecto *Crianças e Internet: Usos e representações, a família e a escola*, da autoria de Ana Nunes de Almeida, Ana Delicado e Nuno Alves, equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e que trabalhou sobre as práticas de crianças com idades entre 10 e os 15 anos; e o relatório de apuramento estatístico do projecto *E-Generation 2008: os usos dos media pelas crianças e jovens em Portugal*, coordenado por Gustavo Cardoso cujo universo foram as crianças e jovens com idades entre os 8 e os 18 anos.

O primeiro estudo mostra como a utilização da Internet é uma prática quotidiana para estes jovens que acedem à web com frequência e em locais tão diversos como em casa, na escola ou em casa de amigos e familiares. Gostaria no entanto de realçar a perda da importância relativa da escola, já que, apesar de todas as medidas que visam a introdução de computadores nas escolas, a percentagem mantém-se igual face a 2005, tendo os outros locais conhecido um aumento de frequência.

Quadro V - Indivíduos com idade entre os 10 e os 15 anos que utilizam o computador, Internet e telemóvel, 2005-2008 (%)

	2005	2006	2007	2008
Computador	91.2	90.7	93.7	96.6
Internet	73.5	74.7	82.8	92.7
Telemóvel	62.0	67.0	73.3	84.6

(INE, 2009)

Quadro VI - Indivíduos com idade entre os 10 e os 15 anos que utilizam Internet, por frequência de utilização, 2005 e 2008 (%)

	2005	2008
Menos de uma vez por semana	19.8	11.0
Pelo menos uma vez por semana	48.1	34.4
Todos os dias ou quase todos os dias	32.0	54.5

(INE, 2009)

Quadro VII - Indivíduos com idade entre os 10 e os 15 anos que utilizam Internet, por local de utilização, 2005 e 2008 (%)

	2005	2008
Casa	43.4	64.4
Escola	83.0	83.0
Casa de familiares, vizinhos ou amigos	34.9	48.4
Outros locais	25.1	20.6

(INE, 2009)

A utilização dos *sites de redes sociais* tem vindo a crescer, de um modo exponencial. Apesar disso, a produção de estatísticas não considera frequentemente este tipo de sites como uma actividade particular. Quando se produz informação quantitativa sobre a

utilização da Internet são indicadas funções como correio electrónico, chat e serviço de mensagens instantâneas, pesquisa sobre bens e serviços, consulta da Internet com o propósito de aprender, procura de informação sobre educação ou formação, pesquisa de informação sobre saúde, download/leitura de jornais e revistas. Ora os *sites de redes sociais* podem incluir todas estas dimensões e outras, de carácter mais social.

Quadro VIII - Indivíduos com idade entre os 10 e os 15 anos que utilizam Internet, por finalidade de utilização, 2005 e 2008 (%)

	2005	2008
Comunicar	57.0	82.2
Ouvir rádio/ver TV	26.4	34.3
Jogar/fazer download de jogos, imagens, música, vídeos	71.5	64.7
Ler jornais, revistas ou livros	20.2	31.9
Procurar informação para trabalhos escolares	93.8	97.0
Consultar websites de interesse pessoal	44.4	57.9
Pesquisar informação sobre saúde	--	29.0

(INE, 2009)

Os dados mostram que, a par de uma utilização mais prática com vista à realização de trabalhos escolares, estes jovens encontram na Internet possibilidades muito fortes de comunicar entre si. Há que atentar, no entanto, que estas tarefas não são exclusivas entre si, e podem ser feitas ao mesmo tempo. Por outro lado, quando questionados sobre o que fazem na Internet, não se prevê que possam apenas conviver, sem ter um fim mais pragmático.

Outro aspecto que me parece ilustrar a perda de importância relativa da escola é o facto de se registar um aumento do número de crianças que afirma ter adquirido estas competências sozinho ou com a ajuda de amigos e familiares. Apesar de um grande número se referir à escola como local para aprender a usar as tecnologias, este valor pouco se diferencia face aos dados de 2005.

Quadro IX - Indivíduos com idade compreendida entre os 10 e os 15 anos que utilizam computador e Internet, por modo de obtenção de competências em informática, 2005 e 2008 (%)

	2005	2008
Escola	73.2	77.1
Ajuda de colegas, família ou amigos	72.7	89.6
Sozinho	55.8	85.1
Cursos fora da escola	9.3	7.0

(INE, 2009)

No estudo coordenado por Ana Nunes de Almeida sobre a utilização que as crianças com idades entre os 10 e os 15 anos fazem da Internet, confirma-se esta visão.

Quadro X - Aprendizagem do uso da Internet

	N	%
Aprendi sozinho	1302	43,4
Com os meus pais	764	25,5
Com os meus irmãos	603	20,1
Com os meus amigos	505	16,9
Com os meus professores	308	10,3
Num curso de informática	226	7,5

(Almeida, Delicado e Nunes, 2008: 68)

Quadro XI - Aprendizagem do uso da Internet, por escalão etário

	8 a 10 anos	11 a 12 anos	13 a 14 anos	15 a 17 anos
Aprendi sozinho	30,3	40,8	53,4	57,7
Com os meus pais	43,8	27,7	10,8	8,8
Com os meus irmãos	25,3	20,9	17,0	13,8
Com os meus amigos	13,4	9,5	7,8	9,4
Com os meus professores	11,5	15,2	21,0	23,9

(Almeida, Delicado e Nunes, 2008: 69)

Quando comparadas as idades ganham importância os pais e os irmãos para as crianças mais novas. As crianças mais velhas referem a aprendizagem autodidacta e a importância do grupo de amigos. Esta possibilidade de aprendizagem pela exploração parece estar relacionada com o acesso, em casa, à Internet.

Quadro XII - Aprendizagem do uso da Internet, por posse de Internet em casa (%)

	Sim	Não	Total
Aprendi sozinho	45,3	36,2	43,4
Com os meus pais	29,2	10,9	25,5
Com os meus irmãos	21,9	13,1	20,1
Com os meus amigos	13,0	31,9	16,9
Com os meus professores	8,4	17,9	10,3
Num curso de informática	6,6	11,1	7,5

(Almeida, Delicado e Nunes, 2008: 71)

O relatório E-Generation mostra que, quando são inquiridas sobre o tipo de sites que costumam usar, as crianças e jovens destacam os sites com componente social e recreativa (Youtube, site de jogos e blogs e redes sociais).

Quadro XIII - Tipo de sites consultados

	N	%
Vídeos (Youtube, canais de tv)	2530	84,8
Viedojogos	2364	79,6
Blogs e redes sociais (Hi5, Facebook, Myspace)	1842	61,8
Desporto (clubes, futebol, ténis, automobilismo)	1620	54,8
Informação geográfica (mapas, países, cidades)	1439	48,7
Educação (enciclopédias, dicionários)	1409	47,6
Artes e espectáculos (sobre cinema, tv, telenovelas, artistas)	1404	47,4
Notícias (jornais e revistas, canais de tv)	1280	43,4
Informática (computadores, software)	1184	40,1
Serviços (horários de transportes, cartaz de cinemas, etc)	1179	39,9
Ciências (astronomia, biologia, matemática, ecologia)	1054	35,7
Lazer (<i>hobbies</i> , astrologia, bricolage)	999	33,9
Ciências humanas (história, psicologia, religião)	853	29,0
Rádios ou podcasts	799	27,1
Política (partidos, câmaras municipais, governo, políticos)	255	8,6

(Cardoso *et al.*, 2009: 94)

Dos 3 estudos referidos apenas o E-Generation aborda em concreto a utilização dos sites de redes sociais. O estudo permite assim tornar visível em termos estatísticos o sucesso que estes sites têm tido e a sua utilização como prática quotidiana.

Quadro XIV - Frequência de acesso a *sites de redes sociais*

	N	%
Várias vezes ao dia	94	15,6
1 vez por dia	70	11,6
2 a 3 vezes por semana	61	10,1
1 vez por semana	32	5,3
15 em 15 dias	22	3,6
Menos frequentemente	29	4,8
Nunca	179	29,7
NS/NR	2	81,1
Total	603	100,0

(Cardoso *et al.*, 2009)

Não será então de surpreender que os inquiridos refiram os amigos e colegas da escola como as pessoas com quem mais comunicam na Internet, que não haja uma grande tendência em comunicar com estranhos, sobretudo por parte dos mais novos ou em manter algum tipo de ligação com pessoas que não se conhecem.

Quadro XV - Destinatários da comunicação através da Internet

	N	%
Amigos	2415	90,2
Colegas da escola	2172	81,1
Outros familiares	19212	71,4
Amigos ou familiares que estão no estrangeiro	1229	45,9
Irmãos	1026	38,3
Pai	660	24,7
Mae	643	24,0
Professores	488	18,2
Pessoas que não conheço	427	16,0
Avós	268	10,0
Outros	109	4,1

(Cardoso *et al.*, 2009)

Quadro XVI - Destinatários da comunicação em *chats*, por escalão etário

	Idade					
	8 aos 12 anos		13 aos 15 anos		16 aos 18 anos	
	N	%	N	%	N	%
Com pessoas que conheces de outros locais (amigos da escola, familiares, vizinhos, etc)	51	34,5	100	57,5	88	52,7
Com pessoas que conheceste em chats	2	1,4	12	6,9	19	11,4
Não utilizo este tipo de programas	95	64,2	62	35,6	60	35,9

(Cardoso *et al.*, 2009)

Quadro XVII - Tipologia de amigos nos *sites de redes sociais*, por escalão etário

	Idade					
	8 aos 12 anos		13 aos 15 anos		16 aos 18 anos	
	N	%	N	%	N	%
Pessoas que conheces (amigos, familiares, etc)	58	93,5	103	84,4	120	85,1
Pessoas que não conheces pessoalmente	4	6,5	19	15,6	21	14,9

(Cardoso *et al.*, 2009)

Quadro XVIII - Relações estabelecidas através da Internet, por escalão etário

	Idade					
	8 aos 12 anos		13 aos 15 anos		16 aos 18 anos	
	N	%	N	%	N	%
Nunca conheci ninguém através da Internet	127	85,8	122	70,1	98	58,7
Já fiz amigos através da Internet mas nunca conheci nenhum pessoalmente	15	10,1	39	22,4	39	23,4
Já fiz amigos através da Internet e já conheci alguns	5	3,4	12	6,9	29	17,4
Tenho e conheci quase todos os amigos que fiz através da Internet	1	0,7	1	0,6	1	0,6

Não parece ser comum também fazer novas amizades através da Internet que passem a ser ligações face a face. Resumindo, temos uma forte presença dos jovens na utilização destas tecnologias, em definições que remetem para a intimidade e a socialização entre pares. Mas há ainda algum desconhecimento sobre estas práticas e o que as crianças e jovens fazem nos *sites de redes sociais*.

Os jovens e os sites de redes sociais como notícia

A adesão dos jovens aos *sites de redes sociais* tem sido assunto presente com alguma frequência na imprensa e geralmente referindo-se a aspectos negativos destas práticas. Uma rápida pesquisa por notícias recentes sobre jovens e redes sociais traz à luz artigos sobre riscos como a exposição à pedofilia ou a criação de efeitos perversos sobre o desenvolvimento das crianças. Vejamos alguns exemplos:

*Adição às redes sociais*¹³: “os peritos avisam-nos para o perigo que supõe o mau uso das redes sociais para os jovens. Enrique Echeburúa, psicólogo, advertiu-nos para a adição que podem criar estas redes sociais (...) nomeadamente a criação de uma identidade fictícia, o isolamento social e a automedicação digital (...) estas pessoas perdem competências sociais (...) publicação indiscriminada de dados pessoais e íntimos que nos pode tornar em vítimas do cibercrime”.

¹³ *Gaceta Universitaria*, 26/08/09.

Os jovens impulsivos em busca de emoções e com baixa auto-estima constituem o grupo de maior risco de adição à Internet.

*Redes da Internet baixam as notas*¹⁴: “Os utilizadores do Facebook, Hi5 e Orkut têm mais probabilidades de obter piores resultados escolares do que os estudantes que prescindem dessas redes sociais da Internet. Os que passam mais tempo nesses sites dedicam apenas uma hora por semana a estudar. Esta é a conclusão de um estudo realizado na Universidade de Ohio, nos Estados Unidos (...) O neuropsicólogo Nelson Lima relativiza as conclusões do estudo (...) mas reconhece os riscos das redes sociais: tudo depende de como se utiliza. Oíço jovens dizer que têm 500 contactos no hi5 e alimentar isso pode levar a uma distração e à redução do tempo de estudo. Mas o perigo maior é o isolamento. Muito jovens fecham-se nos quartos e reduzem os contactos com pessoas de carne e osso”.

*Estão as redes sociais a mudar o nosso cérebro?*¹⁵: Neurologista inglesa [Susan Greenfield do Royal Institution of Great Britain] alerta para consequências do Facebook (...) os efeitos culturais e psicológicos das relações on-line vão mudar o cérebro das próximas gerações: menos capacidade de concentração, mais egoísmo e dificuldade de simpatizar com os outros e uma identidade mais frágil são algumas das consequências (...) a exposição das crianças à rapidez da comunicação pode acostumar o cérebro a trabalhar em escalas de tempo muito curtas e aumentar os distúrbios de défices de atenção”.

*Redes sociais causam problemas de identidade?*¹⁶: “Um psiquiatra britânico alerta que o uso de redes sociais on-line - como o Facebook, o MySpace ou o Hi5 - pode causar problemas de identidade nos jovens e uma desvalorização da identidade off-line”.

*Mental risk of Facebook teens*¹⁷: “children growing up alongside the rise of social networking websites may have a potentially dangerous view of the world, says a leading psychiatrist”.

*Pedófilos on-line*¹⁸: “Em 2008, cerca de duas dezenas de adolescentes foram vítimas de violação e agressões sexuais, depois de marcarem encontros pela Internet. Diana serviu de isco para a PJ apanhar um predador em flagrante e Sérgio foi violado e chantageado. A estratégia dos abusadores é sempre a mesma, mas os alvos estão a aumentar”.

Esta combinação entre uma produção de *expertise* sobre os jovens (geralmente sobre os jovens e não sobre a tecnologia) conjugada com o efeito da imprensa de criação de

¹⁴ *Correio da Manhã*, 13 de Abril de 2009.

¹⁵ *Diário de Notícias*, 26 de Fevereiro de 2009.

¹⁶ *Público*, 8/07/08

¹⁷ *BBC*, 3/07/08

¹⁸ *Visão*, 5 de Fevereiro de 2009.

opinião vem contribuindo para a instauração de um certo medo, mostrando a criança como vítima e sujeita a um certo desaparecimento que gera algumas ansiedades.

A investigação sobre os jovens e os sites de redes sociais

Apesar do crescente interesse dos investigadores sobre este tema, são ainda escassos os trabalhos académicos. Neste ponto sintetizo os resultados encontrados por danah boyd (2008 e 2009), num estudo com adolescentes norte-americanos, por Sonia Livingstone (2009) que estudou um grupo de jovens com idades entre os 13 e os 16 anos residentes em Londres, por Kerry Mallan (2009) que trabalhou com jovens na mesma faixa etária residentes em Queensland, Austrália; por AnnBritt Enochsson (2007) sobre jovens com idades entre os 11 e os 13 anos na Suécia, por Farzaneh Moinian (2009) também na Suécia e Marta Neves (2008) num estudo com crianças portuguesas de idades entre os 8 e os 13 anos sobre a Internet mas em que aborda a questão dos *sites de redes sociais*.

Porque escolhem um site de redes sociais

O estudo de boyd (2009) mostra que os jovens escolhem, à partida, o site de redes sociais que os amigos utilizam. Ao fazê-lo estão também a influenciar os que os rodeiam. No entanto, e como verificou Livingstone (2009), a escolha ou mudança de site pode ser justificada pelo desenvolvimento da sua identidade, referida em termos de crescimento ou progressão escolar. Assim, mudar do MySpace para o Facebook pode ser uma decisão em que se passa de um site orientado para mostrar a personalidade - “gosto disto e daquilo” - para outro que, devido ao seu aspecto menos “ruidoso”, é mais orientado para a comunicação contínua e interacção.

Quando e onde utilizam os sites de redes sociais

Quando questionados sobre quando e onde utilizam a Internet e este tipo de sites, os jovens referem, no estudo de Neves (2008) que o fazem ao fim-de-semana, ou durante a semana quando regressam a casa depois das aulas. A utilização ao fim-de-semana é feita em simultâneo com outras actividades, na e fora da Internet. No entanto, esta utilização também pode acontecer, como verificou Moinian (2006), na escola, em momentos de menor actividade ou no intervalo das aulas e mesmo nos computadores na sala de aula. Os jovens escrevem nesses momentos pequenas notas, “algumas num tom sério, outras reflexivas, outras divertidas ou zangadas”.

Apresentação de si on-line e para os outros: a lista de amigos

A constante criação e actualização de uma presença on-line requer, segundo boyd (2009), que os participantes pensem continuamente no modo como desejam ser vistos. Esta criação de auto-representações digitais tornou-se um acto comum, quotidiano, presente desde a escolha de nomes nos serviços de mensagens instantâneas, até à actualização de um blog, ou à manutenção de um perfil num *site de redes sociais*. Significa isto que recai sobre estes jovens uma certa pressão para que se mostrem de modo a ser interessantes, captar a audiência, ou serem criativos enquanto escrevem on-line. A autora não duvida de que se trata de um verdadeiro processo criativo, que consiste na selecção e arranjo de fotografias, músicas e *layouts*, ao qual os jovens dedicam bastante tempo. Por outro lado, quando os jovens escrevem um esboço biográfico que os apresente aos outros, deparam-se com inúmeras possibilidades e desafios. Tendo por base a teoria de Goffman, boyd esclarece que esta gestão de impressões, esta escolha por determinados aspectos na construção dessa narrativa presente no perfil dos *sites de redes sociais* é feita em relação a um determinado contexto que, neste caso, consiste na audiência que se prevê que o perfil irá ter. Trata-se, para esta autora, de um processo no qual os jovens negociam a sua identidade e só “existem” quando e se conseguirem criar essa narrativa na qual a sua identidade é exactamente aquilo que escrevem, mostram, ou implicitamente escondem. Aquele que parece ser o factor mais importante neste processo de tomada de decisões quanto à apresentação e narrativa de si é exactamente o contexto que é definido pelo espaço, pela situação social e pelas pessoas. O factor mais relevante para os jovens entrevistados por esta investigadora são exactamente as outras pessoas, o que se verifica nas preocupações que expressam sobre quem poderá ou deverá consultar os seus perfis. O contexto em que operam é definido principalmente por essa audiência imaginada e o modo como se relacionam com o grupo. Esta referência aos amigos foi constatada por Livingstone (2009) que mostra que os jovens tiram fotografias com o grupo de amigos quando estão juntos para depois as publicarem no seu perfil e por Mallan (2009) que verificou que muitos jovens usam uma fotografia de grupo e não uma fotografia individual como fotografia principal no seu perfil.

Por outro lado, a própria lista de amigos, a sua referência explícita nos álbuns de fotografias, os comentários que lhes dirigem, são entendidos como marcas identitárias para os jovens. De resto, o modo como valoram o seu perfil parece estar relacionado não só com as possibilidades de se expressarem mas sobretudo com o modo como espelham a sua relação com os amigos. Esta relação é, ela própria, objecto de trabalho por parte dos jovens. O facto de, como refere Livingstone, se preocuparem constantemente com a percepção dos outros sobre o seu perfil e o modo como são referidos noutros perfis (será

que as pessoas vão visitar o meu perfil? vão fazer comentários? vou aparecer no top de amigos?) obrigam a um trabalho de alimentação desta rede, no qual os jovens não só escolhem com cuidado os elementos que apresentam no seu perfil como se dedicam também a navegar pelos perfis dos amigos e a criar aí uma presença através de comentários.

No que toca à personalização do perfil, Livingstone verificou que, para os jovens, parece ser mais relevante a criação de efeitos visuais com imagens, música, etc. do que propriamente o preenchimento exaustivo de todos os campos do perfil. Preferem também a informação que vai sendo alterada, actualizada, mais adequada a cada momento do que a informação estática e fixa. Esta customização será alterada, repensada e reelaborada em função de diferentes sentimentos ou mudanças no seu sentido de identidade. Neste caso, redesenhar o perfil e adicionar novos amigos pode ser uma declaração de um certo sentimento de começar de novo. O mesmo foi verificado por Marta Neves que mostra que os jovens preferem preencher a informação relativa aos seus gostos (interesses, músicas, filmes, etc) do que a informação mais estática.

O que Livingstone encontrou de um modo transversal aos perfis foi a criação de “estilos de vida”, isto é, modos de vida colectivos orientados para gostos e interpretações comuns. Estes são marcados por uma tónica numa certa “atenção a si próprio”, uma disposição que levanta a questão de uma vida bem sucedida, com a expectativa de auto-realização a cada dia, e uma estilização da vida orientada para a reflexividade, a auto-observação e o auto-monitoramento e que se insere, segundo Mallan, numa cultura do consumo que oferece diversos recursos para a constituição dessa identidade.

O que fazem on-line

A utilização dos *sites de redes sociais* por parte dos jovens parece estar ligada sobretudo à criação de uma identidade on-line e ao convívio com os amigos. Para boyd (2008) não se trata de uma dinâmica totalmente nova que tenha sido introduzida por este tipo de sites. Esta dinâmica recorda a já conhecida “cultura do quarto” - que implica também uma apresentação de si e a criação de um espaço de intimidade que os amigos podem frequentar. Trata-se assim de uma forte alternativa para os jovens que não tendo controle sobre o seu tempo e espaço, encontram aí uma possibilidade de conviver com os amigos sem sair de casa. De facto, embora os jovens se possam encontrar na escola ou em actividades formais estruturadas ou em casa uns dos outros, os *sites de redes sociais* permitem o convívio num ambiente menos estruturado. Ao fazê-lo recriam as dinâmicas sociais complexas que acontecem quando os jovens se encontram. Este mesmo aspecto é

referido por Moinian (2006) que entende que estes espaços são também arenas nas quais os jovens podem fazer ouvir a sua voz e compensar o seu lugar marginalizado em termos sociais. Trata-se, segundo Livingstone, de construir um espaço em que a identidade possa ser construída fora da vigilância dos adultos, através de uma maneira fácil, rápida e segura de ter acesso aos seus amigos (boyd, 2008). Estes jovens continuam a viver processos complexos de trabalho de identificação para se localizarem em mundos que são predominantemente definidos pela escola, organizações religiosas, família e o geografia. A maioria ainda procura o reconhecimento dos seus pares e ganhar estatuto nos mundos que predatam a Internet. Continuam a lutar para ganhar aceitação numa sociedade orientada para as narrativas dos adultos, e para ter controlo sobre as suas próprias vidas. Para a maioria dos jovens, não mudou assim tanta coisa quanto às dinâmicas da juventude e o quadro social em que ocorrem (boyd, 2008)

Considerando a actividade dos jovens em termos de produção de conteúdo on-line, Moinian (2006) refere a criação de um relato detalhado dos acontecimentos do dia-a-dia, o recurso a paródias sobre o que os adultos pensam sobre as crianças e uma escrita que procura criar desconforto aos adultos, apresentando-se de modo sarcástico como terroristas, pedófilos, e outro tipo de criminosos. Muitas crianças preferem citar poemas ou máximas conhecidas, slogans ou pequenas histórias, recorrendo a outras vozes para se expressarem.

O estudo de Enochson (2007) sobre a comunicação feita pelos jovens on-line mostra que esta pode ser classificada como “conversa social” (emocionalmente neutra - 44%, de carinho e encorajamento - 39%, insultos e zanga - 6%), “cartas em cadeia” (7%) e “mensagens incompreensíveis do exterior” (4%) (estas duas últimas não expressam emoções). Esta comunicação incide sobretudo sobre como correm as coisas, o que podem fazer juntos, quando se podem encontrar, ou para saber o que a outra pessoa está a fazer e assim manter uma ligação. Muitas mensagens contêm questões como “o que estás a fazer?”, “como estás?” e as diversas respostas a estas questões. Estas mensagens são escritas sobretudo quando regressam a casa depois da escola e dirigem-se aos colegas com quem estiveram cerca de meia hora antes. Outras mensagens expressam emoções: carinho, encorajamento, insultos ou zanga. Estes jovens não consideram muito interessante o contacto com estranhos e usam estes sites para manter o contacto com os seus amigos e colegas. Para esta autora, a Internet permite manter laços próximos com amigos e familiares e facilita a formação de novas relações, próximas e significativas, a partir de um laço off-line pré-existente.

Com quem se relacionam

Não será então de estranhar que, on-line, os jovens se dirijam sobretudo às pessoas com quem pretendem manter relações sociais pré-existentes (boyd, 2008). Estas ligações podem, no entanto, ser laços fracos mas tipicamente existe alguma ligação prévia, como ser amigo de um amigo, estudar na mesma escola, etc. De facto são os próprios sites que constantemente fazem sugestões ao utilizador sobre pessoas que podem adicionar como amigos, recorrendo a este tipo de informação. Isto significa que a lista de amigos nos *sites de redes sociais* pode ter os bons amigos, os que se vêem de vez em quando, os de fora da escola, pessoas que só conhecem de vista. Neste sentido, e como constata boyd, os *sites de redes sociais* são bastante diferentes de formas anteriores de comunicação mediada pelo computador, como o IRC ou os newsgroups, em que os contactos eram estabelecidos com quem estivesse ligado, num dado momento, a um dado canal de comunicação. Por esta razão, as crianças não costumam recorrer à criação de falsas identidades/perfis. O que boyd afirma é que o desejo dos jovens ao usar estes sites é o de criar espaços de intimidade para conviver com os seus amigos.

Como protegem a sua privacidade

Quando são abordadas questões relativas à privacidade e ao inerente risco de exposição, nem sempre é linear perceber se se trata de uma preocupação expressa pelos jovens ou se uma preocupação identificada pelo investigador. De qualquer modo, parece consensual que os jovens têm algumas preocupações em relação à sua privacidade (boyd 2008). Em primeiro lugar, usam estratégias como fornecer informações erradas para que não possam aparecer nos resultados das pesquisas ou utilizam as definições de privacidade para limitar quem pode ter acesso ao seu perfil. Esta primeira abordagem de “segurança pela obscuridade”, é reconhecida como não sendo totalmente segura mas como uma boa maneira de dissuadir os professores ou outros responsáveis da escola de encontrar os seus perfis. Em segundo lugar, usam as definições de privacidade para impedir que quem não faz parte da lista de amigos tenha acesso ao seu perfil. Isto permite-lhes uma melhor definição sobre quem é a sua audiência. Muitas vezes tentam dissuadir os pais de visitar o seu perfil afirmando que se trata do seu espaço. A privacidade aqui diz respeito a controlo e audiência e não ao acesso.

Esta tentativa de manter alguma privacidade é alimentada pelo facto de, nos sites procurarem manter redes sociais pré-existentes o que faz com que não seja fundamental publicar informações relativas à sua localização geográfica ou outro tipo de

identificação. Por outro lado, não estão interessados em fornecer informações de identificação ao sistema, o que não o vêem como uma falta ética mas como algo que os pode colocar em risco. O mesmo foi verificado por Moinian (2006) através de estratégias usadas para que os amigos se encontrem mas outras pessoas não.

Quanto às crianças entrevistadas por Marta Neves (2008), elencam um conjunto de riscos associados à utilização da Internet por parte das crianças tais como o contacto com desconhecidos, o acesso a conteúdos inapropriados e os vírus e *spam*. A popularidade dos *sites de redes sociais* entre ela não impede contudo que crianças associem a riscos potenciais, devido à natureza dos dados pessoais colocados nos perfis. Daí decorre o temor face a raptos ou à invasão da privacidade off-line. Por todas perpassa a desconfiança de interagir com estranhos e a apreensão de se ser localizado, raptado e cenários afins. Como refere um entrevistado: “A partir do momento em que eu respondo, a pessoa vê o meu ponto de vista, como eu sou, o que eu acho... Praticamente vê os meus pensamentos... E ficará sempre, pronto para... Tudo o que acontecer”. Há também, para estas crianças, o risco de fornecer involuntariamente dados pessoais a estranhos e a partir daí cair em engodos publicitários e aderir inadvertidamente por exemplo a serviços pagos para o telemóvel. De acordo com a opinião geral dos inquiridos, entre as utilizações on-line mais arriscadas incluem-se a entrada em salas de conversação abertas, descarregamento de ficheiros variados, a criação do próprio blog/homepage e ainda a leitura e resposta a blogs/homepages de desconhecidos. As estratégias usadas por estes jovens também passam pela combinação de dados verídicos e falsos para que a sua localização não seja percepcionada.

A possibilidade de receberem contactos on-line, como pedidos de amizade, por parte de indivíduos que possam estar a enganá-los, não é sempre eficaz. Como Livingstone verificou os jovens usam uma serie de estratégias para reconhecer um perfil como verdadeiro ou não. Se à partida não estão muito interessados em aceitar pedidos de amizade de estranhos, desenvolvem alguma desconfiança face a perfis com poucas fotografias e sem comentários dos amigos. A sua privacidade é também assegurada passando as conversas mais íntimas para outros meios on-line e off-line como o telemóvel e o serviço de mensagens instantâneas.

Para Mallan, o desconforto que os jovens sentem face a invasões de privacidade reporta-se principalmente aos usos e abusos que os próprios amigos podem fazer, mais do que os desconhecidos.

Privacidade e protecção da criança

A crescente adesão de crianças e jovens europeus aos *sites de redes sociais* suscitou já algumas reacções por parte de diversas instituições, nomeadamente da Comissão Europeia. A sua intervenção neste domínio é justificada pelo facto de estes sites constituírem importantes oportunidades económicas para a indústria europeia e oferecerem novos meios de expressar a criatividade mas também porque levantam questões relativas à privacidade e protecção dos menores. Segundo Viviane Reding, Comissária para a Sociedade da Informação ¹⁹ estes sites oferecem diversidade e interactividade e podem servir diversas audiências com um mínimo de esforço, trazendo novas oportunidades para a indústria europeia, mas é preciso evitar que as crianças encontrem conteúdos inapropriados ou prejudiciais como relativos a suicídio, doenças do comportamento alimentar, imagens racistas, etc²⁰.

O riscos identificados nos documentos da Comissão Europeia dizem respeito a:

- *Cyberbullying*: através de fotografias, rumores, boatos, e outros comportamentos que podem magoar as crianças;
- Violação de privacidade: pelo facto de os menores darem informações pessoais, pelas quais podem ser identificados, spam, etc.;
- Exposição a conteúdo ofensivo: como pornografia ou violência ou incitação a magoarem-se, ou ao suicídio e doenças do comportamento alimentar, etc.;
- “Grooming”: tornar-se amigo de uma criança para lhe apresentar comportamentos inapropriados (sexuais) embora os investigadores considerem isto pouco provável é um risco de grande importância.

Em resposta a esta visão e de modo a criar comportamentos de prevenção, a Comissão Europeia criou o *Programa Internet Segura* para que os jovens europeus possam tirar partido das novas tecnologias sem terem de se preocupar com a sua privacidade ou ver conteúdo inapropriado. Acolheu também o *Primeiro Acordo Auto-Regulatório* assinado pela maioria das redes sociais activas na Europa no dia da Internet Segura, a 10 de Fevereiro de 2009. Este programa inclui diversas acções, tais como:

¹⁹ Memo CE 08/587 de 26 de Setembro de 2008 “Social Networking Sites: Commissioner Reding stresses their economic and societal importance for Europe”

²⁰ Speech 09/46, “First European Agreement of Social Networks - a Step Forward to child safety on-line”

- *INSAFE Network*: a criação de uma rede de centros Internet Segura em 26 países, criada para contribuir para a consciência pública e que mantém linhas através das quais os jovens podem obter conselhos personalizados, organiza workshops e sessões de informação para os pais, professores e crianças;
- *Campanha ciberbullying*: lançou em Fevereiro de 2009 uma campanha de comunicação para mostrar o impacto do cyberbullying;
- *Campanha sobre riscos on-line*: Quem é Klaus? Um dos mais populares vídeos para ajudar os pais a tomar consciência dos perigos que as suas crianças enfrentam on-line.

Encoraja também a adopção de regras e princípios por parte dos criadores de redes sociais:

- *European Social Network Task-Force*: junta as redes sociais, investigadores e organizações que representam o bem-estar das crianças para discutir modos de melhorar a segurança das crianças on-line e para a criação de um conjunto de orientações para o uso de *sites de redes sociais* por parte das crianças e jovens que poderá ser adoptado pela indústria europeia.

Os diversos documentos produzidos pela Comissão sobre as possibilidades de minimizar esses riscos pelas crianças sugerem o controlo parental e a utilização de ferramentas dos próprios sites que permitem denunciar conteúdo abusivo inapropriado ou ilegal. Mas descreve também todo um conjunto de acções que a criança deverá empreender por forma a ser mais confiante no uso destes sites. Para a Comissária²¹ estes sites aumentam a criatividade dos jovens e fornecem meios de socialização. Estes dados foram recolhidos pela Comissão em inquérito aos pais. Os jovens não costumam usar os controlos de privacidade e mostram fotografias suas e de familiares e a sua orientação sexual sem ter consciência de que outros, ou um futuro empregador, os podem prejudicar com essas informações. Em relação às crianças fala na necessidade de protecção através da detecção de conteúdos inapropriados e de uma arquitectura que reduza a exposição pessoal.

O site <http://www.keepcontrol.eu> foi criado para dar às crianças e jovens algumas instruções sobre como acabar com o ciberbullying. Aí sugere-se à criança que siga as seguintes regras:

“Não respondas a mensagens que têm como objectivo ofender-te ou aborrecer-te.
Lembra-te que ao responderes podes estar a encorajar o agressor

²¹ Speech 09/46, “First European Agreement of Social Networks - a Step Forward to child safety on-line”

Guarda a mensagem: embora não seja agradável, esta pode servir de prova caso o assunto assuma proporções tais que seja necessária a intervenção de entidades especializadas.

Reporta os problemas a pessoas que te ajudem a resolvê-los, como por exemplo, aos administradores dos sítios web onde viste os conteúdos. Qualquer situação ilegal deve ser denunciada às autoridades.

Bloqueia o remetente. Não tens de aturar ninguém a chatear-te - bloqueia remetentes indesejados!

Relata a situação com alguém da tua confiança. Falar com os pais, amigos ou professores é normalmente o primeiro passo para lidar com qualquer problema.

Respeita-te a ti próprio e aos outros - estar on-line é bastante público e bastante real, apesar de não parecer. Conhece os teus direitos (www.Internetsegura.pt)! Sê criativo! Sê tu próprio! Controla a situação!"

Tendo aderido ao *Programa Internet Segura*, foi criado em Portugal um consórcio constituído pela Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC), a Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC), a Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN) e a Microsoft Portugal. Este consórcio criou o site Internet Segura²², uma linha de atendimento, e um guia de segurança na Internet que incide sobre questões relativas à protecção de dados mas também a utilização da Internet por parte de crianças e jovens. Aconselha que estes:

- não falem com desconhecidos na Internet
- protejam informação confidencial, não exponham a sua vida privada e não divulguem informações sobre a sua família.

Os próprios sites de redes sociais, tendo participado da TaskForce, disponibilizam algumas informações e conselhos relativos à segurança e privacidade.

O Facebook, por exemplo, refere que não permite o acesso por crianças com menos de 13 anos e sugere que os pais vigiem as crianças com idade superior mas não garante que o site esteja isento de conteúdos ofensivos, pelo que solicita a denúncia por parte dos utilizadores que encontrem esses conteúdos através de um link presente em todas as páginas. Adverte os jovens para não aceitarem nas suas listas de amigos pessoas que não conhecem pessoalmente e para não marcarem encontros com essas pessoas. Sugere algumas regras de segurança como não partilhar *passwords*, ajustar os níveis de privacidade, ser prudente na divulgação de informações pessoais, especialmente

22 <http://www.Internetsegura.pt>

informação que permita identificar ou localizar o utilizador, como o contacto telefónico ou a morada e denunciar utilizadores abusivos e bloquear utilizadores indesejados

O MySpace adverte para a prudência face àquilo que se publica no site, o facto de as pessoas que estão na lista de amigos poderem ter identidades falsas, a denuncia de conteúdos ou utilizadores abusivos e agressivos ou inapropriados, não publicar algo que possa envergonhar ou trazer problemas mais tarde e não mentir quanto à idade.

No Orkut é pedido aos utilizadores que se inscrevam apenas se forem maiores de 18 anos e aconselha à vigilância dos pais.

Quanto ao Hi5, sugere a utilização de definições de segurança para restringir o grupo de pessoas que tem acesso ao perfil e o cuidado de não publicar informações que permitam a localização por parte de estranhos; evitar o encontro com estranhos; ter prudência na escolha de fotografias; não mentir em relação à idade; denunciar conteúdos impróprios; e sugere outros sites sobre segurança on-line.

Os *sites de redes sociais* fazem advertências muito semelhantes mas há que ter presente que estas são colocadas numa página relativa a “privacidade” geralmente pouco visível e que à partida o utilizador só encontrará se for à procura.

Parece haver um grande consenso por parte dos diversos intervenientes sobre o tipo de riscos que as crianças podem enfrentar on-line e como preveni-los.

A documentação que acompanha os computadores *Magalhães* no âmbito do programa *e-escola* e *e-escolinha*, dirige-se à criança e adverte no mesmo sentido:

- não fales com estranhos nem marques encontros com estranhos, a pessoa pode estar a mentir
- não dês informações pessoais nem dos teus familiares
- não envies fotografias que te identifiquem a ti ou aos teus amigos e familiares
- não dês as tuas palavras-passe a ninguém
- não aceites nada de pessoas que não conheces, ficheiros podem trazer vírus
- respeita os direitos de autor do conteúdo que circula na Internet
- pede ajuda aos teus pais e professores

Dirigindo-se aos pais, sugere que criem contas nos *sites de redes sociais* para poderem ver o que os filhos fazem e realizar actividades em conjunto, alertando-os para os perigos

aí existentes. Perigos esses que podem ser o contacto com desconhecidos e refere a noção de perigo, desconforto e risco.

O projecto SeguraNet²³ destina-se a alunos, pais, professores e escolas. Quando se dirige aos professores, sugere-se a criação de regras de utilização da Internet, uma conversa sobre pornografia e a orientação para sites sobre sexualidade e saúde e sobre comportamento ético responsável on-line.

São assim diversas as instituições que agem neste domínio, tais como instituições de protecção da criança (como o Instituto de Apoio à Criança, por exemplo), de apoio à vítima, forças policiais e que remetem para a criança este cuidado sobre si mesma.

Outros perigos referidos por estas instituições são criação de páginas de perfil falsas; sítios de votação: o mais gordo, o mais feio... e o *phishing*: pescar informação: levar a vítima a dar informações privadas ou confidenciais.

De um modo geral é pedido às crianças que usem estratégias para não serem identificadas como usar pseudónimos ou usar nomes diferentes em diferentes plataformas, não dar informações que possam levar o outro a perceber o horário das aulas, o nome dos professores, etc. ou mesmo:

“deve ter-se especial atenção à publicação de outros dados pessoais, que podem ser solicitados no formulário para a criação do perfil pessoal. Não é obrigatório preencher esses campos e é até desejável que fiquem em branco: para quê partilhar com o mundo, por exemplo, a nossa religião, a nossa orientação sexual ou as nossas doenças?” (Boletim do Centro de Estudos e Documentação sobre a Infância do Instituto de Apoio à Criança).

Num estudo de Ponte e Cardoso (2008) sobre as percepções de risco que os pais têm em relação aos filhos quando usam a Internet, verificou-se que as três maiores preocupações dos pais no que toca ao uso da Internet focam-se na possibilidade de o filho conhecer estranhos (89,3%), dar informação sobre dados pessoais (75,9%) e visitar sites pornográficos (70,6%), sendo que convém notar que, em todas as três categorias, o grupo que suscita as maiores preocupações é também aquele que se considera mais competente, isto é, as raparigas entre os 12 e os 14 anos. Os autores constataram, no entanto, algum desconhecimento por parte dos pais sobre as experiências reais do uso da Internet pelos filhos: à excepção do serviço de mensagens instantâneas, os usos relacionados com a comunicação e o lazer são claramente ignorados pelos pais, que se preferem concentrar na procura de informação e nos trabalhos de casa.

²³ <http://www.seguranet.pt/>

Os riscos que o projecto EU Kids On-Line identificou referem a divulgação de informação pessoal, o acesso a conteúdos pornográficos, o acesso a conteúdos violentos, ser humilhado, perseguido ou receber comentários de cariz sexual não desejados e o risco de combinar encontros pessoais com desconhecidos.

Síntese

O que gostaria de salientar, face ao exposto nos pontos anteriores relativos à utilização dos *sites de redes sociais* por parte dos jovens, é que tal não acontece de forma isenta de um certo contexto marcado pela adopção de uma ética e técnicas do eu e por certos modos de relacionamento contemporâneos. Estas crianças e jovens estão a apropriar-se de sites construídos pelos adultos mas que a todo o momento as incentivam ao seu uso, através de um discurso sobre uma certa estilização da existência que se concretiza numa apresentação de si constante e cuidada, de uma apresentação de si como tendo uma vida social que se fantasia como cheia e passível de vários recomeços. Trata-se de construir a cada dia uma vida mais e mais interessante.

O medo que se incute na criança é face ao estranho, ao desconhecido, mas o que elas sentem que está em jogo é a própria relação com os seus amigos, com os seus pares que a podem respeitar, valorizar ou pelo contrário invadir a sua privacidade agredindo-a. Estão, nesta dinâmica a aprender a conciliação desta *ética da autenticidade*, com os constantes pedidos para a desconfiança face ao outro e a omissão da intimidade, o que transforma num problema complexo. A resposta institucional é ela própria orientada para a racionalidade constante. A dificuldade em ver a criança fora da escola pode ser um dos factores que cria a desconfiança face a estas práticas. Segundo algumas ideias veiculadas pela comunicação social, a criança, ao usar os *sites de redes sociais*, fica sujeita a *deformações* na sua personalidade, na sua mente. A fundamentação deste medo está relacionada com a investigação financiada. De facto, temos de considerar que quase todos os estudos sobre risco on-line foram financiados pela Comissão Europeia (Ponte e Vieira, 2008).

Mais do que este efeito de sujeição de fora para dentro, em que a criança é vista como vítima de alguma coisa, parece-me que é importante salientar os processos de subjectivação em que a criança se constrói e é construída nos espaços que elas imaginam como sendo de liberdade.

O que as crianças estão a fazer é criar uma interacção social invisível face à escola e à autoridade, produzindo um espaço de intimidade com os seus amigos. O que a escola e as autoridades lhe pedem é que permaneça invisível para os desconhecidos. Por outro

lado, a conjugação de técnicas que remetem para um constante olhar sobre si próprio, conjugada com os meios tecnológicos que possibilitam que esse olhar internalizado seja permanente, destacado de si próprio, constantemente exposto espelho que é o Outro e feito exactamente na expectativa desse olhar, permite que se joguem aí importantes decisões sobre a criação da identidade. Nesta complexa construção, há ainda que contar com outras forças, sobretudo forças económicas fundadas na publicidade. Também aí se produz conhecimento relacionado com a modelação do sujeito.

É assim que a análise de Bauman nos permite compreender que é o profundo desejo de nos relacionarmos que nos leva a situações de não relacionamento, que a necessidade de laços fortes e indestrutíveis traz, na *Modernidade Líquida*, o medo do comprometimento, do engajamento face-a-face e a busca incessante de “conexões”:

“é uma questão em aberto saber qual o lado da moeda que mais contribuiu para fazer da rede electrónica e dos seus acessórios de entrada e de saída um meio de troca tão popular e avidamente utilizado nas interacções humanas. Será a nova facilidade de conexão? Ou a necessidade de cortá-la?” (Bauman, 2003, p. 86).

As técnicas do eu que aí se desenrolam são em pouco factor de novidade, o que de resto pode ajudar a compreender o sucesso destes sites. Elas remetem para uma atenção sobre si próprio, para a identificação com uma narrativa biográfica coerente e racional, para uma constante escrita de si. Este processo desenvolve-se, como aponta Alan Ayccock (1995), em práticas de *cuidado de si* veiculadas nas imagens modernas de experiência interna, que passam por ter uma imagem positiva e por um melhorar constante das suas capacidades, sempre numa lógica de progressão e evolução. Assim, a construção social da identidade pessoal passa pela identificação com uma substância ética, um modo de subjectivação que estabelece uma relação individual com a regra e um trabalho de transformação do indivíduo. A substância ética traduz-se no modo como as pessoas falam sobre si próprias, o que, na contemporaneidade, abrange um modo mais ou menos romântico, remetendo a paixões internas e à criatividade e outro mais moderno, que consiste no progresso pela razão, no estudo, no planeamento e no desenvolvimento contínuo de competências produtivas. Esta conjugação produz, segundo este autor, um tipo de compromisso marcado pela distância emocional, rotinas marcadas pelas palavras sem coisas e conversas factuais.

Por outro lado, estes processos de exposição de uma certa intimidade não são também uma invenção dos jovens. De resto, as suas práticas parecem ser muito semelhantes em qualquer parte do globo, dentro desse universo de 20% da população mundial utilizadora da Internet. Num contexto em que os *sites de redes sociais* são apontados como o futuro da economia e da comunicação, eles são, simultaneamente, vistos com

desconfiança quando se trata da utilização por jovens e crianças. A minha hipótese é a movimentação em torno deste tema poderá resultar do facto de termos agora acesso à criança fora do controle escolar e à sua produção identitária fora da instituição. Não se trata de aceder à criança não escolarizada, aquela que ficou excluída, mas antes aquela que pode ou não estar incluída no sistema escolar, mas cujos outros espaços de construção identitária estão agora visíveis.

Em simultâneo, estas práticas, como refere Costa (2005), são orientadas por poderosas dinâmicas comerciais, assentes sobre a estética e o prazer e que se impõem sobre as vidas privadas e públicas das crianças, dos jovens e dos adultos. De outro modo, encontramos o confronto entre a imagem “escolar” e a imagem “internáutica” da criança:

“A primeira, uma criança dependente dos adultos, necessitada de proteção, imatura, em constante devir, que se desenvolve em etapas e que necessita de disciplina – a criança escolar moderna. A segunda, uma criança contemporânea, plurifacetada, desconcertante, independente, que transita simultaneamente pelos ditos mundos infantil e adulto, e que é apresentada no ‘dia da criança’ com um pôster contendo uma visão frontal da bunda da Tiazinha, o que afasta, desde logo, sua aproximação com os consagrados atributos de inocência e imaturidade” (Costa, 2005).

Por fim, gostaria ainda de salientar que todas as noções de profilaxia do risco on-line para as crianças remetem, por um lado, para a prevenção e por outro para o *cuidado de si* da criança. Espera-se da criança uma disciplina acrescida, isto é, que saiba conduzir a sua conduta on-line de modo a não enfrentar problemas, longe do enquadramento institucional.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho procurei pensar sobre quais as possibilidades de estabelecer os contornos de um objecto de investigação constituído pelas práticas de construção da identidade, tomando como exemplo particular a utilização dos *sites de redes sociais* pelos jovens na Internet. Gostaria agora de fazer uma síntese final sobre essas possibilidades tendo em conta o que atrás fui afirmando.

Uma primeira incursão teórica em torno da questão da produção da identidade permitiu-me verificar que trabalhar esta questão a partir do pressuposto da individualidade não me ajudaria a ver os limites do objecto, pois como procurei expor na primeira parte deste trabalho, a nossa identidade é construída através de práticas de narrativa autobiográfica que remetem para um repertório de dilemas existenciais e modos de os resolver no interior de uma *ética da autenticidade*. Ora estas práticas decorrem de diagramas de poder que produzem efeitos de sujeito. Este tipo de leitura permite-me tornar mais complexos objectos aparentemente simples. Por exemplo, uma abordagem deste problema a partir das tópicas aparentemente mais óbvias - jovens e tecnologias da informação e comunicação - não teria permitido perceber a força identitária das práticas de escrita de si na Internet ou explicar a rápida adesão a elas pelo facto de elas não serem na sua essência uma novidade mas antes uma actualização de prática já conhecidas de outros contextos, nomeadamente da instituição escolar. É como se houvesse aqui a possibilidade de trabalhar a Internet num plano abrangente mas fora da instituição escolar.

Em seguida, este tema da identidade foi trabalhado a partir da noção de vigilância ou governo de populações tendo em conta a atribuição de alguns valores à Internet, isto é, não considerar este espaço como um espaço de liberdade, mas devendo estar sujeito a regulamentações externas. É como se pudessemos estudar a construção de fronteiras no interior de uma tecnologia que foi criada para as anular. Creio que neste ponto terei mostrado ao leitor como estas tecnologias permitem uma conexão entre as nossas práticas quotidianas e a produção de estatísticas sobre o sujeito que o tornam numa superfície é cada vez mais inteligível, isto é, inserida em linguagens capazes de descrever as suas características íntimas. Vimos ainda como as nossas práticas de liberdade estão inseridas em processos de regulação dos fluxos de informação, nos quais constantemente apresentamos as nossas credenciais de cidadão. Nesse sentido, a

vigilância não é mais feita de fora para dentro. O poder é aí difuso, não imputável a alguém, mas ainda assim produtor de comportamentos adequados e conectado a questões económicas que na contemporaneidade se apresentam em termos de publicidade e consumo e colocam o sujeito no lugar de consumidor activo, que realiza as suas escolhas em liberdade e define as características atribuídas dos seus objectos de consumo.

A entrada no tema da tecnologia, enquanto ferramenta, foi aqui feita a partir da sua leitura como resposta a problemas concretos. Vimos assim como elementos que hoje organizam o nosso dia-a-dia, quer profissional quer mais íntimo, nomeadamente a comunicação pela Internet, são possíveis apenas porque num determinado momento foi perspectivada a sua necessidade para resolver problemas concretos, neste caso, de ordem militar. Foi a existência desses problemas que permitiu todo um investimento nesta área. Mas, para além disto, que nos permite apenas recolocar a Internet como algo “inventado”, e não como algo “natural”, vimos também como estas respostas pragmáticas continham em si uma certa ideia de sujeito que, tendo acesso a mais recursos de organização da informação e de comunicação, passaria a ser mais racional, estabeleceria relações significativas com os outros, seria capaz de produções colectivas, transformando-se num sujeito produtivo. Ainda neste âmbito, vimos como as ideias em torno da Internet têm vindo a mudar para serem cada vez mais reguladas. De uma visão idealista de um espaço de saída, de fuga, de ligações significativas ao Outro, ao diferente, ao não igual a si mesmo, passamos a uma visão do cuidado, da prevenção, do medo do outro, que dirigimos à criança. O futuro parece também estar aí presente, seja para justificar o investimento e democratização destas tecnologias, seja como justificação das práticas de prevenção do risco.

Finalmente, a sistematização da informação em torno do uso das redes sociais por parte dos jovens e crianças mostrou-se mais difícil. São ainda poucos os dados sobre este tema apesar de uma profusão cada vez maior de escritos sobre o assunto. Por outro lado, estamos a tratar de um assunto muito presente e, em certa medida, urgente, que toca diversos pontos delicados, os quais remetem para as práticas das crianças fora da instituição escolar, pelo que a investigação, é ela própria, não raras vezes devedora dessa mesma dificuldade. Neste ponto, vimos como o facto de tomarmos estas tecnologias como naturalizadas torna aceitável que em vez de pedirmos às empresas que detêm os sites de redes sociais que procedam a alterações significativas na sua arquitectura, pedimos antes às crianças que tomem uma série de precauções, nomeadamente ao nível de um certo *cuidado de si* on-line, ou que ganhem competências de literacia que lhes permitam por exemplo adequar as definições de privacidade nos sites sem ter em conta que essa é uma decisão de quem gere a arquitectura dos sites por forma a manter a sua

razão se ser: partilha de conteúdos e visibilidade da actividade dos utilizadores. Creio que estamos perante uma situação em que crianças e jovens se têm apropriado de tecnologias criadas pelos adultos para os adultos mas em que os riscos que daí advém são imputados ao comportamento da criança, pelo que se torna necessária toda uma panóplia de acções que anunciam, divulgam, inculcam e ensinam a criança a lidar com esses riscos. Trata-se, pois, da invenção de uma tecnologia de responsabilização do utilizador.

Vimos também como parece haver um notável consenso na comunicação social sobre os efeitos perniciosos das redes sociais nas crianças, do mesmo modo que há um consenso sobre a definição dos riscos on-line e as formas de os evitar. Ora este acordo é sustentado por um desconhecimento do que significa para crianças e jovens viver o trabalho da sua identidade neste espaço complexo. Outro aspecto delicado deste tema, é justamente a possibilidade de aceder ao trabalho da criança fora do espaço escolar e no qual ela procura escapar à vigilância institucional e familiar. Esta dinâmica traz à vista aspectos muito da vivência da criança sobretudo a sua erotização, a sua relação com a sexualidade e a pulsão de morte.

Finalmente, procurei mostrar neste texto como, numa sociedade marcada por uma ética da autenticidade, temos, quando nos dirigimos à criança, respostas ambivalentes que oscilam entre lhe pedirmos que se comporte dentro dessa ética, que sejam capaz de desenvolver práticas de escrita de si coerentes e racionais e, simultaneamente, quando o faz on-line, fuja a essa ética, devido à surpresa que nos causa a redefinição das fronteiras entre o privado e o público que, como vimos, é anterior aos *sites de redes sociais*. Assim, a criança e o jovem devem desde cedo fazer toda uma gestão de informações que dão de si próprias, mostrar ou ocultar-se, não falar com estranhos, mas silenciemos a relação com as pessoas que conhecemos pois nem sempre se aceita o uso lúdico da Internet. Sobre este uso recreativo e sobre a criação de espaços de intimidade on-line vemos a actuação de instituições disciplinares como a polícia.

A constante apresentação de si on-line através desta técnica de relação de si para si significa um constante *cuidado de si*, uma atenção ao seu comportamento, etc. O que agora se passa e que poderá distinguir as práticas de escrita de si ligadas à escola, destas outras, é exactamente que aquele para quem se escreve não é mais uma figura que representa a instituição. Esta produção é tão mais poderosa quanto dispensa a presença física ou sequer imediata do outro. Estamos então perante um dupla dinâmica de produção de interioridade e, simultaneamente, de conformidade com uma certa apresentação de si próprio através de uma estilização da existência, cujos repertórios são, ainda, pouco conhecidos. O sujeito contemporâneo resulta dessa constante individualização por comparação ao outro. Não se trata do retomar de uma lógica

confessional mas antes da produção de uma estética da existência que funciona pela produção constante de informação relativa a essa interioridade. Mas, na verdade, trata-se de uma reformulação da noção estoíca de que é preciso ter o *self* sempre à vista. E este sempre à vista podemos entender, no caso deste objecto - jovens, Internet e produção da identidade -, na sua dupla vertente: ter o *self* à vista na Internet, procurar espelhar aí a sua interioridade, vê-la como uma progressão, um desenvolvimento, e, por outro lado, mostrar aos outros, ou não mostrar e desaparecer para um espaço de não visibilidade. Um último aspecto que gostaria de salientar é que podemos verificar a partir deste objecto como as propriedades de um regime disciplinar se tornam atributos das próprias pessoas.

A informação recolhida e mobilizada para este trabalho mostra resultados pouco diferenciadores. No entanto, do ponto de vista teórico, há questões importantes por explicar, nomeadamente esta repetição na produção da identidade pelas técnicas da escrita de si e esta insistência no medo do desaparecimento da criança ou a impossibilidade de problematizar os riscos que a podem afectar. Nesse sentido, seria interessante perceber, através de um trabalho de genealogia histórica, como foi a criança ou o jovem convocado a trabalhar sobre a sua identidade através da produção de narrativas escritas dirigidas ao outro. Isto é, uma história da virtualidade discursiva dessa relação. Por outro lado, o que vemos nestes jovens quando utilizam os sites de redes sociais é a procura de estratégias para expressar a sua individualidade de modo criativo, pelo que essa relação nos pode ajudar a compreender a definição destas práticas de escrita de si dirigidas ao outro com o intuito de ser criativo ou original ou mostrar uma certa diferença. Sobre este aspecto, seria necessário inventariar práticas de escrita de si e os discursos que sobre ela recaíram e a modelaram e que são certamente discursos científicos produzidos pela *expertise* pedagógica, pela medicina; os discursos de origem social produzidos por artistas ou professores e que se dirigem à criança a propósito da produção criativa; critérios de avaliação usados para verificar a criatividade e cada um. Por outro lado, seria igualmente pertinente estudar a construção do medo social em torno da criança, o que certamente está presente no discurso da imprensa e documentos jurídicos.

Referências bibliográficas

- ALBRECHTSHUND, Anders (2008). On-Line social networking as a participatory surveillance. *First Monday*, 13(3), <http://www.uic.edu/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/viewArticle/2142/1949>.
- AL-GHORAIRI, Moodthy (2005). *The Rise of Social Software: What makes software "social"?* MA in Electronic Media, Oxford Brookes University.
- ALMEIDA, Ana Nunes (Coord.), DELICADO, Ana e ALVES, Nuno (2008). *Crianças e Internet: Usos e representações, a família e a escola*. Lisboa: ICS.
- ARTUSO, Alysson Ramos (2005). Subjectivação e a educação através da Internet. *Educar*, 26, 115-129.
- AUGÉ, Marc (2005). *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa: 90 Graus Editora.
- AYCOCK, Alan (1995). "Technologies of the self": Michel Foucault and Internet discourse. *Journal of Computer Mediated Communication*, 1(2), <http://jcmc.indiana.edu/vol1/issue2/aycock.html>
- BARBROOK, Richard (2007). *Futuros Imaginários. Das máquinas pensantes à aldeia global*. São Paulo: Peiropolis.
- BAUMAN, Zygmunt (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BAUMAN, Zygmunt (2003). *Amor Líquido*. Lisboa: Relógio d'Água.
- BERNERS-LEE, Tim (2000). *Weaving the Web: The Original Design and Ultimate Destiny of the World Wide Web*. New York: HarperCollins.
- BOYD, danah (2002). *Faceted id/entity: Managing representation in a digital world*. Master's Thesis. Massachusetts Institute of Technology.
- BOYD, danah (2008). Why youth (heart) social network sites: The role of networked publics in teenage social life. In D. Buckingham (ed.) *Youth, Identity and Digital Media*. Cambridge, MA: The MIT Press, 119-142.
- BOYD, danah (2009). *Taken Out of Context. American Teen Sociality in Networked Publics*. University of California, Berkeley.
- BOYD, d. m. & Ellison, N. B. (2007). Social network sites: Definition, history and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13 (1), article 11. <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>

- BUCKINGHAM, David (2008) (ed.) *Youth, Identity and Digital Media*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- BUSH, Vannevar (1945). As we may think. *Atlantic Monthly*, July. Disponível em <http://www.theatlantic.com/doc/194507/bush>.
- CARDOSO, Gustavo; ESPANHA, Rita; LAPA, Tiago & ARAÚJO, Vera (2009). *E-generation 2008: Os usos dos media pelas crianças e jovens em Portugal*. Relatório Final de apuramento estatístico. Lisboa: OberCom.
- CASTELLS, Manuel (2000). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTELLS, Manuel (2004 [2001]). *A Galáxia Internet. Reflexões sobre Internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTRO, Edgardo (2004). *El Vocabulario de Michel Foucault. Un recorrido alfabético por sus temas, conceptos y autores*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.
- COSTA, Marisa Vorraber (2005). Quem são, que querem, que fazer com eles? Eis que chegam às nossas escolas as crianças e jovens do século XXI. In A.F. Moreira; R. Garcia; M.P. Alves (Orgs.) *Currículo: pensar, sentir e diferir* (v. II). Rio de Janeiro: DP&A.
- CRARY, Jonathan (1999). *Techniques of the Observer. On vision and modernity in the nineteenth century*. Cambridge, Massachusetts, London: MIT Press.
- DELEUZE, Gilles (2003). *Conversações (1972-1990)*. Lisboa: Fim de Séculos Edições.
- ENGELBART, D. (1962). *Augmenting Human Intellect: A conceptual framework*. Stanford Research Institute.
- ENOCHSSON, AnnBritt (2007). Tweens on the Internet. Communication in virtual guest books. *International Journal of media, technology and lifelong learning*, 3(2).
- FERNANDES, Fabiana & OLIVEIRA, Maria Regina (2007) Arquivo e redes digitais: O tradutor e intérprete nas comunidades virtuais da Internet. *III Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, Porto Alegre.
- FOUCAULT, Michel (1994). *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- FOUCAULT, Michel (2002). *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- FOUCAULT, Michel (2004). *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel (2006). *Ética, Sexualidade e Política*. Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel (2008 [1975]). *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard.
- HAGGERTY, K. & ERICSON, R. (1999). The Militarization of Policing in the Information Age. *Journal of Political and Military Sociology*, 27 (22), 233-255.

- HAGGERTY, K. & ERICSON, R. (2000). The surveillant assemblage. *British Journal of Sociology*, 51 (4) 605-622.
- HAUBEN, Michael & HAUBEN, Ronda (1996). *Netizens: On the History and Impact of Usenet and the Internet*, Disponível em <http://www.columbia.edu/~hauben/netbook/>.
- HERRING, Susan (2008). Questioning the generational divide: technological exoticism and adult constructions of on-line youth identity. *Youth, Identity and Digital Media*. Cambridge, MA: MIT Press.
- INE (2009). *Sociedade da Informação. Inquérito à utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas famílias: Indivíduos dos 10 aos 15 anos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- KRAUSS, Rosalind (2002). *O fotográfico*. Amadora: Editorial Gustavo Gil.
- LATOUR, Bruno (1986). Visualization and cognition: thinking with hands and eyes. In H. Kucklick (ed.) *Knowledge and Society*, vol. 6. Houston, TX: Rice University Press.
- LICKLIDER, J.C.R & Taylor, Robert (1968). The Computer as a Communication Device. *Science and Technology*, April, 76, 21-31.
- LIVINGSTONE, Sonia (2009). Taking risky opportunities in youthful content creation: teenagers' use of social networking sites for intimacy, privacy and self-expression. *New Media & Society*, 10(3), 393-411.
- MALLAN, Kerry (2009). Look at me! Look at me! Self-representation and self-exposure through on-line networks. *Digital Culture & Education*, 1(1), 51-66.
- MANN, Steve; FUNG, James; FEDERMAN, Mark & BACCANICO, Gianluca (2003). PanopDeco: deconstructing, decontaminating, and decontextualizing panopticism in the postcyborg era. *Surveillance & Society*, 1 (3) 375-398.
- MAYFIELD, Antony (2009). *What is Social Media?* an e-book by Antony Mayfield from iCrossing - global digital marketing company.
- MOINIAN, Farzaneh (2006). The construction of identity on the Internet. Oops! I've left my diary open to the whole word! *Childhood*, 13, 49-68.
- MOREIRA, Adriano de Lavor (2006). Saúde e vigilância virtual - O controle e o discurso preventivo contra a aids na Internet. *UNlrevista*, 3 (1) 1-12.
- NEVES, Marta (2008). *Crianças e comunicação on-line. Pistas para uma prevenção precoce do risco*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- NUSSBAUMER, Gisele (2004). *Comunicação, Sociabilidade e Escrita de Si. A comunidade GLS no ciberespaço*. Tese de Doutorado. Salvador, Bahia: Universidade Federal da Bahia.
- NUSSBAUMER, Gisele (2005). Homossexualidade e subjectividade on line: um estudo de comunidades virtuais gays. *Alceu: Revista de Comunicação, Cultura e Política*. Rio de Janeiro/RJ: PUCRJ, 6 (11) 64-76, jul/dez.

- Ó, Jorge Ramos (2009a). *Ensino Liceal (1836-1975)*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- Ó, Jorge Ramos (2009b). A governamentalidade e a história da escola moderna: outras conexões investigativas. *Educação & Realidade*, 34(2).
- PETERSON, Chris (2009). *Saving Face. The Privacy Architecture of Facebook*. Senior Thesis. University of Massachusetts-Amherst.
- PONTE, Cristina & CARDOSO, Daniel (2008). Entre nativos digitais e fossos geracionais. Questionando acessos, usos e apropriações dos novos media por crianças e jovens. *XVI Encontro da Adolescência* (14 de Novembro de 2008).
- PONTE, Cristina & VIEIRA, Nelson (2008). *Crianças e Internet, Riscos e Oportunidades*. Um desafio para a agenda de pesquisa nacional, Lisboa. V Congresso da SOPCOM, Braga.
- PRENSKY, Marc (2001). Digital Natives, Digital Immigrants. *On the Orizon, October 2001*, 9 (5) NCB University Press.
- RALEIRAS, Mónica (2007). Recensão da obra "A Vida no Écrã. A identidade na era da Internet", de Sherry Turkle. [1997] Lisboa: Relógio d'Água. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 3, 113-116.
- RHEINGOLD, Howard (1993). *The Virtual Community: Homesteading on the Electronic Frontier*. MIT Press. Disponível on-line em <http://www.rheingold.com/vc/book/intro.html>
- RHEINGOLD, Howard (2000). *Tools for Thought*. MIT Press.
- ROSE, Nikolas (1994). Individualizing Psychology. In J. Shotter & K. Gergen (eds), *Texts of Identity*. London/Newbury Park/New Delhi: Sage Publications, pp. 119-132.
- ROSE, Nikolas (1998). *Inventing our selves. Psychology, power and personhood*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROSE, Nikolas (1999). *Governing the Soul. The shaping of the private self*. London / New York: Free Association Books.
- ROSE, Nikolas (2001). Inventando nossos eus. In Tomaz Tadeu da Silva (org.) *Nunca Fomos Humanos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, pp. 139-204.
- ROSE, Nikolas (2006). *Powers of Freedom. Reframing Political Thought*. Cambridge: University Press.
- ROSE, Nikolas (2007). *The Politics of Life Itself. Biomedicine, Power, and Subjectivity in the Twenty-First Century*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- SARAIVA, Karla (2008). Educação a distância e no poder. *Paideia@ - revista científica de educação a distância*, 1 (2).
- SCHULTZ, D.P. & SCHULTZ, S. E. (2008). *A History of Modern Psychology. International Student Edition*. Belmont: Tomson Wadsworth

- SHUTKIN, David (1998). The Deployment of Information Technology in the Field of Education and the Augmentation of the Child. *In* Thomas Popkewitz & Marie Brennan (eds) *Foucault's Challenge. Discourse, Knowledge, and Power in Education*. New York and London: Teachers College, Columbia University, pp. 205-230.
- SIMON, Bart (2005). The Return of Panopticism: Supervision, Subjection and the New Surveillance. *Surveillance & Society*, 3 (1), 1-20.
- SONTAG, Susan (2002). *On Photography*. London: Penguin.
- TAPSCOTT, DON (1998). *Growing Up Digital: The Rise of the Net Generation*, McGraw Hill.
- TURKLE, Sherry (1997). *A Vida no Écrã. A identidade na era da Internet*. Lisboa: Relógio d'Água.
- VAZ, Paulo & BRUNO, Fernanda (2003). Types of self-surveillance: from abnormality to individuals at risk. *Surveillance & Society*, 1 (3) 272-291.
- VEEN, Wim (2007). *Homo Zappiens and the Need for New Education Systems*. Disponível on-line em <http://www.oecd.org/dataoecd/0/5/38360892.pdf>
- YAR, Majid (2003). Panoptic Power and the Patholisation of vision: critical reflections on the Foucauldian studies. *Surveillance & Society*, 1 (3) 254-271.

Anexo

Características dos sites de redes sociais

Os *sites de redes sociais* são um tipo de site que, embora recorrendo a serviços que não lhes são exclusivos, como a partilha de conteúdos ou a comunicação com outros utilizadores, distinguem-se, segundo boyd (2008), permitirem criar um perfil individual, publicar uma lista de amigos ou conexões que pode estar ou não organizada, e ver e pesquisar a lista de conexões dos outros utilizadores. As suas funcionalidades organizam-se em três domínios: a criação de conteúdo pelo utilizadores e caracterização do seu perfil, a lista de amigos e uma secção para comentários. Outros elementos são os álbuns de fotografias e outras aplicações que permitem jogar on-line, ouvir música, etc. Procuro neste ponto apresentar uma breve descrição dessas principais funcionalidades de modo a facilitar a leitura deste documento e dos aspectos a que faço referencia ao longo do texto, sobretudo a um leitor menos familiarizado com os *sites de redes sociais*. De um modo geral, eles permitem o seu acesso e utilização quer através do computador, quer através do telemóvel, o que permite que as experiências vividas pelos utilizadores e o momento da sua partilha on-line seja mais imediata e menos elaborada.

1. O acesso e criação de conta

A criação de uma conta de utilizador nos *sites de redes sociais* pode ser feita por iniciativa do utilizador ao navegar até ao endereço do site ou tendo recebido um convite de um amigo que já esteja registado. Inicialmente era comum aos vários sites que só fosse possível criar uma conta através de um convite de um amigo. Isso permitia que quem criasse uma conta tivesse sempre uma lista de amigos ou conexões. O registo é feito a partir do nome e apelido e é associado a uma conta de e-mail. Esta relação da conta no site com o endereço de e-mail permite identificar quais os contactos do e-mail que já estão registados no site e sugerir que sejam adicionados como amigos.

O endereço usado para abrir a conta serve também para enviar ao utilizador notificações sobre comentários e mensagens recebidas, e outros serviços disponibilizados pelo site, como por exemplo notificações de datas de aniversário, ou as respostas que outros deixam nos tópicos que o utilizador comentou.

2. O perfil como descrição

A seguir à criação da conta é pedido ao utilizador que preencha um perfil com alguns dados básicos e demográficos (como localização, idade, orientação sexual, estado civil, relacionamento), sobre as instituições que frequentou durante a sua escolarização (escolas e universidades frequentadas e em que anos), actividade profissional, gostos e interesses (filmes preferidos, música preferida, etc), quem gostaria de encontrar e um campo “sobre mim”. Este formulário tem perguntas fechadas e outras abertas que pedem alguma criatividade na sua descrição. Ao perfil associa-se uma fotografia. Estas secções do perfil podem dividir-se tópicos como pessoal, social e profissional.

3. Personalização da página de perfil

Alguns sites permitem que o utilizador modifique o aspecto da sua página de perfil. Por exemplo, o MySpace e o Hi5 permitem que o utilizador use instruções em HTML, Javascript ou CSS para alterar todo o aspecto da página, mudar o tipo de letra, mudar as caixas de informação de lugar, criar fundos com imagens, mudar os esquemas de cores, criar efeitos de arrasto do rato, inserir uma música, etc. Isto não obriga a que o utilizador tenha conhecimentos de programação ou um domínio de competências informáticas muito fluente. São inúmeros os sites, criados a título individual ou por empresas de marketing, que oferecem pequenos blocos de código que podem ser copiados e colados nesses perfis. As alterações permitidas por outros, como o Facebook, não dizem respeito tanto ao aspecto, que em pouco pode ser alterado, mas antes às opções e possibilidades de inserir mais informação no site e partilhá-la com os seus amigos.

4. Lista de amigos

A lista de amigos ou conexões do utilizador aparece listada no seu perfil e pode ser vista pelos outros utilizadores. De um modo geral, os *sites de redes sociais* incentivam a adição de novos amigos, por forma a manter alguma dinâmica a novidade no seu conteúdo. Assim uma característica comum é a sugestão frequente e automática de nomes de pessoas para serem adicionadas como amigos, sejam porque fazem parte da rede de amigos (amigos dos amigos), pela proximidade geográfica, pela coincidência de escolas frequentadas ou através da lista de contactos do e-mail. Também é possível pesquisar o site através do nome de alguém ou endereço de e-mail. Mas mesmo que o utilizador não se dedique a procurar pessoas registadas que conheça, o próprio site vai fazendo essas sugestões.

Ao adicionar um utilizador como amigo, este será notificado e pode aceitar ou não esse pedido. Caso aceite, ambos aparecem como amigos na lista de amigos de cada um.

Nesta lista de amigos podem estar bons amigos, familiares, colegas de escola, vizinhos ou pessoas que apenas de conhece de vista. Alguns sites permitem a classificação dentro da lista de “amigos”, nomeadamente a sua organização em grupos ou a criação de um top de amigos. Esta organização não tem geralmente uma relação com as definições de privacidade, não sendo possível decidir que grupos têm acesso a qual tipo de informação.

Alguns sites permitem também uma classificação individual de cada amigo com diversos atributos pré-definidos como “amigável”, “sexy”, “de confiança”, etc.

5. Fotografias

Um dos conteúdos em destaque nestes site são as fotografias, o que por um lado resolve a dificuldade anterior de mostrar fotografias digitais aos amigos, já que estas poderiam ser muito pesadas, e permite que várias pessoas tenham acesso a elas a partir da mesma localização. Essas fotografias podem ser organizadas em álbuns e comentadas uma a uma ou classificadas. Geralmente os sites permitem a introdução de *tags* nas fotografias quer pelo autor, quer pelos restantes utilizadores que a ela tenham acesso. Isto significa que é possível inserir na fotografia pequenas etiquetas identificando quem está presente na fotografia. Mas as *tags* são por vezes utilizadas também para mostrar quem gosta da fotografia.

Outros sites oferecem aplicações em *flash* para apresentar os álbuns de fotografias com alguns efeitos especiais escolhidos pelo utilizador.

6. Estado: “em que é que estás a pensar”

Um elemento que dinamiza a comunicação neste tipo de sites é a criação de uma pequena mensagem de estado cuja designação muda de site para site podendo ser “em que é que estás a pensar” ou “estado” ou “o que é que estás a fazer”. Esta informação aparece no topo do perfil e na página de entrada dos amigos e pode ser comentada. Alguns sites, como o Facebook, permitem que esta pequena mensagem seja acompanhada por outros conteúdos: hiperligações para outros sites, fotografias e vídeos.

7. Comentários

Os perfis têm uma área para os visitantes deixarem comentários. Estes comentários também podem ser feitos em relação às fotografias ou outros conteúdos. Quando um utilizador responde aos comentários, é possível seguir a conversa ou sequência de respostas. A aceitação dos comentários pode ser automática, de maneira a que quando alguém faz um comentário num perfil ele fica automaticamente visível, ou sujeitos a moderação, sendo que, nesse caso, só serão visíveis se o utilizador a quem os comentários se dirigem o aceitar.

8. Página de entrada - novidades dos amigos

Quando um utilizador já registado acede ao site, é-lhe apresentada de imediato uma página com a descrição da actividade dos amigos, seja a introdução de fotografias, a modificação de informações no perfil (como a alteração do relacionamento ou estado civil), os comentários feitos aos outros amigos ou que receberam, etc. E sobretudo o que os amigos vão colocando no campo de actualização de “estado” ou “o que é que estás a fazer” ou “em que é que estás a pensar”. Nessa página tendem assim a aparecer os amigos com mais actividade.

9. Mensagens privadas

Para além dos comentários é possível enviar mensagens privadas, às quais só o destinatário terá acesso.

10. Desenvolvimento de aplicações e ligação com outros sites

Alguns destes sites permitem a criação de aplicações que aumentam as funcionalidades do respectivo site. Algumas aplicações permitem a ligação com aplicações externas, como os blogs por exemplo, sendo possível, ao escrever nesse blog, publicar em simultâneo esse conteúdo no site de redes sociais. Estas aplicações aumentam o tipo de actividade permitida pelo site bem como as possibilidades de interacção. Assim, é possível por exemplo, criar jogos para o Facebook, em que o utilizador pode publicar os seus resultados e progresso no seu perfil e na página de entrada dos amigos. Os jogos podem ser realizados de forma assíncrona e envolver os amigos mas não obrigar a sua à presença simultânea ou participação activa, já que estes podem ser apenas as personagens desse jogo. A publicação dos resultados incentiva geralmente à participação dos outros utilizadores e à comparação de resultados entre si.

Assim, o crescimento destes sites em termos empresariais e de adesão do público, baseia-se também na participação de outras empresas que produzem estes conteúdos.

Os sites permitem que se partilhe aí informação de outros sites como links, vídeos, etc com algum comentário. Por outro lado, muito sites têm a opção “partilhar” no facebook por exemplo, permitindo que, ao navegar na Internet, o utilizador tenha a possibilidade de partilhar algum conteúdo que considere interessante pelo seu grupo de amigos num site de redes sociais.

Outro tipo de aplicações com muito sucesso quando pensamos na adesão dos utilizadores é a criação e realização de testes, que podem ser de índole muito diversa, mas que pretendem geralmente mostrar mais algum tipo de informação sobre o utilizador, como por exemplo “qual a cor que melhor te descreve”, “que filme és tu”. O site permite que o utilizador partilhe o seu resultado com os amigos e estes se comparem com ele ou falam comentários.

As aplicações permitem também comparar os gostos entre os amigos.

11.Música

Os sites permitem que o utilizador adicione música ao seu perfil, seja como uma opção do próprio site ou através do uso de aplicações, mostrando as músicas que o utilizador gosta ou criando um certo ambiente na página de perfil.

12.Grupos, comunidades e fóruns

Os sites permitem a criação de grupos públicos nos quais os participantes podem trocar mensagens em fóruns com outras pessoas que podem não fazer parte da sua lista de amigos. Esta possibilidade parece não ser muito popular e não criar muita comunicação visível.

13.Publicidade

Estes sites têm geralmente anúncios nas páginas de entrada e de perfil. Também podem ser usados por empresas ou marcas para criar uma “presença” através de páginas de fãs ou de perfis de amigo.

14. Definições de privacidade

Os sites permitem a escolha por diversos níveis de privacidade. Alguns oferecem mais opções do que outros mas estas estão geralmente numa página menos visível. O

utilizador pode escolher não mostrar o seu perfil como resultado das pesquisas realizadas fora do site em motores de pesquisa como o google, ou que o perfil não seja visível para pessoas que não façam parte da lista de amigos. De qualquer modo, estas restrições são sempre limitadas até um certo ponto já que mesmo um perfil que não seja visível para quem não faça parte da lista de amigos pode aparecer nos comentários feitos noutro perfil, nas fotografias, etc. O MySpace permite que o utilizador impeça que os que não fazem parte da sua lista de amigos lhe enviem mensagens, por exemplo.